

VÍVIAN OLIVEIRA TAVARES

**A APOSENTADORIA DO IDOSO DO MEIO RURAL: IMPLICAÇÕES NA
ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS FAMILIARES E NA QUALIDADE DE
VIDA**

**Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Viçosa, como parte das
exigências do Programa de Pós-Graduação
em Economia Doméstica, para obtenção do
título de *Magister Scientiae*.**

**VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2011**

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

T231a
2011

Tavares, Vívian Oliveira, 1985-

A aposentadoria do idoso do meio rural: implicações na administração dos recursos familiares e na qualidade de vida / Vívian Oliveira Tavares. – Viçosa, MG, 2011. xiii, 119f. : il. (algumas col.) ; 29cm.

Orientador: Karla Maria Damiano Teixeira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 113-119

1. Idosos - Aposentadoria. 2. Aposentadoria. 3. Idosos - Condições econômicas. 4. Aposentadoria - Aspectos sociais. 5. Qualidade de vida. 6. Idosos - Relações com a família. 6. Idosos - Condições sociais. I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

CDD 22. ed. 305.26

VÍVIAN OLIVEIRA TAVARES

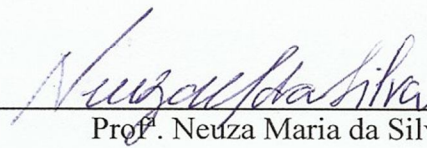
**A APOSENTADORIA DO IDOSO DO MEIO RURAL: IMPLICAÇÕES NA
ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS FAMILIARES E NA QUALIDADE DE
VIDA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 29 de abril de 2011.



Prof.^a. Eveline Torres Pereira



Prof.^a. Neuza Maria da Silva



Prof.^a. Karla Maria Damiano Teixeira

(Orientadora)

A Deus, meus familiares e aos
meus amigos...
Companheiros de todas as horas...

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado saúde, proteção e orientação no decorrer desta difícil, mas gratificante, etapa acadêmica, pelo seu imenso amor e por tudo o que representa em minha vida.

À professora Karla Damiano, minha orientadora, pelos ensinamentos, apoio e confiança.

Às professoras Simone Wajnman, Maria das Dores Saraiva de Loreto, Eveline Torres e Neuza Maria da Silva, pela valorosa participação e contribuição neste trabalho.

À professora Aurora Ribeiro de Goicochea, pela amizade, carinho e incentivo a mim sempre demonstrados.

À professora Tereza Angélica Bartolomeu, pela valiosa lembrança e contribuição fundamental para a minha entrada no Programa de Mestrado.

À minha família, a qual amo muito, pelo carinho, apoio e por entenderem a minha ausência e superarem a distância.

Aos meus tios, Zulmira e Edgar, pela acolhida e convivência familiar.

Ao Sávio, companheiro de todas as horas, por seu amor, compreensão e colaboração.

Às minhas amigas irmãs, Ana Elisa e Monique, que sempre estão ao meu lado, incentivando todos os meus sonhos.

Aos amigos queridos, Roberta e Harry, por todo apoio prestado e ajuda com a compra de equipamento.

Aos idosos e seus familiares, pela valiosa participação e pela confiança de partilharem comigo suas experiências de vida e seus anseios, tornando possível a realização desta pesquisa.

Ao Renatinho e ao senhor Toninho, pela companhia e colaboração durante a coleta de dados.

Às colegas do mestrado, pela convivência e pelas trocas de experiências.

À EMATER de Viçosa-MG, em especial à funcionária Karine, pelo atendimento.

À agência do INSS de Visconde do Rio Branco-MG, através do funcionário Wanei Ramon de Oliveira.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

Enfim, a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	vi
LISTA DE TABELAS	vii
RESUMO	ix
ABSTRACT	xi
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Contextualização do Problema e Justificativa	1
1.2 Hipóteses de Investigação	4
1.3 Objetivos	5
1.4 Estrutura Geral da Dissertação	6
2 REVISÃO DE LITERATURA	7
2.1 Envelhecimento, Envelhecimento Populacional e suas Implicações	7
2.2 O Idoso e a Aposentadoria Rural	11
2.3 A participação da Renda dos Idosos Aposentados na Economia Familiar	15
2.4 Administração dos Recursos Familiares	19
2.5 Qualidade de Vida	21
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO	24
3.1 Local do Estudo	24
3.2 População e Amostra	25
3.3 Metodologia de Pesquisa e Técnicas de Coleta de Dados	28
3.3.1 Metodologia de Pesquisa	28
3.3.2 Técnicas de Coleta de Dados	28
3.3.2.1 Teste de Memória	28
3.3.2.2 WHOQOL-Bref	30
3.3.2.3 WHOQOL-OLD	32
3.3.2.4 Entrevista Semiestruturada	34
3.4 Análise dos Dados	34
3.4.1 Operacionalização da Análise de Dados Qualitativos	34
3.4.2 Operacionalização da Análise de Dados Quantitativos	34
3.5 Descrição e Operacionalização das Variáveis de Análise	35

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
4.1 Caracterização Sociodemográfica dos Idosos	38
4.2 Caracterização dos Familiares dos Idosos Rurais Aposentados	44
4.3 Caracterização da Estrutura Familiar dos Idosos	46
4.4 A Alocação e Participação da Renda dos Idosos Rurais Aposentados no Sistema Familiar	50
4.4.1 Renda Familiar	51
4.5 A Dependência Familiar dos Recursos Econômicos dos Idosos Aposentados Rurais	58
4.6 Percepção a respeito da participação da renda dos idosos na economia familiar, na perspectiva do idoso e de sua família	68
4.6.1 Administração dos rendimentos dos idosos	68
4.7 Percepção dos idosos quanto à sua qualidade de vida	80
4.7.1 Valores médios dos Diferentes Domínios do WHOQOL-Bref	83
4.7.2. Descrição do Módulo de Qualidade de Vida Específico para Idosos WHOQOL-Old	86
4.7.3 Valores médios das Diferentes Facetas do WHOQOL-Old	89
4.8 As implicações da aposentadoria sobre as condições de vida do idoso aposentado rural e do grupo familiar	91
5 CONCLUSÕES	108
6 LIMITAÇÕES E SUGESTÕES	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Domínios e facetas do WHOQOL-Bref	31
Quadro 2 – Conceitos e conteúdos das facetas do WHOQOL-OLD	32
Figura 1 – Estado civil dos idosos rurais aposentados de Viçosa-MG, 2010	39
Figura 2 –Escolaridade média ou média de anos de estudo dos idosos rurais aposentados de Viçosa-MG, 2010	40
Figura 3 – Número de filhos dos idosos rurais aposentados de Viçosa-MG, 2010	41
Figura 4 – Renda média mensal dos idosos aposentados rurais aposentados de Viçosa-MG, 2010	42
Figura 5 – Faixa etária dos familiares que residem com o idoso rural aposentado de Viçosa-MG, 2010	44
Figura 6 – Escolaridade média dos familiares dos idosos rurais aposentados de Viçosa-MG, 2010	45
Figura 7 – Ocupação atual dos familiares que residiam com os idosos rurais aposentados de Viçosa-MG, 2010	45
Figura 8 – Grau de parentesco dos familiares que residem com os idosos rurais aposentados de Viçosa-MG, 2010	47
Figura 9 – Renda Familiar média dos idosos rurais aposentados de Viçosa-MG, 2010 ..	48
.....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da amostragem nas comunidades rurais selecionadas, Viçosa-MG, 2010	49
Tabela 2– Renda média e renda per capita das famílias, Viçosa-MG, 2010	50
Tabela 3 – Características da estrutura familiar dos idosos rurais aposentados, Viçosa-MG, 2010	50
Tabela 4 – Aspectos Importantes a Respeito da Constituição da Renda Familiar, Viçosa-MG, 2010	51
Tabela 5 – Teste <i>t</i> de <i>Student</i> em relação às médias de contribuição com a renda familiar dos grupos 1 e 2, Viçosa-MG, 2010	54
Tabela 6– O Tema “Renda Familiar” na perspectiva dos familiares dos idosos aposentados rurais, Viçosa-MG, 2010	56
Tabela 7– A Dependência Familiar na Percepção dos Idosos, Viçosa-MG, 2010	59
Tabela 8 – A Dependência Familiar na perspectiva dos familiares dos idosos, Viçosa-MG, 2010	62
Tabela 9 – Teste <i>t</i> de <i>Student</i> em relação às médias de renda dos grupos 1 e 2, Viçosa-MG, 2010	64
Tabela 10 – Aspectos Relevantes a Respeito da Administração dos Rendimentos dos Idosos na percepção dos idosos, Viçosa-MG, 2010	69
Tabela 11 – Aspectos Relevantes a Respeito da Administração dos Rendimentos dos Idosos na percepção dos familiares, Viçosa-MG, 2010	70
Tabela 12 – Percepção dos idosos quanto à sua qualidade de vida de acordo com o módulo WHOQOL-Bref, Viçosa-MG ,2010	81
Tabela 13 – Valores médios dos diferentes domínios do WHOQOL-Bref segundo a percepção dos idosos, Viçosa-MG, 2010	83
Tabela 14 – Estimativa dos coeficientes de correlação de Pearson entre os domínios e a qualidade de vida global	85
Tabela 15 – Correlação de Pearson entre os diferentes domínios	86
Tabela 16 – Tabela descritiva, em frequência e porcentagem, do módulo WHOQOL-Old	87

Tabela 17 – Valores médios das diferentes facetas do WHOQOL-Old	90
Tabela 18 – Implicações da aposentadoria sobre as condições de vida do idoso rural, na percepção dos idosos rurais aposentados, Viçosa, MG, 2010	92
Tabela 19– Implicações da aposentadoria sobre as condições de vida do grupo familiar na percepção dos idosos, Viçosa-MG, 2010	98
Tabela 20– Implicações da aposentadoria sobre as condições de vida do idoso rural, na percepção dos familiares, Viçosa-MG, 2010	101
Tabela 21– Análise de Conteúdo do Tema “Implicações da aposentadoria sobre as condições de vida do grupo familiar na percepção dos familiares”, Viçosa-MG, 2010	104

RESUMO

TAVARES, Vívian Oliveira, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, abril de 2011. **A aposentadoria do idoso do meio rural: implicações na administração dos recursos familiares e na qualidade de vida.** Orientadora: Karla Maria Damiano Teixeira. Coorientadores: Maria das Dores Saraiva de Loreto e Simone Wajnman.

Diante das transformações advindas do envelhecimento populacional acelerado, a figura do idoso ganha cada vez mais destaque, pois, com o aumento da expectativa de vida e da cobertura previdenciária, o idoso passa a exercer novos papéis e demandar por novos serviços. Antes visto pela sociedade em geral como dependente e incapaz, o idoso, tanto da zona rural quanto da zona urbana, está mais ativo e assumindo o papel de chefia de sua família, alterando, assim, as relações familiares e toda a economia familiar. No entanto, a maior parte das pesquisas sobre a contribuição do idoso na renda familiar refere-se aos idosos aposentados urbanos, havendo uma ausência de maiores estudos que contemplem os idosos aposentados rurais. Procurando contribuir com a diminuição dessa lacuna, o presente estudo procurou analisar a percepção dos idosos rurais aposentados, assim como de suas famílias, sobre a participação dos rendimentos dos idosos na administração dos recursos materiais e humanos da família rural; além de suas implicações na qualidade de vida do idoso e do grupo familiar. A pesquisa, ancorada na abordagem quanti-qualitativa e de natureza exploratória descritiva, foi desenvolvida em Viçosa-MG, sendo a amostra composta por 65 idosos, de ambos os sexos, moradores na zona rural, lúcidos e aposentados pelo INSS; e, por 65 familiares, sendo cada familiar referente a1 idoso. A amostra foi selecionada aleatoriamente, por meio da técnica de sorteio, e a partir do cadastro dos aposentados rurais do INSS e de alguns critérios estabelecidos. Para a realização da coleta de dados, foram combinadas diferentes técnicas, a saber: teste de memória; os questionários *World Health Organization Quality of Life Instrument Bref* (WHOQOL-Bref) e *World Health Organization Quality of Life Instrument for Older Persons* (módulo WHOQOL-OLD), da Organização Mundial de Saúde (OMS), bem como entrevistas semiestruturadas e notas de campo. O tratamento dos dados quantitativos foi feito utilizando-se a estatística descritiva por meio do *software Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) - Versão 13.0, e os dados qualitativos, fundamentado na análise de conteúdo. Os resultados mostraram a importância imprescindível da renda do idoso rural aposentado na

economia familiar, pois, em 80% dos casos, o idoso contribuía com pelo menos 50% da renda familiar e, sem a renda do idoso, esta renda seria reduzida em 78,78%, em média. Constatou-se que existe uma situação de dependência familiar dos recursos econômicos dos idosos aposentados, principalmente por parte de seus filhos e netos que, por problemas econômicos e familiares, como desemprego, baixa remuneração, gravidez não planejada, divórcio e outros eventos, estabelecem relações de dependências com seus idosos aposentados, independente ou não de coabitarem com os mesmos. Com relação à avaliação da qualidade de vida dos idosos, por meio dos resultados dos instrumentos WHOQOL-Bref e WHOQOL-Old, verificou-se que os idosos rurais aposentados não possuem baixa qualidade de vida. Conclui-se que a aposentadoria provoca alterações significativas tanto na vida dos idosos rurais como de suas famílias, que enxergam no benefício social dos idosos, condições de subsistência e de melhores condições de vida. Percebe-se a necessidade de novos estudos e políticas sociais voltadas para as famílias desses idosos, que, após a perda desses familiares ficam em situação de extrema pobreza e, porque não dizer, de abandono.

ABSTRACT

TAVARES, Vívian Oliveira, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, April of 2011. **The retirement of the rural elderly: implications for the management of family resources and quality of life.** Advisor: Karla Maria Damiano Teixeira. Co-advisors: Maria das Dores Saraiva de Loreto and Simone Wajnman.

Given the changes arising from population aging rapidly, the figure of the elderly is becoming increasingly important because, with the increase in life expectancy and pension coverage, the elder begins to exercise new roles and demand for new services. Once viewed by society in general as dependent and disabled, the elderly, both from the rural and the urban area, is more active and has become the head of family, thereby altering the entire family relationships and household economy. However, most research on the contribution of the elderly in family income refers to the urban retired seniors, there is an absence of more studies that address the rural retired ones. To contribute to the reduction of this gap, this study attempted to analyze the perceptions of rural elderly retirees, as well as their families on the income share of the elderly in the management of human and material resources of rural families, in addition to their implications for the elder's quality of life and the family group. The research approach grounded in quantitative and qualitative descriptive and exploratory nature, was developed in Viçosa-MG, the sample comprised 65 seniors of both genders, residents in rural areas, lucid and retired by the INSS, and by 65 family, each referring to a family elder. The sample was randomly selected, using the technique of drawing, and from there gister of rural pensioners from the INSS and some of criteria established. In order to perform the data collection, different techniques were combined, namely: memory test, the questionnaires World Health Organization Quality of Life Instrument Bref (WHOQOL-Bref) and World Health Organization Quality of Life Instrument for Older Persons (WHOQOL-module OLD), the World Health Organization (WHO), as well as semi-structured interviews and field notes. The treatment of the quantitative data was done using descriptive statistics through the Statistical Package for Social Sciences (SPSS) - Version 13.0, and qualitative data, based on content analysis. The results showed the crucial importance of the income of retired rural senior in the household economy, because in 80% of cases, the elderly accounted for at least 50% of family income and without it, this would be reduced by 78, 78% on average. It was found that

there is a situation of dependence of family economic resources of retired seniors, especially from their children and grandchildren who, for economic and family problems such as unemployment, low income, unplanned pregnancy, divorce and other events, establish relationships dependencies with their retired seniors, whether or not to cohabit with them. Regarding to evaluating the quality of life for seniors through the results of the WHOQOL-BREF and WHOQOL-Old, it was found that rural elderly retirees do not have low quality of life. We conclude that retirement causes significant changes in the life of the rural elderly as in their families, who see social benefit of the elderly, livelihood and better living conditions. We can see the need for further studies and social policies aimed at the families of these seniors, who, after the loss of these family members shall be in extreme poverty, and why not say, of abandonment.

1 - INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do Problema e Justificativa

Em todo o mundo, tanto nos países desenvolvidos, como em grande parte dos países em desenvolvimento, o seguimento populacional que mais cresce é o do idoso. No Brasil, esse quadro não é diferente e o país vem passando por uma transformação na estrutura etária de forma extremamente rápida. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os idosos já representam 11,1% da população brasileira (IBGE, 2010). A projeção para 2020 é de 27,2 milhões, e, em 2025, será o sexto país com maior população de idosos do mundo, com a expressiva quantidade de 31,8 milhões de idosos (PRADO, 2006).

Segundo Camarano (2002), a redução na taxa de fecundidade é a principal causa do envelhecimento populacional brasileiro, pois, com a redução do número de nascimentos, há uma diminuição progressiva dos grupos de faixa etária mais jovem e, conseqüentemente, um aumento da importância relativa do grupo de idosos. Isso se explica pelo fato de que, na década de 1970, a taxa de fecundidade era de 5,76 filhos por mulher em idade reprodutiva, seguindo um decréscimo contínuo até 2008, que apresentou uma taxa de 1,89, e, em 2009, uma taxa de 1,94 (IBGE, 2010).

Para Camarano (2002), outro fator atrelado ao aumento da população idosa é a queda da mortalidade, advinda, principalmente, dos avanços da medicina e de tecnologias na área da saúde, o que fez com que a expectativa de vida dos indivíduos aumentasse nas últimas décadas.

No entanto, deve-se ressaltar que, apesar do aumento da expectativa de vida ser resultado do progresso tecnológico e de políticas promovidas pela sociedade e pelo Estado, o aumento expressivo da população idosa não foi, e ainda não é, esperado de forma planejada pelo poder público, o que gera oportunidades e desafios que podem ocasionar sérios problemas sociais e econômicos, caso não sejam tratados adequadamente (NASRI, 2008).

Dentre as principais transformações e desafios advindos com o envelhecimento populacional, Almeida (2002), Agostinho e Máximo (2006) e Zani (2007) destacam o aumento dos gastos da Previdência Social, pois, a cada dia aumenta mais o número de idosos que se aposentam e que, devido ao aumento da expectativa de vida, usufruem por

mais tempo o benefício previdenciário; as mudanças no sistema de saúde, que precisa estar preparado para atender a um público maior de idosos com necessidade de cuidados diferentes; e o aumento das trocas intergeracionais, visto que, com o aumento da longevidade, há uma presença maior de idosos nas estruturas familiares, se tornando comum o convívio de pelo menos três gerações, alterando, assim, as organizações familiares e as transferências de bens e recursos.

Dessa forma, percebe-se, como destaca Camarano (2002), que o envelhecimento populacional, muitas vezes, é encarado como uma ameaça aos recursos da sociedade, gerando desafios para o Estado, bem como para os setores produtivos e para as famílias¹. Nesse cenário, Augusto (2003) afirma que as transformações sociais e econômicas referentes aos idosos são ainda maiores quando se considera a participação dos idosos da área rural. Segundo o autor, com o direito ao benefício previdenciário ou aposentadoria, o idoso aposentado rural apresenta-se como um novo ator social, que vem transformando significativamente a vida econômica e social de grande parte das famílias brasileiras.

Pesquisas, como as realizadas pelo IBGE (2008), revelam que os idosos das zonas rurais são responsáveis por mais de 50% da renda em 67,3% dos domicílios, o que mostra a importância dessa parcela populacional na manutenção de uma parte significativa das famílias brasileiras.

De acordo com Augusto e Ribeiro (2006), o idoso aposentado rural vem se destacando como peça fundamental na manutenção da família, pois, por meio do seu benefício previdenciário, consegue ajudar seus familiares e prover o lar.

Cabe destacar que o idoso urbano também vem ganhando destaque como provedor de suas famílias; entretanto, no meio rural, o papel do idoso ganha uma maior dimensão, não apenas porque a universalização da aposentadoria rural promoveu uma verdadeira revolução ao estender benefícios a uma massa de trabalhadores antes excluídos, mas também porque o piso do benefício – o salário mínimo – tem um impacto muito maior na economia rural do que na urbana.

Contudo, Prado (2006) ressalta que esse aumento do número de idosos responsáveis pelos domicílios brasileiros e/ou aumento da contribuição do rendimento

¹ Neste estudo entende-se por família um grupo social, com funções específicas, unida por laços de sangue, casamento, adoção ou afinidade, dividindo uma residência comum e cooperando economicamente.

do idoso na renda familiar não necessariamente significa melhoria na qualidade de vida do idoso. Para o autor, esse fato enfatiza ainda mais a condição de pobreza e de miséria do restante da população, além de deflagrar relações de dependência² familiar dos recursos dos idosos aposentados.

Na perspectiva de Vieira (2000), citado por Leal (2006), o aumento da participação do idoso na renda familiar revela uma inversão dos papéis, uma vez que os idosos estão passando de assistidos a assistentes; fenômeno cada vez mais visível nas famílias de baixa renda.

Na literatura, é possível identificar alguns estudos, como os de Silva (2004), Santos (2006) e de Augusto e Ribeiro (2006), que abordam de alguma forma as vantagens e desvantagens desse novo ator social: o idoso aposentado rural. De acordo com Augusto e Ribeiro (2006), um aspecto positivo é que a família do aposentado rural consegue, por meio da aposentadoria, melhorar suas condições de vida e de trabalho. Além disso, o idoso sente-se útil e importante para seus familiares, ajudando-os com dinheiro mensalmente. Contrapondo-se a essa visão positiva, destacam que talvez não seja justa essa dependência familiar depois de décadas de trabalho, etapa da vida em que o aposentado deveria descansar e receber cuidados e não cuidar dos outros. Assim, a participação da renda dos idosos aposentados na renda familiar ainda provoca debates a respeito dos benefícios e malefícios que esta participação vem acarretando no bem-estar dos idosos e de suas famílias.

Diante do exposto e tendo em vista que a população idosa cresce progressivamente e que aparato social, muitas vezes, não está adaptado a esse crescimento, faz-se necessário a compreensão da participação dos idosos no âmbito pessoal, familiar e econômico, no intuito de detectar as suas necessidades e aspirações, as dificuldades encontradas no dia a dia, bem como suas relações pessoais com os membros da família a fim de buscar uma melhor interação entre o idoso e o meio em que vive.

Dessa forma, problematiza-se que a participação dos rendimentos dos idosos aposentados rurais na economia familiar e a possível dependência familiar da renda

² Entende-se por dependência a situação em que um indivíduo ou um grupo de pessoas encontram-se subordinados ou necessitados do auxílio de outra pessoa ou entidade, para satisfazer suas necessidades e/ou desejos.

desses idosos interferem na administração dos recursos da família e, conseqüentemente, na qualidade de vida dos idosos e de seus familiares.

Nesse sentido, foi importante refletir sobre as seguintes questões norteadoras para a realização dessa pesquisa: quais mudanças o benefício da aposentadoria trouxe para o idoso rural e seu grupo familiar? De que forma é empregada a renda do idoso aposentado rural na economia familiar? Quem de fato administra os recursos desses idosos? Quais os papéis e funções que são atribuídos ao idoso aposentado rural? Que fatores interferem na qualidade de vida dos idosos aposentados rurais e de suas famílias?

Justifica-se responder esses questionamentos, considerando que a maior parte das pesquisas encontradas sobre a contribuição do idoso na renda familiar refere-se aos idosos aposentados urbanos, havendo uma ausência de maiores estudos que contemplem os idosos aposentados rurais.

Além disso, os resultados encontrados nesta pesquisa podem ser úteis para uma melhor compreensão das transformações que o envelhecimento populacional vem causando em algumas características socioeconômicas das famílias que possuem idosos.

Outrossim, estudos desta natureza podem contribuir diretamente no planejamento de políticas públicas, haja vista que com o aumento da população idosa e as mudanças sociais por ela provocadas aumentam também as demandas sociais para atender e assegurar a qualidade de vida desse segmento populacional.

1.2 Hipóteses de Investigação

As hipóteses inicialmente consideradas para a realização deste trabalho foram sendo adaptadas e melhoradas à medida que a investigação evoluiu, pois, segundo Bogdan e Biklen (1999), ao iniciar uma pesquisa, o “investigador qualitativo”, parte dos seus conhecimentos teóricos e da sua própria experiência e à medida que o estudo avança, as hipóteses iniciais vão sendo reformuladas de forma a compreender melhor o problema investigado.

Hipótese A Geral: O idoso aposentado rural é o principal responsável pela renda familiar, exercendo o papel de provedor da família.

H_{A0}: Idosos aposentados e seus familiares contribuem igualmente com o orçamento doméstico; e

H_{A1}: Idosos aposentados e seus familiares não contribuem igualmente com o orçamento doméstico.

Hipótese B Geral: Existe uma situação de dependência familiar dos recursos econômicos do(s) seu(s) idoso(s) aposentado(s) rural(is).

H_{B0}: A renda familiar não é igual à soma da renda de todos os idosos rurais aposentados na unidade familiar; e

H_{B1}: A renda familiar é igual à soma da renda de todos os idosos rurais aposentados na unidade familiar.

1.3 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa consistiu-se em analisar a percepção dos idosos³ rurais aposentados, assim como de suas famílias, sobre a participação dos rendimentos dos idosos na administração dos recursos materiais e humanos da família rural; além de suas implicações na qualidade de vida do idoso e do grupo familiar.

Especificamente, pretendeu-se:

- a) Caracterizar sociodemograficamente os idosos aposentados rurais e suas famílias;
- b) Analisar a alocação e participação relativa da renda dos idosos no sistema familiar;
- c) Verificar se existe uma situação de dependência familiar dos recursos econômicos dos seus idosos aposentados, bem como identificar os motivos que levam a família à situação de dependência;

³ Neste estudo foi considerado idoso o indivíduo que tinha 60 anos ou mais, tal como preceitua a Política Nacional do Idoso – PNI. Entretanto, como o presente estudo tinha por objetivo estudar o idoso aposentado rural, e a Constituição de 1988 determina para aposentadoria rural a idade mínima de 60 anos para homens e 55 anos para as mulheres, as mulheres acima de 55 anos aposentadas foram incluídas na amostra do estudo.

- d) Analisar e comparar as percepções dos idosos e de sua família sobre a participação dos rendimentos dos idosos no sustento familiar e na administração dos recursos pessoais e familiares; e
- e) Analisar as implicações da aposentadoria na qualidade de vida do idoso rural e do grupo familiar.

1.4 Estrutura Geral da Dissertação

O presente trabalho divide-se em seis capítulos, onde, no primeiro é apresentada a introdução, a contextualização do problema e justificativa, hipóteses de investigação, os objetivos propostos, e a estrutura geral da dissertação.

O segundo capítulo trata-se de uma revisão de literatura com referência ao tema proposto.

No terceiro capítulo é descrita a metodologia utilizada no desenvolvimento do estudo, descrevendo-se a população alvo, a amostra planejada e a amostra obtida, as estratégias de acesso ao campo de estudo, justificção e descrição das técnicas utilizadas, os procedimentos associados à organização e tratamento dos dados.

No quarto capítulo apresentam-se os resultados, a análise e a discussão dos mesmos. Nesse sentido, esse capítulo é dividido em sete seções, sendo as três primeiras dedicadas à caracterização sociodemográfica dos idosos rurais aposentados e de seus familiares. A partir da quarta e quinta seção discute-se, respectivamente, a participação da renda dos idosos no sistema familiar, e a situação de dependência familiar dos recursos econômicos dos idosos aposentados. Na sexta seção apresentam-se as percepções dos idosos e de suas famílias a respeito da participação dos rendimentos dos idosos no sustento familiar e na administração dos recursos, e, na sétima seção, analisa-se a qualidade de vida do idoso rural e as implicações da aposentadoria na qualidade de vida desse idoso e do grupo familiar.

No quinto capítulo são apresentadas as considerações finais da pesquisa, e, por fim, no sexto capítulo, as limitações do trabalho e sugestões para estudos futuros, que possam dar continuidade ao trabalho desenvolvido. Após o último capítulo é apresentada a bibliografia que fundamentou toda a dissertação.

2 - REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção, foram discutidos alguns tópicos relevantes para o entendimento da temática abordada, sendo eles: o envelhecimento populacional; o idoso e a aposentadoria; e a participação da renda dos idosos aposentados na economia familiar. No primeiro tópico, procurou-se abordar o envelhecimento populacional e as principais causas e implicações desse fenômeno; em seguida, discutiu-se sobre o idoso aposentado rural como um novo ator social; no terceiro tópico, abordou-se a importância e alguns impactos da aposentadoria do idoso na economia familiar; no quarto tópico, foram apresentados alguns pontos importantes sobre a administração de recursos familiares, e, no último tópico, alguns conceitos e usos do termo “qualidade de vida”.

2.1 Envelhecimento, Envelhecimento Populacional e suas Implicações

Individualmente, a idade de uma pessoa é dada pelo período cronológico entre a data atual e a de seu nascimento. No entanto, a percepção sobre o envelhecimento, o valor e o papel do idoso varia de pessoa para pessoa e ao longo do tempo (MOREIRA, 2001).

Corroborando com Moreira (2001), Sarti (2001) afirma que a forma de vivenciar e conceber o envelhecimento é definida em cada sociedade e em cada tempo histórico por seus valores e suas práticas.

Nesse mesmo sentido, Sequeira e Silva (2002) colocam que o envelhecimento não ocorre de forma igualitária e fixa em todos os indivíduos. Enquanto uns tendem a apresentar padrões habituais de envelhecimento, refletindo alterações típicas da idade, outros conseguem manter um nível elevado de funcionamento nos domínios físico, psicológico e social.

Teorizando a respeito do processo de envelhecimento, Vargas (1983) afirma que não se pode considerar velhice e envelhecimento como termos sinônimos. Para o referido autor, a velhice é uma etapa do desenvolvimento individual, na qual o indivíduo perde parte de sua capacidade de adaptação, além de perder sua vitalidade e estar mais susceptível a problemas orgânicos. Já envelhecimento é um fenômeno

biopsicossocial que afeta o homem e a sua existência na sociedade, apresentando um caráter não apenas biológico e psicológico, mas também social e cultural.

Na literatura, existem vários conceitos de envelhecimento, no entanto, não há uma definição clara, nem um consenso sobre qual aspecto o define melhor: idade cronológica, características fisiológicas ou eventos significativos, como a viuvez ou a aposentadoria (FONSECA *et al.*, 2008).

No entanto, apesar de não existir um conceito único de envelhecimento, sendo a população de idosos a que cresce mais em comparação a outros segmentos populacionais, tem-se discutido muito o termo “envelhecimento populacional”, em uma perspectiva demográfica. Em demografia, entende-se por envelhecimento populacional “o crescimento da população considerada idosa em uma dimensão tal que, de forma sustentada, amplia sua participação relativa no total da população” (MOREIRA, 2001, p.27).

Nesse sentido, atualmente, o envelhecimento populacional verifica-se como um fenômeno que a cada dia se torna mais expressivo tanto nos países desenvolvidos, quanto nos países em desenvolvimento.

Hurd (1990), citado por Leal (2006), afirma que, em 1990, nos Estados Unidos, apenas 4% da população possuía mais de 65 anos, mas, passado uma década, o número de idosos já correspondia a 11% da população do país. Na Europa, estima-se que a população idosa passará de 14,4% do total da população, para 20,2%, em 2020 (TSAKLOGLOU, 1996).

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de idosos já representa um contingente de 21 milhões de pessoas com 60 anos ou mais de idade, representando 11,1% da população brasileira (IBGE, 2010).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios (PNAD, 2008), no período de 1997 a 2007, a população brasileira na faixa etária de 60 anos apresentou um crescimento de 47,8%, chegando a 65% no grupo de idosos de 80 anos ou mais, revelando um crescimento acelerado desse segmento populacional (IBGE, 2010).

Esse envelhecimento é consequência de uma série de fatores associados, sendo o principal a diminuição da taxa de fecundidade. Desde a década de 1960, a taxa de fecundidade vem reduzindo continuamente devido à introdução e difusão de métodos

contraceptivos orais, além do aumento da escolaridade feminina, da maior inserção da mulher no mercado de trabalho e da transição da população da área rural para urbana (CAMARANO, 2002; AUGUSTO, 2003).

No que tange à taxa de fecundidade, cabe ressaltar que, em 1960, a taxa de fecundidade era de 6,3 nascimentos por mulher, e, em 2008, essa taxa foi de 1,89, valor inferior à chamada taxa de reposição (de 2,1), que significa o mínimo de filhos que cada brasileira deveria gerar para que, no período de trinta anos, a população total do país fosse mantida (IBGE, 2010).

Camarano (2002) ressalta, ainda, como outro fator responsável pelo envelhecimento populacional, a queda da taxa de mortalidade que aumenta a expectativa de vida, alterando a vida dos indivíduos, as estruturas familiares e a sociedade.

Dados do IBGE (2010) revelam que, no período de 1997 a 2007, a expectativa de vida do homem subiu 3,5 anos, passando de 65,5 para 69 anos, e a expectativa de vida da mulher aumentou 3,3, passando de 73,2 para 76,5 anos.

Silva (2005) ressalta que o aumento da população idosa altera não apenas as características da população de um país, região e município, mas também modifica a ordem econômica e social, apresentando-se como um desafio à sociedade e ao governo.

Nas palavras de Zani (2007, p.16), “O envelhecimento populacional acelerado vem influenciando o consumo, a transferência de capital e propriedades, os impostos, as pensões, o mercado de trabalho, a saúde, a composição e organização da família”.

Segundo Agostinho e Máximo (2006), dentre os desafios mais expressivos do envelhecimento populacional, destacam-se a adaptação do sistema de saúde para atender esse número maior de pessoas idosas que demanda cuidados diferentes; e o regime previdenciário adotado no Brasil, pois os gastos com os beneficiários de pensão e aposentadoria têm crescido consideravelmente com o envelhecimento da população.

Os autores supracitados também destacam alguns aspectos positivos do envelhecimento populacional, como a possibilidade de melhorias na qualidade da educação para as crianças e o aumento do período das pessoas em idade ativa. A melhoria na qualidade escolar para as crianças seria possível, haja vista que um número menor de crianças possibilita ao governo gastar menos com quantidade e mais com a

qualidade do ensino; e um maior período das pessoas em idade ativa poderia contribuir para o crescimento das riquezas do país.

As afirmativas de Agostinho e Máximo (2006) vão ao encontro a de Moreira e Carvalho (1992), quando afirmam que, com o envelhecimento populacional, começarão a ocorrer mudanças significativas nas demandas sociais do país. De acordo com os autores:

“(…) de um lado devem reduzir-se as pressões advindas de uma população jovem e crescente sobre o sistema educacional, atenção médica às crianças etc., de outro lado deve aumentar de forma significativa a pressão sobre o atendimento médico ao idoso e, principalmente, sobre a Previdência Social” (MOREIRA; CARVALHO, 1992, p.309).

Nesse contexto, percebe-se que não são poucas as transformações que o envelhecimento populacional acarreta à sociedade e ao Estado.

No entanto, Augusto (2003) ressalta que as transformações sociais e econômicas referentes à população idosa são ainda maiores quando se considera a participação relativa dos idosos da área rural no conjunto da população brasileira. Segundo o autor, com o resgate da Constituição de 1988, quando o trabalhador rural foi incluído no Regime Geral da Previdência Social, e com a regulamentação do dispositivo constitucional, em 1991 – que expandiu o benefício da Previdência Social aos homens de 60 anos e às mulheres de 55 anos, passando a ser beneficiados com a aposentadoria de um salário mínimo – uma série de transformações passaram a ocorrer na vida econômica e social de grande parte das famílias e dos municípios brasileiros.

Corroborando com Augusto, Sabóia (2003) afirma que a aposentadoria rural por idade se tornou muito importante aos idosos rurais, pois, além de garantir àqueles que trabalharam na agricultura familiar uma remuneração mínima, valoriza os idosos que não são mais considerados como dependentes e, às vezes, até como um “peso” para suas famílias, como ocorria no passado.

Diante do exposto, surge a necessidade da discussão sobre o idoso aposentado rural.

2.2 O Idoso e a Aposentadoria Rural

Com o envelhecimento populacional acelerado, a figura do idoso aposentado ganha destaque como uma das questões econômicas e sociais que mais tem suscitado debates e questionamentos em meio ao poder público e na sociedade em geral.

Para Moraes e Barros (2003), pensar na aposentadoria é compreender como o sustento da velhice se torna um direito do trabalhador, que, após certo número de anos de trabalho ou alcançar determinada idade, tem o direito de receber uma renda vitalícia.

No entanto, segundo Montoro Filho e Porto (1982), a aposentadoria nem sempre se apresentou como uma preocupação na história da humanidade, haja vista que antes do processo de urbanização e industrialização as famílias eram extensas e os idosos, dependendo de suas condições físicas e psicológicas, partilhavam seus bens materiais com os filhos, tendo estes, como obrigação, sustentarem os seus pais, quando estes não podiam fazê-lo.

De acordo com os autores supracitados, foi apenas após a industrialização, com o aumento das cidades e a mudança do modelo de família extensa para o modelo nuclear, ou seja, composta por pai, mãe e filhos, que especialistas e políticos passaram a se preocupar com o amparo aos idosos, “excluídos” pelo pequeno grupo familiar, chegando à conclusão de que o governo deveria intervir, criando, assim, a Previdência Social.

A Previdência Social é uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus segurados. É um seguro social utilizado para substituir a renda do trabalhador contribuinte, quando ele perde a capacidade de trabalho, seja por doença, invalidez, idade avançada, morte e desemprego involuntário, ou mesmo, pela maternidade e a reclusão (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2010).

Entretanto, o direito ao benefício previdenciário nem sempre incluiu efetivamente todas as classes de idosos, como é o caso do idoso aposentado rural, que se apresenta como um novo ator social, visto que sua inclusão efetiva no sistema previdenciário data de 1963.

De acordo com Beltrão, Oliveira e Pinheiro (2000), o marco legal do sistema previdenciário vigente no Brasil é a Lei Eloy Chaves, promulgada em 1923.

Inicialmente restrita a uma parcela dos empregados urbanos, a cobertura foi sendo gradativamente estendida a outros grupos, inclusive aos trabalhadores rurais. Entretanto, a inclusão efetiva do trabalhador rural no campo na legislação previdenciária só concretizou-se em 1963, com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214, de 2 de março) que, entre outras medidas, criava o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural).

Apesar do Estatuto do Trabalhador Rural apresentar uma quantidade razoável de benefícios, sua aplicação prática era limitada devido à escassez de recursos financeiros. Assim, desde a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, várias foram as tentativas de ampliação ou de maior inclusão do trabalhador rural no sistema previdenciário brasileiro (BELTRÃO; OLIVEIRA, 2000).

Foi, em 1988, por meio da Constituição Federal, que novos critérios foram instituídos para a população rural, como a alteração da idade mínima de 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres e um piso de benefício igual a um salário mínimo, universalizando o benefício para toda a população rural, já que homens e mulheres tiveram igualdade de acesso. Dessa forma, após a regulamentação, em 1991, das modificações propostas pela constituição de 1988, foi que um maior número de trabalhadores rurais obteve o direito de receber o benefício da aposentadoria (BELTRÃO; OLIVEIRA, 2000).

É interessante destacar que, em 1988, data da Constituição Federal, o Brasil tinha 377.203 aposentados pela Previdência e, em 2008, o número chegou a 1.016.250 de aposentados, sendo 657.040 na área urbana e 359.210 na área rural (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2010).

Nesse contexto, segundo Moraes e Barros (2003), a aposentadoria vem ganhando maior destaque nos últimos anos, fazendo com que o envelhecimento se torne um problema socioeconômico de alcance público.

A visão da aposentadoria como um problema público pode ser também evidenciada nas palavras de Almeida (2002):

“Com a promulgação da Constituição de 1988, ocorreu a universalização da seguridade social, isto é, ampliou-se o piso mínimo de benefício dos trabalhadores rurais, elevou-se o piso mínimo de benefícios para um salário mínimo e promoveu-se o direito de ingressar no sistema previdenciário para qualquer indivíduo, mediante

contribuição. Isso representou um avanço do ponto de vista distributivo da renda, entretanto, não se levou em consideração como o financiamento do sistema previdenciário seria equacionado, somada as transformações demográficas” (ALMEIDA, 2002, p.27).

De acordo com Almeida (2002), com o aumento da população idosa, aumenta também o número de beneficiários da Previdência Social Rural, o que traz à tona, tanto para a sociedade quanto para o Estado, a questão da receita e dos gastos da Previdência Social, bem como a seguridade dos benefícios previdenciários a milhões de idosos.

Ainda segundo Almeida (2002), apesar da previdência social contribuir para melhorar a condição de milhões de idosos de todo mundo, o sistema previdenciário, no que diz respeito ao seu financiamento, poderá no futuro, não atender mais seu objetivo, ou seja, não poderá assegurar mais o bem-estar desse contingente populacional.

No entanto, apesar do discurso de que há uma defasagem no caixa previdenciário devido aos benefícios concedidos, principalmente a aposentadoria rural, Augusto (2003) afirma que há outros fatores e classes de trabalhadores responsáveis por grande parte do déficit da Previdência Social.

Augusto (2003), ainda coloca que:

“O universo das aposentadorias rurais, responsável também por um desequilíbrio orçamentário da Previdência, não pode ser visto com o mesmo rigor que os outros setores, antes que seja feita uma reestruturação do setor que sobrevive em condições precárias. É preciso uma política ajustada e o meio rural precisa ser visto com atenção especial e um certo “carinho”, devido à fragilidade econômica de seus membros, fruto da própria história e políticas que direcionaram o processo de desenvolvimento do país” (AUGUSTO, 2003, p.20).

Além disso, faz-se necessário ressaltar a existência de estudos, como os de Delgado e Cardoso Júnior (1999), Camarano e Pascom (2000), Beltrão, Camarano e Mello (2004), Goldani (2004), Kreter (2004), Silva (2004), Leal (2006), entre outros, que revelam como a expansão das aposentadorias vem ocasionando uma série de transformações significativas, tanto na vida dos idosos aposentados, quanto na vida de seus familiares, e até mesmo nos municípios brasileiros que, de alguma forma, necessitam da renda desses idosos.

Nesse sentido, Delgado e Cardoso Júnior (1999) constataram que o benefício da aposentadoria rural permite, no espaço privado familiar, uma revalorização dos idosos que, por meio da renda da aposentadoria, obtêm uma espécie de proteção de subsistência familiar.

Camarano e Pascom (2000), analisando dados da PNAD de 1998, observaram que aproximadamente 43% da renda familiar do Nordeste e 41% da renda familiar do Sudeste eram provenientes de aposentadorias, verificando o efeito multiplicador do benefício social dentro das famílias.

Beltrão, Camarano e Mello (2004), analisando a situação da população rural brasileira com respeito à previdência social, puderam constatar que apesar do benefício previdenciário ter a função específica de servir como seguro contra perda de capacidade laboral, é inegável a importância da previdência rural na elevação da renda no campo e, conseqüentemente, na diminuição da pobreza. Os autores ainda auferiram que a aposentadoria dos idosos está alterando a composição dos arranjos familiares, a estrutura produtiva e a economia familiar rural. No que diz respeito ao arranjo familiar, é crescente o número de famílias rurais brasileiras que contêm idosos na sua composição, tornando-se cada dia mais comum famílias com três ou mais gerações. Quanto a estrutura produtiva e a economia rural, nas famílias rurais, o papel da renda dos idosos é mais do que simplesmente contribuir para o orçamento familiar, pois o benefício recebido pela população idosa também é utilizado para custear a produção agrícola, ou seja, a agricultura, caracterizada pela pequena propriedade em regime de economia familiar.

Kreter (2004) pôde verificar que, de um modo geral, todos os domicílios rurais com idosos sofreram alguma melhoria na década de 1990, e que as residências com idosos aposentados são melhores dotadas⁴ do que as dos idosos não aposentados.

Diante destes estudos, verifica-se que a participação do idoso na economia familiar rural é um fenômeno que vem ganhando grande relevância e que merece melhor observação e questionamentos (SILVA, 2004).

⁴ Para Kreter (2004), residências mais dotadas referem-se às que possuem maior quantidade de bens-de-consumo duráveis, construção ou reforma das estruturas físicas dos domicílios e/ou pela utilização de serviços como energia elétrica e telefonia fixa.

2.3 A participação da Renda dos Idosos Aposentados na Economia Familiar

Antes de referenciar a participação do idoso na economia familiar, se faz necessário entender um pouco o conceito de família e a figura do idoso no sistema familiar.

A família refere-se a uma instituição básica da sociedade, a qual, ao longo dos anos sempre foi percebida pela sociedade como a unidade responsável pelo fornecimento de suporte, proteção, norma, alimentação e socialização de seus membros (CARVALHO; ALMEIDA, 2003).

De acordo com a teoria ecossistêmica, a família pode ser percebida como uma unidade doméstica, na qual o comportamento de um membro vai afetar e também ser alterado pelo comportamento de todos os demais membros da família (GRIFFORE; PHENICE, 2001 *apud* TEIXEIRA, 2005). Assim, em termos gerais, a família pode ser percebida como um sistema constituído por subsistemas (membros familiares), direta ou indiretamente relacionados, de forma que cada subsistema é relacionado com algum outro em uma maneira mais ou menos estável dentro de um período particular de tempo.

Nesse sentido, de acordo com Sarti (2001, p.92), pode-se afirmar que “a família é dinâmica e mutante, ainda que seja frequentemente concebida como natural, dado o fundamento biológico dos fenômenos nela vivenciados: o nascimento, o acasalamento, o crescimento, o envelhecimento e a morte”.

No contexto das transformações demográficas, o envelhecimento populacional, causado principalmente pela diminuição da fecundidade e da mortalidade e pelo aumento da expectativa de vida, também vem modificando a família, haja vista que a família é a fonte de apoio informal mais direta para a população idosa (CAMARANO *et al.*, 2004).

Corroborando com Camarano *et al.* (2004), Dias (2007) afirma que tradicionalmente a responsabilidade pelos idosos é delegada, principalmente, à família ou a seus descendentes, fato também possível de ser evidenciado na Constituição Federal do Brasil de 1988 e no Estatuto do idoso, Lei 10.741, prescritos respectivamente a seguir:

“A Constituição Federal do Brasil de 1988 no Art. 229 indica ainda, os pais tem o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988, p.126).

“É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária” (ESTATUTO DO IDOSO, LEI 10.741, Art 3º).

Nesse sentido, Pereira (2006) ressalta que, em muitas situações, quando se pensa na pessoa envelhecida e na sua família, imagina-se que o idoso pode significar ônus financeiro e necessidades de diversos tipos de cuidados, representando, o idoso, um “peso” para sua família.

Entretanto, o discurso tradicional que atribui à família a obrigação de amparar os seus idosos, já não é o mesmo, haja vista que muitas famílias brasileiras enfrentam dificuldades em alcançar estabilidade, o que tem levado o idoso a contribuir na renda familiar, mesmo, muitas vezes, com aposentadorias insuficientes (ALCÂNTARA; DEBERT, 2007).

A cada dia novos estudos revelam que uma parcela considerável dos idosos tem a necessidade de assegurar não só a própria manutenção, mas continua contribuindo com o orçamento familiar. Nesse contexto, Debert (2004), dentre as várias abordagens que faz em seu livro, “A invenção da velhice”, aborda a figura do idoso como fonte de recursos⁵, fato claramente evidenciado em pesquisas de institutos de estatística como as do IBGE.

Segundo dados do IBGE (2010), a participação do idoso na renda familiar se revela cada vez mais expressiva. No início da década de 1980, a contribuição dos idosos era de 37%; já, na década de 1990, passou a ser 47,2% e, em 2007, em 53% dos domicílios do país, mais da metade da renda era fornecida por pessoas com 60 anos ou mais. Na área rural do País, a contribuição dos idosos no orçamento familiar chegou a 67,3% dos domicílios em 2007, sendo esta situação mais expressiva no Nordeste rural, 73%.

⁵ Por recursos, entende-se “(...) meios que os indivíduos ou famílias dispõem para satisfazer as suas diferentes necessidades” (TEIXEIRA, 2005).

Ainda, dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), revelaram que a contribuição da renda do idoso na renda familiar é mais expressiva quanto menor é o nível de renda do idoso e do seu grupo familiar; destinando assim, o idoso, cerca de 70% da sua renda para a renda familiar, quando ele recebe menos de três salários mínimos, e contribuindo com 40% da sua renda, aquele que recebe acima de 10 salários mínimos (KRELING, 2002; AREOSA, 2008).

Esses dados mostram a importância dos idosos no sustento de suas famílias. Com o benefício previdenciário, os idosos aposentados representam um dos segmentos sociais com maior estabilidade, crescendo o número de casos em que estes se responsabilizam pela manutenção de suas famílias (COUTRIM, 2006).

Coutrim (2006) esclarece que, devido aos efeitos da instabilidade do mercado de trabalho, nascimento de filhos fora do casamento, divórcios, e outros eventos, os filhos têm permanecido ou retornado para a casa dos pais, mantendo-se, assim, o idoso como chefe de família e com novas funções anteriormente não tão expressivas. O referido autor ressalta que, aos idosos que ainda continuam responsáveis financeiramente por suas famílias, confere-se o status⁶ de provedor.

Corroborando com Coutrim (2008), Santos (2006) afirma que a aposentadoria deu “status” a muitos idosos rurais que, por meio do benefício recebido, têm garantia de uma renda certa no final do mês.

Nesse sentido, Areosa (2008) ressalta ainda que, o benefício social recebido pelo idoso, na forma de aposentadoria e/ou pensão, além de garantir uma renda certa e a subsistência dos idosos, cumpre também uma função de proteção social importante, pois através dele é possível constatar uma revalorização da pessoa idosa dentro do espaço familiar, bem como uma inversão de papéis, em que, de assistido, o idoso passa a desempenhar o papel de assistente.

De acordo com Augusto e Ribeiro (2006), a figura do idoso provedor da manutenção de sua família também é referente ao aposentado rural. De acordo com os mesmos autores, filhos, netos, noras e genros, irmãos e até cunhados encontram amparo

⁶ Os termos “status” e “papel” são considerados como definidores da posição social e do modo geral de interação entre os indivíduos. A cada “status” pessoal têm-se papéis que, somados, definem a posição individual da pessoa, ou seja, a soma dos direitos e obrigações que representam o seu comportamento social (MENDES, 2005).

sob o benefício do idoso aposentado que, mesmo não recebendo uma grande quantia, faz verdadeiros “milagres”.

Nesse sentido, segundo Pessôa (2007), a aposentadoria rural ajuda a reduzir a pobreza no país. A autora ainda afirma que, segundo pesquisas do INSS, ter um idoso na família ajuda a elevar a renda média mensal da família, e a renda per capita dos domicílios que têm aposentados chega a ser 30% maior.

Para Alcântara e Debert (2007), o fato das famílias que possuem idosos morando na mesma residência possuir uma renda maior em comparação às outras famílias, pode-se justificar em função do tipo de arranjo familiar e das etapas do ciclo familiar, que estabelecem ou não relações de dependência entre os membros da família.

Neste contexto, Peixoto (2004) chama a atenção para um fenômeno, consequente desta assistência que o idoso vem oferecendo a sua família: a co-residência ou coabitação. Segundo a referida autora, no Brasil, as gerações mais velhas cada vez mais coabitam com as gerações novas, fenômeno mais comum nas camadas populares e que resultam em implicações econômicas e sociais dentro do grupo familiar.

Para Pessôa (2007), dentre as implicações resultantes da coabitação de idosos e seus familiares, pode-se citar a administração dos bens e dos rendimentos do idoso, que podem ser propriedades ou simplesmente a aposentadoria, pelos familiares. Segundo a referida autora, como consequência, em muitos casos, o idoso perde a autonomia e não controla nem mesmo seu próprio dinheiro, tendo, muitas vezes, que justificar seus gastos.

Levando-se em consideração que a co-residência está associada às condições de vida e, assim, aos níveis de bem estar, Camarano (2002) ressalta que nem sempre a “dependência” da família à renda do idoso, significará benefícios ou prejuízos às relações familiares e à qualidade de vida do idoso e de sua família.

No entanto, Moraes e Barros (2003) argumentam que é importante conhecer a composição familiar em que os idosos vivem, de forma a compreender o suporte afetivo e material que ele dá e recebe, pois compartilham residência, renda, cuidados domésticos, ou seja, os arranjos familiares afetam ou são afetados pelas condições de vida e pelas relações da família com o contexto em que está incluída.

Vecchia (2005) também coloca que, com as mudanças de papéis e funções desempenhadas pelas famílias e pelos idosos, se faz necessário garantir aos idosos e a

seus familiares bem-estar e boa qualidade de vida, para que, dessa forma, as relações sociais não sejam enfraquecidas.

Diante da contribuição dos idosos junto aos recursos de seus familiares e o quanto isso tem significado para a manutenção das unidades domésticas atuais, é válido o entendimento da administração dos recursos familiares.

2.4 Administração dos Recursos Familiares

Recursos são os meios pelos quais, os indivíduos satisfazem suas demandas, ou seja, suas metas ou eventos que requerem ação, a fim de satisfazer suas necessidades e desejos (TEIXEIRA, 2005).

A Administração de recursos na família, de acordo com Deacon e Firebaugh (1988), diz respeito ao planejamento do uso dos recursos e à implementação de planos para o alcance de objetivos e metas.

Segundo Cebotarev (1979), os principais objetivos da administração dos recursos da família são o uso efetivo dos recursos da família para satisfazer suas necessidades e a criação de um meio ambiente propício para o desenvolvimento do capital humano. Nesse sentido, percebe-se, que a administração de recursos familiares remete a um tipo particular de administração: a administração que ocorre dentro do ambiente próprio do indivíduo ou da família. Dessa forma, pode-se dizer que a administração de recursos no ambiente familiar compreende as atividades diárias dos indivíduos, bem como suas relações com outras pessoas dentro e fora de seu ambiente.

Com relação à administração de recursos fora de ambiente familiar, Teixeira (2005) coloca, que:

“o fato de a família administrar recursos fora do ambiente familiar implica na realização de operações administrativas complexas, destinadas a conciliar necessidades individuais ou problemas da esfera privada da vida com recursos da esfera pública. Isso porque, enquanto as necessidades das famílias são de ordem doméstica ou privada, grande parte dos recursos para satisfazê-las é de ordem pública” (TEIXEIRA, 2005, p.23).

Essa colocação traz à tona o fato de que muitos recursos que a família administra são obtidos da esfera pública ou por meio de transações com outras instituições da sociedade.

Nesse sentido, a administração de recursos na família, está diretamente relacionada ao acesso ou não a determinados tipos de recursos, ou seja, a disponibilidade e a forma como são distribuídos aos membros da família (TEIXEIRA, 2005). Assim, o processo de administração de recursos na família não se caracteriza como um processo simplista.

De acordo com Goldsmith (2009), na administração de recursos, os indivíduos e as famílias seguem padrões dentro de um contexto de exigências e viabilidade de recursos. No entanto, os padrões e os valores familiares sempre mudam com o tempo. Além disso, no uso dos recursos, deve-se, além de levar em consideração suas propriedades, ter em mente os princípios para o uso dos recursos, bem como considerar os objetivos e as metas estabelecidas.

Deacon e Firebaugh (1988) ressaltam ainda que, para que os processos de administração de recursos possam ser aplicados de forma efetiva, deve-se compreender as mudanças que ocorrem na vida das famílias. De acordo com as autoras supracitadas, estas mudanças são exploradas por quatro perspectivas: 1) aumento das complexidades de sustento; 2) estabilidade familiar; 3) mudanças no modelo do próprio sistema familiar; e 4) tecnologia.

O aumento das complexidades de sustento refere-se às mudanças inevitáveis, que, com o passar do tempo, ocorrem, como mudanças advindas com o envelhecimento e ciclo de vida, gerando, assim, a necessidade de que as pessoas desenvolvam habilidades para antecipar mudanças e envolver elas mesmas em processos de administração de suas atividades diárias (DEACON; FIREBAUGH, 1988).

A estabilidade familiar está relacionada às mudanças na composição familiar, mobilidade, níveis e estilos de sustento, modelos dos membros, e padrões de interação social que podem modificar a estabilidade familiar. De acordo com Paolucci *et al.* (1977), a composição familiar, o papel desempenhado pelos seus membros, as expectativas quanto ao desempenho das funções e a comunicação exercem influência na administração de recursos na família.

As mudanças no modelo do próprio sistema familiar, ainda segundo Deacon e Firebaugh (1988), referem-se às mudanças nos padrões da família, embora os padrões de modelo de família serem profundamente incutidos e mudarem de forma lenta. Por último, as mudanças relacionadas à tecnologia, referentes às mudanças tecnológicas que têm contribuído e alterado as condições e estilos da vida familiar e individual.

Nota-se, então, a complexidade e a importância da administração dos recursos familiares, pois a maneira como a família administra seus recursos tanto é afetada por mudanças externas quanto por mudanças internas. Além disso, a administração de recursos na família tem relação direta com a qualidade de vida da mesma, haja vista que os recursos, na maioria das vezes, são escassos e cabe à família decidir como irá administrá-los de modo a maximizar o seu uso, proporcionando maior satisfação.

Dessa forma, a administração de recursos familiares envolve não apenas recursos financeiros, mas também tomada de decisão, solução de problemas, negociação de poder, bem como administração do estresse, do tempo, de diferentes papéis e funções. Portanto, o objetivo final da administração de recursos da família é promover o bem-estar individual e familiar (TEIXEIRA, 2005).

2.5 Qualidade de Vida

Vários estudiosos têm mostrado interesse e se debruçado sobre o conceito de qualidade de vida. No que tange à população idosa, os estudos que refletem essa questão são válidos, pois, mais que garantir aos idosos uma longevidade maior, é necessário também proporcionar-lhes uma boa qualidade de vida.

Nesse sentido, é importante entender a abrangência do termo “Qualidade de Vida”. De acordo com Paschoal (2007), o termo surgiu após a segunda guerra mundial, inicialmente, para referir-se à conquista de bens materiais e, posteriormente, o conceito foi ampliado para medir quanto uma sociedade havia se desenvolvido economicamente. Por meio de indicadores econômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), países inferiam se suas populações usufruíam ou não de uma melhor qualidade de vida. Com o passar dos anos, o conceito passou a abranger, além do desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social.

No entanto, a partir da década de 1960, percebeu-se que esses aspectos, por si só, não eram suficientes para medir a qualidade de vida das pessoas e, assim, novos conceitos para “qualidade de vida” foram surgindo, dependendo dos interesses dos pesquisadores e das percepções dos indivíduos envolvidos (PASCHOAL, 2007).

Para Cebotarev (1981), citado por Gomes (2002), qualidade de vida refere-se à satisfação das exigências básicas sociais e culturalmente definidas, indispensável ao desenvolvimento dos indivíduos, das famílias e das comunidades.

Outra acepção de qualidade de vida é a de Fleck, Chachamovich e Trentini (2003), que definem este termo como a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto cultural e no sistema de valores sob os quais ele vive.

De acordo com Vecchia *et al.* (2005), o conceito de qualidade de vida abrange uma série de aspectos relacionados ao bem-estar pessoal, como o nível socioeconômico, o estado emocional, a interação social, a atividade intelectual, o suporte familiar, o estado de saúde, os valores culturais, éticos e a religiosidade, o estilo de vida, a satisfação com o emprego e/ou com atividades diárias e o ambiente em que se vive.

Nesse contexto, Gomes (2002) ressalta que,

“Ao abordar os fatores que refletem uma boa ou má qualidade de vida, é preciso identificar certos indicadores, que espelham melhor o estado de bem estar individual ou coletivo que se pretende analisar, procurando-se levar em consideração o ambiente micro e macro no qual o indivíduo se insere” (GOMES,2002, p.20).

No que se refere à avaliação da qualidade de vida de idosos, Martins *et al.* (2009) afirmam que se deve adotar múltiplos indicadores do bem-estar na velhice, como longevidade, saúde biológica, saúde mental, satisfação, controle cognitivo, competência social, produtividade, atividade, eficácia cognitiva, *status* social, renda, continuidade de papéis familiares, ocupacionais e continuidade de relações informais com amigos.

Foi nesse contexto, em meio ao surgimento de diversas definições de Qualidade de Vida, que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no início da década de 1990, reconhecendo a necessidade de debater esse conceito e construir um instrumento para sua avaliação, criou o grupo de Qualidade de Vida (WHQOL-Group).

O WHQOL-Group é um grupo formado por estudiosos de diferentes culturas que propôs um conceito de qualidade de vida subjetivo, multidimensional, que incluísse

aspectos positivos e negativos, ficando assim estabelecido: “qualidade de vida é a percepção do indivíduo sobre sua posição na vida, dentro do contexto dos sistemas de cultura e valores nos quais está inserido e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (GRUPO WHOQOL, 1994, p.28).

Verifica-se, então, que Qualidade de Vida trata-se de um conceito amplo e complexo, que engloba a saúde física, o estado psicológico, o nível de independência, as relações sociais, as crenças pessoais e as relações com as características do meio ambiente, não podendo ser medida por meio de indicadores objetivos, pois se trata de uma experiência subjetiva; o que implica que a melhor pessoa para avaliar a qualidade de vida seja, indiscutivelmente, o próprio indivíduo.

É dentro desse conceito subjetivo e amplo que, neste estudo, entende-se por “Qualidade de Vida” a percepção do indivíduo sobre todos os aspectos da sua vida (físico, psicológico, social, pessoal, emocional e ambiental), dentro do contexto cultural e dos valores nos quais está inserido, bem como em relação aos seus anseios e preocupações.

3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Local do Estudo

O estudo foi desenvolvido na cidade de Viçosa, localizada ao norte da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais. Considerada uma cidade de médio porte, Viçosa possuía aproximadamente 70.923 habitantes (IBGE, 2010). Deste total, aproximadamente 5.062 eram residentes na zona rural do Município.

Quanto ao seu território, Viçosa possui uma área territorial de 299 km² e distancia-se a 245 km de Belo Horizonte, a 700 km de São Paulo e a 360 km da Cidade do Rio de Janeiro. A cidade também está próxima a alguns importantes municípios regionais, como Ouro Preto, Ubá, Ponte Nova e Juiz de Fora.

O surgimento da cidade de Viçosa data de 1800, período colonial, estando diretamente relacionada ao período do ciclo do ouro em Minas Gerais. A princípio, segundo dados da Câmara Municipal (2010), tratava-se de um pequeno povoado de nome Santa Rita do Turvo, sendo elevada a categoria de cidade somente em 1876 e recebendo a denominação atual em 1911.

Desde o seu surgimento, Viçosa se caracterizava como uma cidade eminentemente agrícola, tendo o setor agrário, principalmente devido ao café, vital importância para a economia da cidade e da região. Contudo, em 1922, com a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), a cidade sofreu um acelerado processo de urbanização e, com a federalização dessa, hoje denominada Universidade Federal de Viçosa (UFV), a economia da cidade passou a centrar-se nos setores de comércio e prestação de serviço, ao mesmo tempo, que o setor agrário foi perdendo gradativamente sua proeminência na economia local.

Hoje, segundo Léllis (2008, p.61) “a agricultura na cidade se destaca pela predominância de pequenas propriedades que cultivam em regime de subsistência, ou para uma comercialização em pequena escala para atender os pequenos mercados da cidade”.

Quanto ao mercado de trabalho, de acordo com Oliveira e Borges (2006), a maior parte de empregos em Viçosa encontra-se nos setores de comércio e serviço

(62%), e o restante está distribuído na agropecuária (15%), na construção civil (14%) e na indústria (9%).

3.2 População e Amostra

A população estudada foi constituída por idosos, do sexo masculino e do sexo feminino, moradores na zona rural⁷; com idade a partir de 60 anos⁸, lúcidos e aposentados pelo INSS.

Segundo o Instituto de Pesquisas de Mercado e Opinião, Projetos e Consultoria (CENSUS), em 2009, a população com idade igual ou superior a 60 anos em Viçosa era de 8,1%, o que correspondia a 10.458 indivíduos idosos.

Em relação ao número de aposentados, existiam no município de Viçosa, aproximadamente, 962 aposentados rurais⁹ (INSS, 2010). No entanto, de acordo com os cadastros do INSS, do total de aposentados rurais, apenas 449 residiam na área rural do município. Tendo esta pesquisa como foco o idoso aposentado residente na área rural, a população estimada do estudo referiu-se aos 449 aposentados.

No que diz respeito à amostra, esta foi selecionada a partir do cadastro dos aposentados rurais do INSS e de alguns critérios estabelecidos.

Com relação ao cadastro dos aposentados rurais do INSS, este continha informações básicas como o nome e o endereço/localidade rural dos beneficiários. Importa destacar que uma parte significativa dos cadastros era imprecisa, no que se refere aos endereços dos aposentados, contendo apenas os nomes das propriedades rurais, sem especificação da comunidade rural em que se localizava. Além disso, em determinadas comunidades registrou-se um número muito pequeno de aposentados (máximo de 1 ou 2 aposentados), apresentando-se como um fator limitante da pesquisa, visto o tempo proposto para a realização da mesma¹⁰, os custos e ao fato de que nem

⁷ Para a definição do espaço rural e urbano, o estudo foi pautado no critério do IBGE no qual é considerada urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila).

⁸ No caso de idosas mulheres aceitou-se uma idade mínima de 55 anos, idade em que a mulher rural pode aposentar-se.

⁹ Estão incluídos idosos rurais aposentados por tempo de serviço rural e idosos rurais aposentados por idade.

¹⁰ Para essa pesquisa de mestrado, foi proposto um período de, no máximo, seis meses para a coleta de dados.

sempre o cadastro do aposentado em endereço rural significava que ele ainda morasse nesse local.

No que se refere aos critérios, a fim de se atender os objetivos da pesquisa, estipulou-se que só participaria do estudo o idoso rural aposentado que:

- atendesse ao requisito de funções mentais normais e memórias preservadas;
- não morasse sozinho, haja vista o interesse da pesquisa em comparar as características e percepções dos idosos com as de seus familiares com os quais co-reside;
- tivesse algum membro familiar que pudesse responder ao questionário direcionado à família, no momento da entrevista; e
- seu cônjuge não tivesse sido entrevistado, de forma a não repetir os dados, pois a unidade familiar seria a mesma.

No entanto, o atendimento a esses requisitos só puderam ser avaliados no momento das entrevistas, ou seja, quando se foi a campo.

Dessa forma, para início da coleta de dados, estipulou-se que a amostra seria composta pelos idosos aposentados residentes em comunidades rurais reconhecidas¹¹, de acesso relativamente fácil¹² e com registro de pelo menos 5 (cinco) idosos aposentados rurais no cadastro do INSS.

Estipulou-se, também, que o número de entrevistados em cada comunidade rural corresponderia a 25% do total de cadastrados em cada uma delas, de forma que cada comunidade tivesse uma subamostra representativa. A determinação de quais sujeitos comporiam os 25% foi realizada aleatoriamente utilizando-se a técnica de sorteio. As comunidades selecionadas, o número previsto de pesquisados/entrevistados e o número real em cada uma delas podem ser vistos na Tabela 1.

¹¹ Refere-se aos endereços ou comunidades que puderam ser localizadas por meio do cadastro no INSS e/ou por outras formas, como através de informações das secretarias municipais de agricultura e de obras, mapas do município, além de informações de técnicos da EMATER-MG, que conhecem bem toda a área rural do município.

¹² Possível de se chegar até elas por meio de veículos como carro, motocicleta e/ou ônibus.

Tabela 1 – Distribuição da amostragem nas comunidades rurais selecionadas, Viçosa-MG, 2010.

Comunidade rural selecionada	Número de cadastrados no INSS	Valor correspondente a 25%	Número previsto de entrevistados	Número real de entrevistados
Buieie	6	1,5	2	1
Cachoeira de Santa Cruz	49	12,25	12	12
Cascalho	16	4	4	4
Colônia Vaz de Melo	5	1,25	1	1
Córrego Fundo	34	8,5	9	5
Córrego São Francisco	10	2,5	2	4
Córrego São João	6	1,5	2	5
Córrego Santa Tereza	11	2,75	3	1
Duas Barras	5	1,25	1	2
Nobres	16	4	4	5
Paíol	6	1,5	2	3
Palmital	11	2,75	3	3
Paraíso	7	1,75	2	1
Pau de Cedro	7	1,75	2	2
Piúna	16	4	4	4
Retiro	8	2	2	4
Siriquite	8	2	2	2
Pedreira	10	2,5	3	3
Entorno Fundão/Cachoeirinha	39	9,75	10	3
TOTAL	270	66,25	70	65

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao observar a Tabela 1, nota-se que inicialmente foi estipulada uma amostra de 70 idosos rurais aposentados. Entretanto, no decorrer da pesquisa, verificou-se que muitos não atendiam aos requisitos pré-estipulados para inclusão no estudo. Em decorrência dessa situação, quando um idoso não atendia a algum requisito, outro idoso da mesma comunidade era sorteado de forma a substituí-lo¹³, tentando, assim, não prejudicar o tamanho da amostra.

Dessa forma, ao todo, procurou-se por 160 (cento e sessenta) idosos rurais aposentados, sendo que destes, 65 foram entrevistados; 30 não foram encontrados; 22 não foram encontrados porque se mudaram; 19 não puderam ser entrevistados porque seu cônjuge já estava participando da pesquisa; 9 moravam sozinhos; 6 não passaram no teste de memória; 4 já haviam falecido; 4 não quiseram participar do estudo, e 1 tinha o nome repetido no cadastro.

A amostra final desta pesquisa constituiu-se, portanto, de 65 idosos rurais aposentados e de 65 familiares de idosos.

¹³Muitas vezes, por se esgotarem as possibilidades no cadastro, não era possível fazer a substituição do idoso por outro da mesma comunidade rural. Nesses casos, se fazia a substituição por um idoso de outra comunidade rural incluída na pesquisa, sendo esta, a mais oportuna no momento.

3.3 Metodologia de Pesquisa e Técnicas de Coleta de Dados

3.3.1 Metodologia de Pesquisa

O presente estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa exploratória descritiva, sendo os dados quantitativos e qualitativos.

Considera-se uma pesquisa exploratória por existirem poucos estudos que abarcam sobre a influência da aposentadoria do idoso do meio rural na família e suas implicações na qualidade de vida da família e do idoso, buscando-se, assim, uma maior familiaridade com o problema; e descritiva, porque se buscou descrever as características sociodemográficas dos idosos e de seus familiares, bem como suas respectivas percepções.

3.3.2 Técnicas de Coleta de Dados

Para a realização da coleta de dados, foram combinadas diferentes técnicas, a saber: teste de memória, de forma a avaliar se os indivíduos estavam aptos a participar da pesquisa; os questionários *World Health Organization Quality of Life Instrument Bref* (WHOQOL-Bref) e *World Health Organization Quality of Life Instrument for Older Persons* (módulo WHOQOL-OLD), da Organização Mundial de Saúde (OMS), bem como entrevistas semiestruturadas e notas de campo.

A coleta de dados ocorreu no período de maio a setembro de 2010, sendo iniciada após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFV (Of. nº. 029/2010) e a realização de um pré-teste para testar o roteiro de entrevista, de forma a se fazer os ajustes necessários e garantir o entendimento pelos entrevistados.

3.3.2.1 Teste de Memória

Com o intuito de garantir a validade da amostra selecionada, os indivíduos da pesquisa tiveram que atender ao requisito de funções mentais normais e memórias

preservadas. Nesse sentido, aplicou-se um teste cognitivo, que avaliou se os indivíduos estavam aptos, ou seja, se os indivíduos tinham sua memória preservada.

Inicialmente, o teste cognitivo escolhido foi o Teste do Relógio (*Clock Test*), desenvolvido nos Estados Unidos da América, sendo considerado simples, de rápida aplicação, fazendo o diagnóstico de demência com base na presença do declínio de memória. No Brasil, foi adaptado pelo Dr. Sayeg, médico que estuda a evolução clínica do mal de Alzheimer em idosos (DIAS, 2007).

No entanto, ao se iniciar a etapa de coleta de dados, observou-se que a maior parte dos idosos recusou-se a fazer o teste do relógio¹⁴ e muitos não conseguiram realizá-lo, por serem analfabetos. Essa situação trouxe a necessidade de um método alternativo que avaliasse a presença de declínio na memória, mas que não fosse vinculado à escolaridade, devido ao perfil da população do estudo.

Dias (2007), em estudo sobre a institucionalização asilar na percepção do idoso, relatou ter tido as mesmas limitações com o teste do relógio, devido à sua amostra também apresentar baixa escolaridade. Em seu estudo, a pesquisadora supracitada, propôs uma metodologia alternativa que contemplasse a parcela da população com baixa escolaridade e obteve sucesso. Nesse sentido, nesta pesquisa, utilizou-se o mesmo teste alternativo proposto e validado por Dias (2007), denominado “teste de memória”.

O “teste de memória” tem o objetivo de avaliar a memória dos idosos, assim como o teste do relógio, que verifica o estado mental do idoso, sendo um teste simples, de rápida aplicação e passível de reaplicação (DIAS, 2007).

Para a realização do “teste de memória” utiliza-se um questionário que contempla quatro questões, sendo a pontuação semelhante a do teste do relógio:

- Data de nascimento correta: 1 ponto;
- Estado civil correto: 1 ponto;
- Existência de filhos, número e sexo corretos: 1 ponto; e
- Nome dos pais correto: 1 ponto.

¹⁴Acredito que a recusa dos idosos em realizar o teste do relógio deva-se ao fato de que muitos não possuíam relógio em casa e não faziam uso desse tipo de objeto para a percepção do tempo. Ademais, um outro fator que também pode ter ocasionado na recusa, é a pouca habilidade e prática em utilizar lápis e papel.

A fim de serem considerados aptos, ou seja, de terem sua memória preservada, os participantes devem acertar as quatro questões obtendo, assim, os quatro pontos. Pontuações inferiores a 4 (quatro) pontos indicam necessidade de maior investigação da preservação da memória por outros testes (DIAS, 2007).

Após a aplicação do “teste de memória” obteve-se o seguinte resultado: 65 (sessenta e cinco) foram aprovados e 6 (seis) foram reprovados.

Cabe ressaltar que, de forma a validar as respostas dadas pelos idosos, estas foram checadas com os seus respectivos familiares. Além disso, observou-se a dificuldade ou não dos idosos em responder às questões, reparando em aspectos, como o tempo que levou a dar a resposta; confusão na hora de responder; e se teve ou não que consultar algum familiar ou documento por não saber responder. Importa, ainda, ressaltar que a observação desses aspectos não interferiu nas pontuações, pois nenhum dos entrevistados demonstrou estar confuso e ter dúvida, a ponto de invalidar a sua participação na pesquisa.

3.3.2.2 WHOQOL-Bref

O WHOQOL-Bref trata-se de um instrumento utilizado para mensurar a qualidade de vida, sendo uma versão reduzida do *World Health Organization Quality of Life Instrument 100* (WHOQOL-100). É um questionário idealizado pela OMS, que se baseia na premissa de que “qualidade de vida é um constructo subjetivo, multidimensional e composto por dimensões positivas e negativas” (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000, p.13).

O WHOQOL-Bref possui 26 questões, sendo duas delas gerais e as demais representando as 24 facetas englobadas em quatro domínios da qualidade de vida: físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente (Quadro 1).

As respostas desse instrumento são estabelecidas a partir de uma escala de tipo Likert de 1 a 5, onde 1 e 2 correspondem a insatisfação, 3 sinaliza uma posição intermediária ou neutra, 4 e 5 dizem respeito à satisfação, compreendendo uma avaliação positiva.

A análise de qualidade de vida é realizada por meio do cálculo dos escores para cada domínio do WHOQOL-Bref, não havendo escore único total para avaliá-la e sim

um escore para cada domínio, pois, como dito anteriormente, o instrumento baseia-se na premissa de que a qualidade de vida é um construto multidimensional. O cálculo das questões sobre qualidade de vida geral é realizado em conjunto de forma a gerar um único escore independente dos outros escores dos domínios.

De acordo com as orientações do manual do WHOQOL, alguns itens expressos negativamente foram recodificados, de modo que os valores atribuídos fossem invertidos: 1=5; 2=4; 3=3; 4=2; 5=1. Com esse procedimento, os escores altos em itens expressos positivamente refletirão uma qualidade de vida mais elevada e escores baixos refletiram baixa qualidade de vida.

Neste estudo, foi utilizada a versão do instrumento em português e, mesmo podendo ser autoaplicado, optou-se pela entrevista direta, dado o perfil dos idosos.

Quadro 1 – Domínios e facetas do WHOQOL-Bref.

Domínios	Questão	Facetas incorporadas dentro dos domínios
Físico	3	Dor e desconforto
	4	Dependência de medicação ou de tratamentos
	10	Energia e fadiga
	15	Mobilidade
	16	Sono e repouso
	17	Atividades da vida cotidiana
	18	Capacidade para o trabalho
Psicológicos	5	Sentimentos positivos
	6	Espiritualidade/Religião e crenças pessoais
	7	Pensar, aprender, memória e concentração
	11	Imagem corporal e aparência
	19	Autoestima
Relações sociais	20	Sentimentos negativos
	21	Relações pessoais
	22	Atividade sexual Suporte social (apoio)
Meio ambiente	8	Segurança física e proteção
	9	Ambiente físico (poluição/ruído/trânsito/clima)
	12	Recursos financeiros
	13	Oportunidades de adquirir novas informações e habilidades
	14	Participação e oportunidades de recreação/lazer
	23	Ambiente no lar
	24	Cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade
25	Transporte	

Fonte: WHOQOL-Bref (1998).

3.3.2.3 WHOQOL-OLD

O WHOQOL-OLD é um instrumento desenvolvido pelo grupo *World Health Organization Quality of Life Group* (Grupo WHOQOL), para medir qualidade de vida em adultos idosos. Ele é composto por 24 (vinte quatro) itens, com resposta por escala Likert, de 1 a 5, divididos em seis facetas: “Funcionamento do Sensorio” (FS), “Autonomia” (AUT), “Atividades Passadas, Presentes e Futuras” (PPF), “Participação Social” (PSO), “Morte e Morrer” (MEM) e “Intimidade” (INT).

Os conteúdos e os conceitos das facetas podem ser vistos no Quadro 2.

Quadro 2 – Conceitos e conteúdos das facetas do WHOQOL-OLD.

Faceta	Conceito/Conteúdo
Funcionamento do Sensorio	Avalia funcionamento sensorial e o impacto da perda dashabilidades sensoriais nas atividades da vida diária e da capacidade de interação com outras pessoas na qualidade vida de idosos.
Autonomia	Refere-se à independência na velhice, descrevendo até que ponto se é capaz de viver de forma autônoma e tomar suas próprias decisões.
Atividades Passadas, Presentes e Futuras	Refere-se a atividades passadas, presentes e futuras, descrevendo a satisfação sobre conquistas na vida e projetos anseios futuros.
Participação Social	Refere-se à participação social, que delinea a participação em atividades do cotidiano, especialmente na comunidade em que se está inserido.
Morte e Morrer	Está relacionada às preocupações, inquietações, expectativas e temores sobre a morte e morrer.
Intimidade	Refere-se à intimidade, que avalia a capacidade de ter relações pessoais e íntimas.

Fonte: Manual WHOQOL-OLD (2010).

Cada faceta é composta por 4 itens, gerando então escores que variam de 4 a 20 pontos. Quanto maior o escore obtido, melhor também a qualidade de vida. Os escores das seis facetas combinados com as respostas aos 24itens geram um escore total.

Seguindo as orientações do manual do WHOQOL, assim como foi feito no WHOQOL-Bref, alguns itens expressos negativamente foram recodificados, de modo que os valores atribuídos fossem invertidos: 1=5; 2=4; 3=3; 4=2; 5=1.

Também, como o WHOQOL-Bref, o WHOQOL-Old pode ser autoaplicado, mas, neste estudo, optou-se pela entrevista direta, conforme já explicado.

3.3.2.4 Entrevista Semiestruturada

Como já citado anteriormente, neste estudo fez-se uso de duas entrevistas semiestruturadas, sendo uma direcionada ao idoso rural aposentado e outra a um membro familiar do idoso. Com relação à entrevista direcionada ao familiar, adotou-se, como critério de escolha do mesmo, aquele que estivesse presente no domicílio na ocasião da entrevista, dando-se preferência ao familiar com grau de parentesco mais próximo do idoso.

Segundo Moreira (1994), a entrevista semiestruturada trata-se de uma técnica de pesquisa que, ao contrário da entrevista estruturada, oferece ao entrevistador a possibilidade de adaptar esse instrumento de pesquisa ao nível de compreensão e receptividade do entrevistado; característica importante em pesquisas com públicos de baixa escolaridade, como é o caso desta.

Nesse sentido, a entrevista semiestruturada foi escolhida por ser considerada uma técnica que, embora tendo um conjunto de questões previamente definidas, possibilitasse conduzir as entrevistas de acordo com cada caso e/ou fazer intervenções sempre que necessário.

Com a autorização dos entrevistados, as entrevistas foram gravadas de forma que se registrassem na íntegra todas as falas. No cômputo geral, as entrevistas tiveram uma duração média de 33 minutos, tendo variado de 19 a 80 minutos, totalizando 23 horas e 56 minutos, produzindo um total de 409 páginas transcritas.

Cabe ressaltar ainda que, durante a gravação das entrevistas, procurou-se fazer observações do todo, anotando-as em um caderno de campo para que impressões da pesquisadora pudessem ser acrescentadas ao estudo.

3.4 Análise dos Dados

Na análise dos dados, optou-se pela metodologia qualitativa conjugada com as técnicas quantitativas. Nesse sentido, parte da análise dos dados ocorreu baseada no tratamento estatístico dos dados e, outra parte, fundamentada na análise de conteúdo.

3.4.1 Operacionalização da Análise de Dados Qualitativos

Ao término das entrevistas, estas foram todas transcritas e as questões subjetivas foram analisadas a partir de uma abordagem qualitativa.

A abordagem qualitativa vem sendo muito difundida, pois permite ao pesquisador compreender os fenômenos de acordo com as perspectivas dos participantes, da situação estudada e, a partir daí, situar sua interpretação do fenômeno observado, ancorando-se também no referencial teórico pesquisado.

Nesse sentido, após a transcrição das entrevistas, os dados foram submetidos à análise de conteúdo qualitativa ou temática. De acordo com Bardin (2009), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que se realiza em três momentos: 1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A etapa de pré-análise é o momento de organizar o material, de escolher os documentos a serem analisados, formular hipóteses ou questões norteadoras e elaborar indicadores que fundamentem a interpretação final (BARDIN, 2009).

Já a etapa de exploração do material é a etapa mais longa, pois é o momento em que se realizam as decisões tomadas na pré-análise. É nessa etapa que é feita a codificação, ou seja, a escolha de unidades de registro, a seleção de regras de contagem e a escolha de categorias. Sendo assim, é por meio da codificação que os dados brutos são transformados de forma organizada e agregados em unidades que permitam uma descrição das características pertinentes do conteúdo (BARDIN, 2009).

E, por último, a etapa de tratamento dos resultados, que consiste na interpretação dos resultados e no tratamento estatístico simples dos resultados, permitindo a elaboração de tabelas que condensem e destaquem as informações fornecidas para análise (BARDIN, 2009).

3.4.2 Operacionalização da Análise de Dados Quantitativos

O tratamento dos dados quantitativos (ou qualitativos quantificáveis) foi feito por meio do *software Statistical Package for Social Sciences (SPSS)*.

Inicialmente, do ponto de vista estatístico, o tratamento dos dados foi feito numa perspectiva descritiva. Como medidas de estatística descritiva, utilizaram-se medidas de tendência central ou posição (média) e variabilidade (desvio-padrão, variância e amplitude).

Num segundo momento, realizou-se a análise inferencial, com a finalidade de testar as hipóteses formuladas, de modo a rejeitar ou aceitar a hipótese nula. Para tanto, utilizou-se o teste de médias “*t* de *Student*” para amostras independentes.

Para avaliar a associação das variáveis categóricas, aplicou-se a correlação de Pearson.

3.5 Descrição e Operacionalização das Variáveis de Análise

Para o alcance dos objetivos propostos foi analisado um conjunto de variáveis relacionadas, a saber: perfil dos idosos rurais aposentados; perfil dos familiares que co-residem com os idosos; perfil familiar; a administração da aposentadoria; às relações familiares; as implicações da aposentadoria dos idosos na família; e a avaliação da qualidade de vida. A operacionalização dessas variáveis foi feita da seguinte forma:

- **Para a caracterização dos idosos rurais aposentados:**
 - **Sexo:** feminino ou masculino;
 - **Idade:** idade dos entrevistados em anos completos na data da entrevista;
 - **Estado Civil:** solteiro, casado, viúvo ou separado (entram nessa categoria indivíduos desquitados, divorciados e abandonados);
 - **Nível de Escolaridade:** obtida em função do número de anos de estudo concluídos com aprovação;
 - **Ocupação principal:** ocupação do entrevistado que constava na sua carteira de trabalho;
 - **Ocupação atual:** a ocupação desenvolvida pelo entrevistado na data da entrevista;
 - **Números de Filhos:** quantidade de filhos vivos na data da entrevista; e
 - **Renda Mensal:** valor da aposentadoria somado a outros rendimentos declarados pelo entrevistado.

- **Para a caracterização dos familiares (co-residentes) dos idosos rurais aposentados:**
 - **Sexo:** feminino ou masculino;
 - **Idade:** idade dos entrevistados em anos completos na data da entrevista;
 - **Estado Civil:** solteiro, casado, viúvo ou separado (entram nessa categoria indivíduos desquitados, divorciados e abandonados);
 - **Nível de Escolaridade:** obtida em função do número de anos de estudo concluídos com aprovação;
 - **Ocupação atual:** ocupação desenvolvida pelo entrevistado na data da entrevista; e
 - **Renda Mensal:** valor da soma dos rendimentos declarados pelo entrevistado.
- **Para a caracterização do perfil familiar:**
 - **Tamanho da família/Estrutura da família do idoso:** Corresponde ao número de pessoas que residem com o idoso, ao status e papel (funções) de cada membro da família;
 - **Renda familiar:** somatório de todos os rendimentos dos membros familiares residentes no domicílio e, posteriormente, transformados em salário mínimo vigente na data da entrevista;
 - **Renda per capita:** somatório dos rendimentos de todos os membros familiares, declarados pelo entrevistado, dividida pelo número total de moradores residentes na moradia; e
 - **Tipo de família:** nuclear (composta pela mãe, pelo pai e pelos filhos); monoparental (composta por apenas um dos cônjuges e os filhos); estendida (composta pelo casal, filhos e outros familiares), monoparental estendida (composta por apenas um dos cônjuges, pelos filhos e por outros familiares), díade nuclear (composta apenas pelo casal, sem os filhos).
- **Para análise da administração da aposentadoria do idoso:**
 - **Responsável pelo recebimento da aposentadoria:** pessoa encarregada em buscar no banco ou instituição autorizada, o valor correspondente ao benefício social¹⁵ do idoso;

¹⁵ Sabe-se que a Previdência Social oferece muitas modalidades de benefícios e que a aposentadoria é apenas uma dessas modalidades. Contudo, neste estudo, não se fez distinção entre os termos aposentadoria e benefício social.

- **Responsável pela administração da aposentadoria:** indivíduo encarregado de planejar o uso do recurso econômico (dinheiro) proveniente da aposentadoria;
- **Porcentagem da aposentadoria destina a renda familiar:** quantidade em porcentagem (%), do dinheiro proveniente do benefício da aposentadoria, que é destinado à renda familiar, ou seja, que é usado para as despesas familiares;
- **Alocação do dinheiro (benefício):** forma e/ou maneira como o dinheiro é gasto, exemplo: com despesas pessoais, aluguel, água, luz, comida, remédios, plantações, criações, dentre outras; e
- **Autonomia:** Se o idoso administra os seus recursos financeiros com total liberdade ou se ele delega a outra pessoa essa função; se o idoso gasta seus rendimentos da forma como bem quer ou se depende da permissão de outra(s) pessoa(s).
- **Para análise das relações familiares e das implicações da aposentadoria dos idosos na família:**
 - **Dependência Familiar:** situação de dependência econômica, por parte da família, dos, muitas vezes, poucos recursos financeiros dos idosos, ou seja, situação em que os descendentes dos idosos são seus dependentes financeiramente; e
 - **Mudanças das Relações Familiares, no que tange aos Papéis da Família do(s) Idoso(s) Aposentado(s):** transformações ou mudanças das relações familiares; em termo dos papéis (funções, comportamento esperado e status ou posição social de uma pessoa no seu relacionamento com outros) da família do(s) idoso(s) aposentado(s).
- **Para avaliar a Qualidade de Vida:**
 - **Percepção da Qualidade de Vida do Idoso:** avaliação das condições de vida (sociais, econômicas, culturais e de saúde) do idoso, por meio da aplicação dos questionários WHOQOL-OLD e WHOQOL-Abreviado, da Organização Mundial de Saúde, além da realização de entrevista elaborada especificamente para esta pesquisa.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em função dos objetivos propostos, a apresentação, análise e discussão dos resultados foram organizadas em sete seções, sendo as três primeiras referentes, respectivamente, à caracterização sociodemográfica dos idosos; à caracterização sociodemográfica dos familiares residentes com o idoso; e, à caracterização da estrutura familiar desses idosos. Na quarta seção analisa-se a participação da renda dos idosos no sistema familiar; na quinta seção discute-se a situação de dependência familiar dos recursos econômicos dos idosos aposentados; na sexta apresentam-se as percepções dos idosos e de sua família a respeito da participação dos rendimentos dos idosos no sustento familiar e na administração dos recursos pessoais e familiares; na sétima analisa-se a qualidade de vida do idoso rural aposentado e, ao final, analisam-se as implicações da aposentadoria na qualidade de vida do idoso e do grupo familiar.

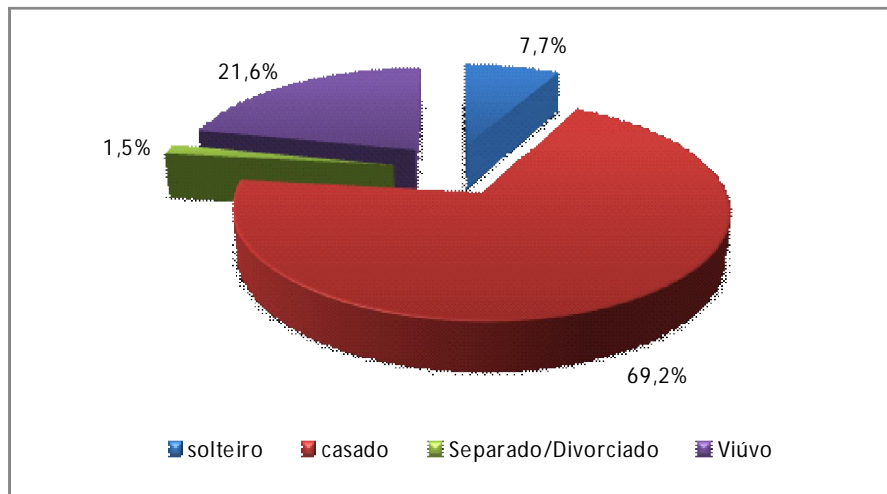
4.1 Caracterização Sociodemográfica dos Idosos

No que concerne à análise dos dados demográficos e socioeconômicos dos idosos, analisou-se: sexo; idade; estado civil; escolaridade; número de filhos vivos, ocupação atual e renda média mensal.

Dos 65 idosos entrevistados, 53,8% (n=35) eram mulheres, sendo a idade média de 69,28 anos ($\sigma = 6,09$ anos), idade mínima de 57 anos¹⁶ e idade máxima de 83 anos. Detalhadamente, dentre as mulheres, a idade média foi de 67,8 anos ($\sigma = 6,05$ anos) e mínimo e máximo de 57 e 80 anos, respectivamente. Para os homens, a idade média foi de 71 anos ($\sigma = 5,78$ anos), com idade mínima de 61 e máxima de 83 anos. Nota-se que a diferença da idade mínima entre homens e mulheres foi de apenas 4 anos, fato que, possivelmente, aconteceu devido à participação de três mulheres com idade abaixo de 60 anos.

Em relação ao estado civil dos pesquisados, 7,7% (n=5) idosos eram solteiros; 69,2% (n=45), casados; 1,5% (n=1), divorciado; e 21,6% (n=14), viúvos (Figura 1).

¹⁶ Apenas três do total de pesquisados não tinham 60 anos, dois tinham 59 anos e um tinha 57 anos.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 1 – Estado civil dos idosos rurais aposentados de Viçosa-MG, 2010.

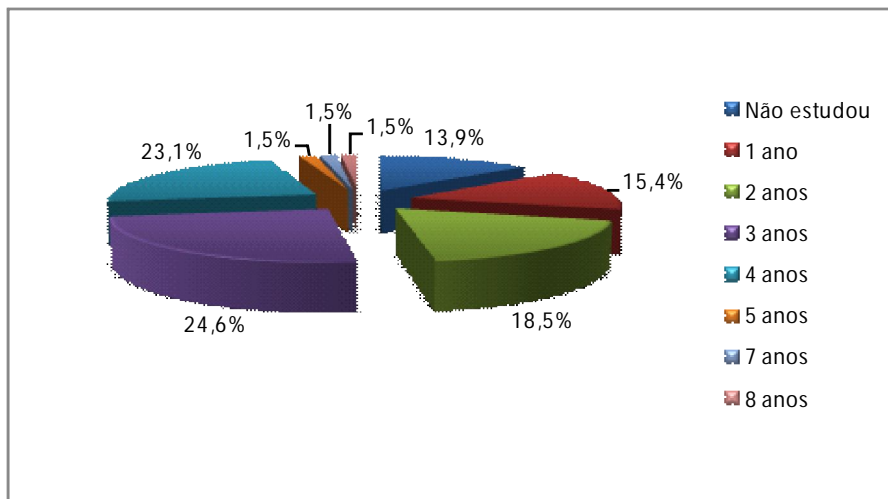
Relacionando-se o estado civil e o sexo das mulheres idosas pesquisadas, 65,7% (n=23) eram casadas, 25,7% (n=9) eram viúvas e 8,6% (n=3), solteiras; enquanto 73,3% (n=22) dos homens eram casados, 16,7% (n=5) eram viúvos, 6,7% (n=2) eram solteiros e 3,3% (n=1), divorciados.

Percebe-se que o número de mulheres idosas viúvas é maior do que o número de homens idosos viúvos. Por outro lado, o número de homens idosos casados é maior do que o de mulheres idosas casadas. Estes dados corroboram com outros estudos, como o de Camarano (2003), que apontam haver, no Brasil, uma maior proporção de mulheres idosas viúvas, bem como uma maior proporção de homens idosos casados. De acordo com Camarano (2003), a viuvez é o estado conjugal predominante entre as mulheres idosas, já entre os homens idosos o estado conjugal predominante é o de casado. Para a referida autora, as diferenças por sexo quanto ao estado conjugal se devem à maior longevidade das mulheres e a normas sociais e culturais, que levam os homens a se casarem com mulheres mais jovens do que eles.

Ao que se refere à escolaridade média ou média de anos de estudo¹⁷ dos pesquisados, esta foi de 2,49 anos ($\sigma = 0,91$ anos). Assim, dos 65 idosos entrevistados, 58,5% (n=38) estudaram por um período inferior a quatro anos; 23,1% (n=15)

¹⁷A escolaridade média ou média de anos por estudo é considerada um importante indicador educacional, uma medida síntese das taxas de rendimento escolar e do nível de atendimento do sistema de ensino (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2010).

estudaram até quatro anos; 13,9% (n=9) não estudaram e apenas 1,5% (n=1) possuía ensino fundamental (oito anos de estudo), como mostra a Figura 2.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 2 – Escolaridade média ou média de anos de estudo dos idosos rurais aposentados de Viçosa-MG, 2010.

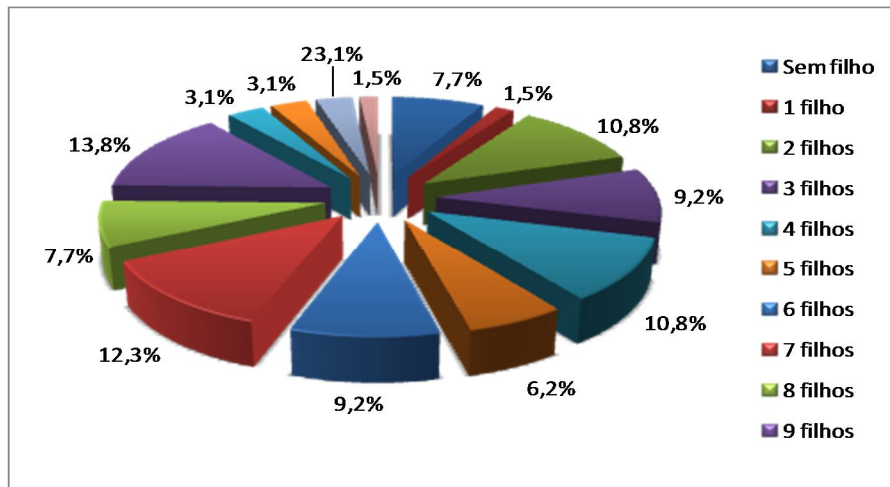
A média de anos de estudo dos idosos encontrada neste estudo é ainda menor do que médias encontradas em outras pesquisas, como as da Fundação João Pinheiro (FJP) e as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que, em pesquisas por amostra de domicílios, em 2009, encontraram uma média de anos de estudos de, respectivamente, 4,8 anos nas áreas rurais do Estado de Minas Gerais e 4,6 anos nas áreas rurais de todo o país.

Médias tão baixas de anos de estudo evidenciam que, apesar do Censo 2000 ter revelado um aumento significativo no percentual de idosos alfabetizados do país, passando de 55,8% em 1991 para 64,8% em 2000, a proporção da população idosa instruída ainda é muito baixa (IBGE, 2010). Ainda, segundo Peres (2009), em 2000, apenas 22,70% da população rural brasileira era alfabetizada.

Buscando a relação entre média de anos de estudo e o sexo dos pesquisados, verificou-se que, dos que possuíam 4 anos de estudo, totalizando 23,1% (n=15) do total de pesquisados, 60% (n=9) eram homens. Ao passo que, os que possuíam mais de 4 anos de estudo (4,5%, n=3), 66,6% (n=2) eram mulheres.

No que diz respeito ao número de filhos vivos, encontrou-se uma média de 5,8 filhos ($\sigma = 3,50$ filhos) por idoso, sendo que 13,8% (n=9) possuíam 9 filhos; 12,3%

(n=8), 7 filhos; 10,8% (n=7), 4 filhos; e 10,8% (n=7), 2 filhos. É válido destacar que 53,8% (n=35) possuíam mais de cinco filhos, o que pode ser observado na Figura 3.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 3 – Número de filhos dos idosos rurais aposentados de Viçosa-MG, 2010.

Questionando-se a ocupação dos idosos, isto é, se os mesmos continuavam trabalhando, pode-se relatar que 60% (n=39) não trabalhavam mais, ou seja, não exerciam atividades laborais remuneradas, e os outros 40% (n=26) continuavam trabalhando, mesmo após a aposentadoria. Relacionando-se a ocupação com o sexo dos pesquisados, verificou-se que dos idosos que continuavam trabalhando, 61,5% (n=16) eram homens. Esse número de idosos que continuavam trabalhando é expressivo, o que corrobora com outras pesquisas, como as de Gomes e Gomes (2004), Kreling (2009), Damasceno e Cunha (2010), entre outras, que afirmam que o aumento da participação relativa de trabalhadores idosos no total da população é significativo.

De acordo com o IBGE (2006), no Brasil, em 2005, os idosos ocupados eram 30,2% do total, ou seja, havia cerca de 5,6 milhões de idosos trabalhando em todo país. No entanto, de acordo com Almeida e Kassouf (2004), a participação do idoso no mercado de trabalho diminui rapidamente, à medida que avança sua idade. Além disso, há vários aspectos que podem influenciar a atividade laboral dos idosos, como a agregação domiciliar de parentes.

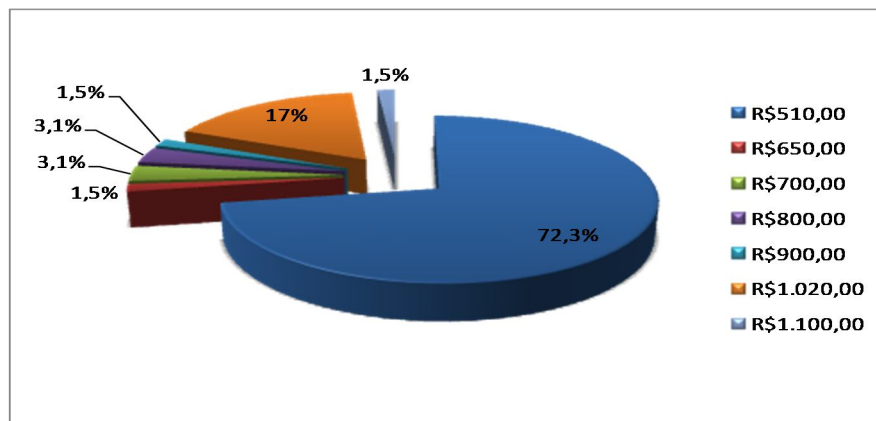
Pérez, Wajnman e Oliveira (2006), em estudo sobre os determinantes da participação dos idosos no mercado de trabalho, mencionam vários fatores que incidem sobre a oferta de trabalho dos idosos e ressaltam que, para os homens idosos, são as variáveis mais relacionadas com o nível econômico que explicam a sua permanência no

mercado de trabalho; já, no caso das mulheres idosas, são as variáveis relacionadas à composição familiar.

Queiroz, Ramalho e Cavalcanti (2008), analisando os determinantes da participação do idoso no mercado de trabalho brasileiro e dos rendimentos do trabalho principal, evidenciaram que a probabilidade de o idoso se engajar na força de trabalho é influenciada pelo sexo, posição na família, localização setorial, capital humano e rendas não oriundas do trabalho. Os resultados encontrados pelos referidos autores, ainda mostraram que o idoso rural tem maior taxa de atividade que o idoso urbano em todas as faixas etárias, devendo isso, provavelmente, a maior facilidade que o idoso rural tem de se engajar em atividades agrícolas e informais. Segundo os referidos autores, em contrapartida, nas cidades, a disputa por emprego é mais acirrada e a discriminação por faixa etária pode dificultar a permanência do idoso desocupado na busca por emprego.

No que se refere à ocupação de idosos nas zonas rurais, Neri (1999) ressalta que homens e mulheres mantidos pela agricultura trabalham a vida toda.

Em relação à renda média mensal que os idosos possuíam, tem-se que 72,3% (n=47) recebiam R\$510,00, valor do salário mínimo vigente na época. Destaca-se, ainda, que 17% (n=11) recebiam 2 (dois) salários mínimos e 1,5% (n=1) recebia mais de 2 (dois) salários mínimos, o que pode ser verificado na Figura 4.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 4 – Renda média mensal dos idosos aposentados rurais aposentados de Viçosa-MG, 2010.

Importa ressaltar que 83,3% (n= 10) dos idosos que recebiam 2 (dois) salários mínimos ou mais, obtinham essa renda mensal por possuírem além de um salário mínimo referente ao valor da sua aposentadoria, mais um salário mínimo referente à pensão do cônjuge falecido.

Relacionando-se a renda média mensal e o sexo dos pesquisados, verificou-se que dos que possuíam 1 salário mínimo (R\$510,00), 46,8% (n=22) eram mulheres e 53,2% (n=25), homens. Observa-se, assim, certa igualdade entre mulheres idosas e homens idosos nessa faixa de rendimento mensal. No entanto, daqueles que possuíam renda média mensal de 2 (dois) salários mínimos ou mais, 75% (n=9) eram mulheres e 25% (n=3), homens.

Haja vista que a proporção de idosas viúvas encontradas neste estudo foi maior do que a de homens idosos viúvos, pode-se inferir que o fato de as mulheres idosas terem apresentado renda média mensal maior do que a dos homens idosos ocorreu devido às idosas aposentadas receberem o valor de dois benefícios, ou seja, um salário mínimo relativo à sua própria aposentadoria e outro salário mínimo relativo à pensão por viuvez.

Esses resultados vão ao encontro com os dados da PNAD (2002) que, em 1999, mostraram que os rendimentos de aposentadoria representavam o principal componente da renda dos idosos homens, enquanto, para as mulheres idosas, quase 80% da renda era constituída pelos rendimentos de pensão e aposentadoria.

A literatura também revela que a maior parte das mulheres idosas apresenta rendimentos advindos não só da aposentadoria, mas também de pensão. Segundo Camarano (2003), em 2000, 77% das idosas brasileiras eram beneficiadas com a pensão por viuvez¹⁸, o que beneficiava 94% das viúvas.

De acordo com a autora supracitada, no período de 1980 a 2000, especialmente na década de 1990, mudanças expressivas ocorreram nas condições de vida das mulheres idosas, como a redução do percentual de mulheres idosas sem rendimentos e uma maior redução na incidência da pobreza das mulheres idosas em relação aos homens idosos. Essas mudanças ocorrem principalmente devido à implementação das medidas estabelecidas pela Constituição de 1988, que possibilitou concessões a respeito do benefício da aposentadoria por idade rural, concessões essas, que permitiram com que as mulheres rurais passassem a requerer o benefício social independente de sua posição na unidade familiar, além de dobrar o valor do benefício rural; de 50% do salário mínimo passou para um salário.

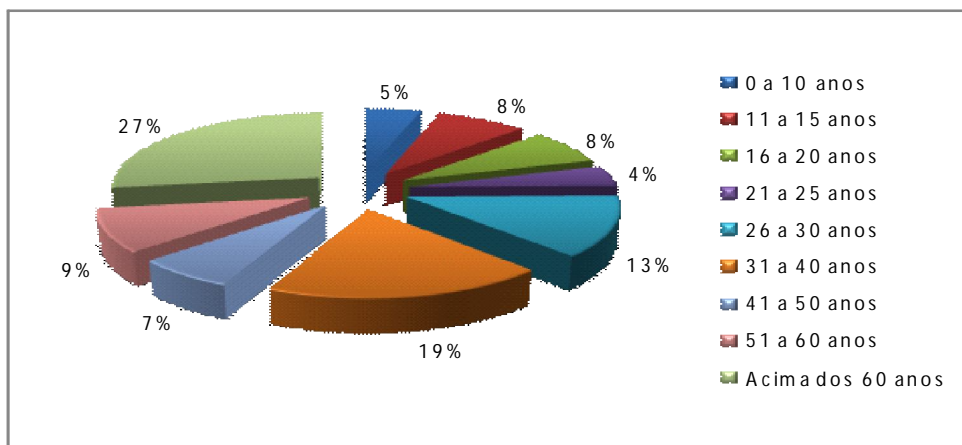
¹⁸ A pensão por viuvez é universal e igual ao último benefício do marido/mulher (CAMANO, 2003).

4.2 Caracterização dos Familiares dos Idosos Rurais Aposentados

No que diz respeito à análise dos dados demográficos e socioeconômicos dos familiares dos idosos pesquisados, analisou-se: sexo; idade; estado civil; anos de estudo; grau de parentesco com o idoso; ocupação atual e renda média mensal.

Com relação ao sexo dos familiares que residiam com os idosos¹⁹, 59,3% (n=96 familiares) eram homens.

No que diz respeito à idade dos familiares, 27% (n=44) possuíam idade acima de 60 anos, ou seja, também eram idosos; 16% (n=26), de 41 a 60 anos; 19% (n=31), de 31 a 40 anos; 13% (n=21), de 26 a 30 anos; e 21% (n=16), inferior a 21 anos (Figura 5).



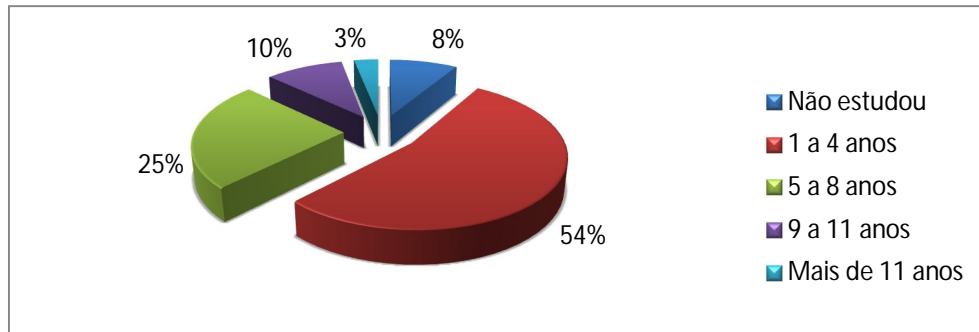
Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 5 – Faixa etária dos familiares que residem com o idoso rural aposentado de Viçosa-MG, 2010.

Ao que se refere ao estado civil dos familiares que residiam com os idosos, verificou-se que 61,7% (n=100) eram solteiros; 32,7% (n=53), casados; 3,7% (n=6), separados ou divorciados; e, 1,9% (n=3), viúvos.

No que tange à escolaridade média dos pesquisados, 8% (n=14) não estudaram; 54% (n=87) estudaram no máximo quatro anos; 25% (n=40) estudaram de 5 a 8 anos; e 10% (n=16 familiares) chegaram ao segundo grau. Importa ressaltar que 3% (n=5) possuíam mais de 11 anos de estudo e, assim, o Ensino Superior ou Ensino Técnico (Figura 6).

¹⁹ Considerou-se não apenas os familiares entrevistados, mas todos os familiares que moravam com os idosos entrevistados.

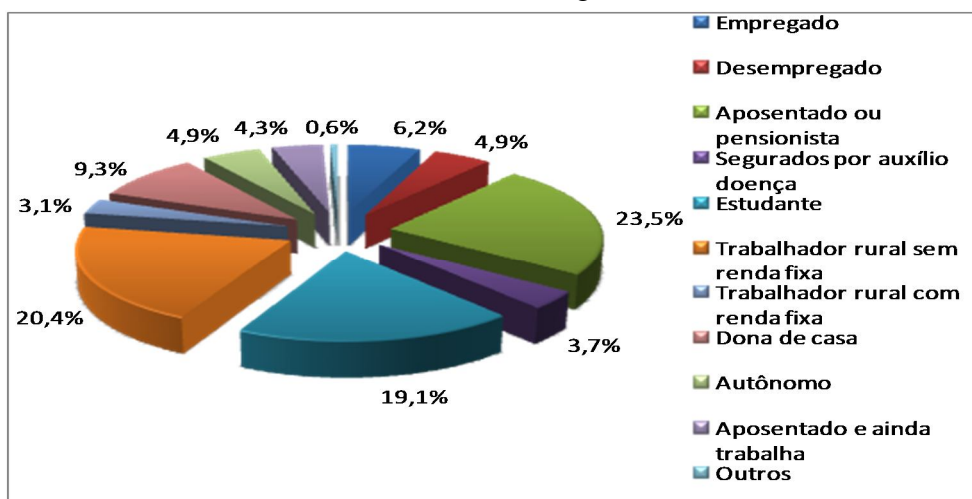


Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 6 – Escolaridade média dos familiares dos idosos rurais aposentados de Viçosa-MG, 2010.

Relacionando a escolaridade média com o sexo dos pesquisados, verificou-se que dos indivíduos que não chegaram a estudar, 50% (n=81) eram mulheres e outros 50% (n=81), homens. Dos que chegaram a estudar no máximo 4 anos, 56,3% (n=49) eram homens, e dos que possuíam mais de 4 anos de estudo, 65,6% (n=40) eram homens.

Quanto à ocupação dos familiares no momento da pesquisa, 23,5% (n=38) eram aposentados ou pensionistas; 20,4% (n=33), trabalhadores rurais sem renda fixa; 19,1% (n=31), estudantes; 9,3% (n=15), donas-de-casa; 6,2% (n=10) estavam inseridos no mercado formal; 4,9% (n=8), desempregados; e, 4,9% (n=8) eram autônomos. Ainda 4,3% (n=7) dos familiares eram aposentados que continuavam trabalhando; 3,7% (n=6) eram segurados pela previdência social na categoria auxílio doença e apenas 3,1% (n=5) eram trabalhadores rurais com renda fixa (Figura 7).



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 7 – Ocupação atual dos familiares que residiam com os idosos rurais aposentados de Viçosa-MG, 2010.

Apesar de 33,3% terem dito que não possuíam ocupação remunerada, no que diz respeito à renda média dos familiares, 48,2% (n=78) declararam que não possuíam renda, ou seja; 14,9% dos familiares que disseram ter ocupação remunerada afirmaram também que não possuíam renda. Ainda, 38,3% (n=62) recebiam de um a dois salários mínimos; 11,7% (n=19) recebiam menos de um salário mínimo; 1,2% (n=2), de dois a três salários mínimos; e 0,6% (n=1) recebia mais de três salários mínimos.

Relacionando-se a renda média dos familiares e a ocupação por eles exercida, verificou-se que dos que afirmaram não possuir renda, ou seja, 48,2%, 19,1% eram estudantes; 13,6%, trabalhadores rurais sem renda fixa; 9,2%, donas-de-casa; 5% estavam desempregados; e 1,3% eram autônomos. Importa ressaltar que os 14,9% que disseram ter ocupação remunerada, mas afirmaram não possuir renda, eram trabalhadores rurais sem renda fixa e autônomos.

Dos familiares que recebiam menos que um salário mínimo (11,7%), 6,2% (n=10) eram trabalhadores rurais sem renda fixa; 2,5% (n=4) eram segurados por auxílio doença; 1,2% (n=2) eram trabalhadores rurais com renda fixa; outros 1,2% (n=2) eram autônomos e 0,6% (n=1) era pensionista. Ainda, 59,7% (n=37) dos que possuíam de 1 a 2 salários mínimos eram aposentados ou pensionistas.

Esses dados são impactantes no sentido de que a maior parte dos familiares dos idosos (48,2%) não possuía renda, e dos familiares que possuíam de 1 a 2 salários mínimos, 59,7% (n=37) eram de aposentados e/ou pensionistas. Nesse sentido, fica evidente que a maior parte dos familiares que co-residia com o idoso, que não era idoso aposentado ou pensionista, não possuía renda, o que é um indicador da dependência econômica destes familiares com relação à renda do idoso.

4.3 Caracterização da Estrutura Familiar dos Idosos

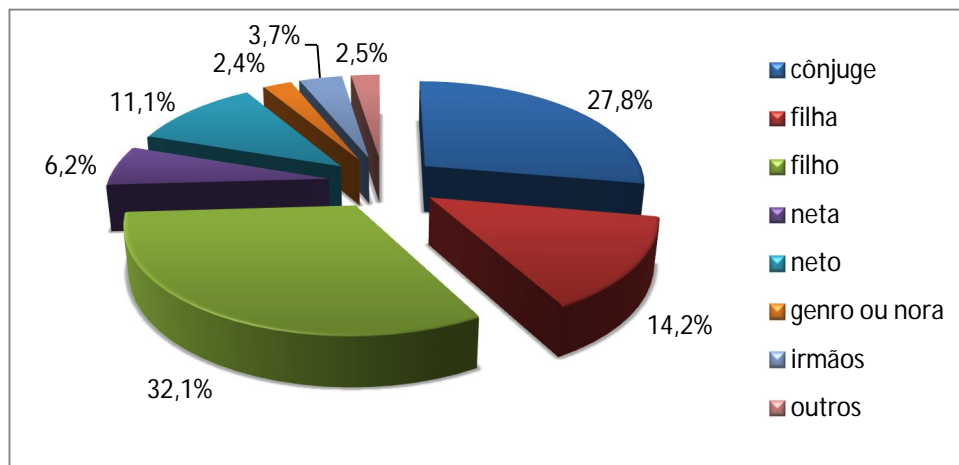
Quanto à categorização da estrutura familiar dos idosos, foram consideradas as seguintes variáveis: número de familiares que residiam com o idoso; grau de parentesco dos mesmos; tipo de família (arranjo familiar); renda média familiar; e renda per capita.

No que diz respeito ao número de familiares que dividiam a moradia com os idosos, encontrou-se uma média de 2,57 familiares, ($\sigma = 1,74$), sendo que 33,8% (n=22) dos idosos moravam com apenas 1 familiar; 27,7% (n=18) moravam com 2 familiares e

15,4% (n=10) residiam com 3 familiares. Destaca-se que 23% (n=15) dos idosos residiam com mais de 3 familiares. Ainda vale destacar que a média de membros por família contando com o idoso foi de 3,55.

A média de familiares por família encontrada neste estudo aproxima-se da média encontrada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009, que revelou o número médio de 3,1 pessoas por família no Brasil (IBGE, 2000).

Relativamente ao grau de parentesco²⁰, do total de 163 familiares que residiam com os idosos, (n=162), 46,3% (n=75) eram filhos, sendo que 32,1% (n=52) eram filhos homens e 14,2% (n=23), filhas mulheres; 27,8% (n=45) eram os cônjuges e 17,3% (n=28) eram netos de ambos os sexos (Figura 8).



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 8 – Grau de parentesco dos familiares que residem com os idosos rurais aposentados de Viçosa-MG, 2010.

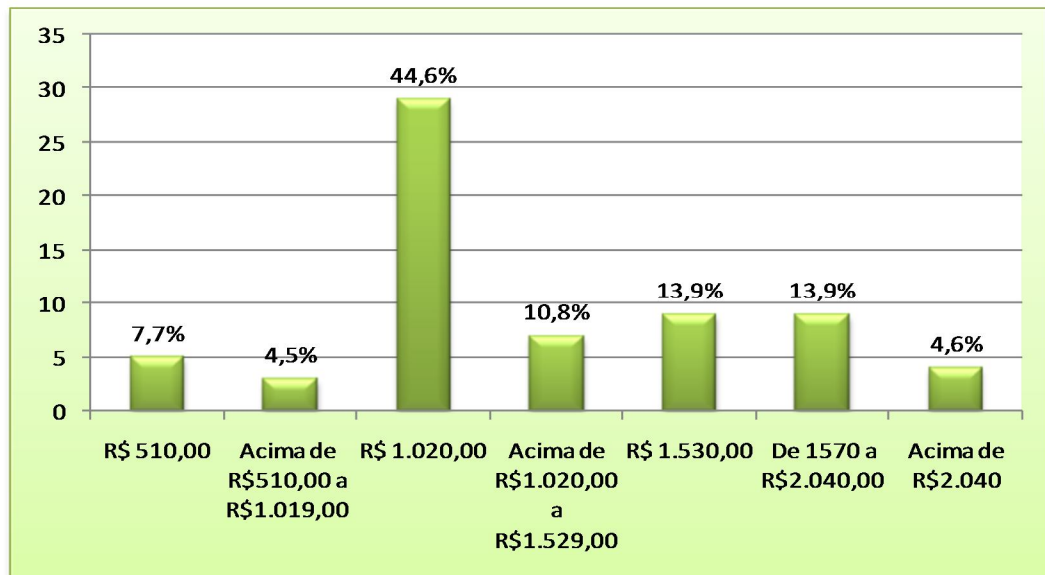
No que se refere ao tipo de família ou arranjo familiar²¹, tem-se que 27,7% (27,7%; n=18) era do tipo nuclear; 21,5% (n=14), família ampliada; 21,5% (n=14), ampliada monoparental; 20% (n=13), díade nuclear; e 9,3% (n=6) eram monoparental.

Ainda com relação à estrutura familiar, é interessante destacar que um número expressivo de domicílios era composto apenas por idosos aposentados (n=18), ou seja, por idosos que viviam apenas com outros idosos.

²⁰ Entende-se por parentesco, a relação que une duas ou mais pessoas por vínculos de sangue (descendência/ascendência) ou sociais (sobretudo pelo casamento). Estes vínculos se medem em graus, que é o meio apto para a determinação da proximidade ou da distância nas relações de parentesco.

²¹ Os tipos de arranjos familiares encontrados foram: nuclear (mãe, pelo pai e pelos filhos); monoparental (apenas um dos cônjuges e os filhos); estendida (casal, filhos e outros familiares), monoparental estendida (apenas um dos cônjuges, pelos filhos e por outros familiares), díade nuclear (apenas o casal, sem filhos).

Em relação à renda familiar, verificou-se uma renda média de R\$1.287,18 ($\sigma =$ R\$672,12). De acordo com a análise de frequências, a maior parte das famílias pesquisadas, 44,6% (n=29), possuía renda de R\$1.020,00 (2 salários mínimos); 13,9% (n=9 famílias) possuía renda igual a R\$1.530,00 (3 salários mínimos), e 7,7% (n=5 famílias) possuía renda de R\$510,00, equivalente a 1 salário mínimo (Figura 9).



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 9 – Renda Familiar média dos idosos rurais aposentados de Viçosa-MG, 2010.

Quanto à renda per capita, verificou-se uma renda média de R\$418,14 ($\sigma =$ R\$ 418,14). Tem-se que 27,7% (n=18) das famílias tinham renda per capita de 1 salário mínimo (R\$510,00); 26,1% (n=17) tinham renda entre 0,51 a 0,99 salário mínimo; 16,9% (n=11) tinham renda abaixo de 0,5 salário mínimo; 15,5% (n=10), renda per capita acima de 1 salário mínimo e 13,8% (n=9) tinham renda per capita de 0,5 salário mínimo.

Pensando que a presença dos idosos pudesse influenciar a renda per capita da família a que pertenciam, haja vista que com o benefício recebido (aposentadoria) contribuía para a renda familiar – elevando a renda per capita –, recalcularam-se as rendas médias, familiar e per capita, porém, desta vez, excluindo a renda do(s) idoso(s) aposentado(s) da renda familiar²².

²² Em algumas famílias, excluiu-se mais de R\$ 510,00 no recálculo da renda familiar devido a presença de mais de um idoso que recebia aposentadoria.

Após esse exercício, verificou-se que a renda familiar foi reduzida em 78,78%, e a renda per capita, em 64,84%. Ademais, pode-se observar que, em mais de dois terços das famílias investigadas (56,92%), a aposentadoria dos idosos era a única fonte de renda da família.

Na Tabela 2 apresentam-se os resultados dos cálculos da renda familiar e da renda per capita das famílias, realizados de quatro formas distintas: a) considerando a renda de todos os familiares; b) considerando a renda de todos os familiares, excluindo apenas a renda do idoso aposentado entrevistado; c) considerando a renda de todos os familiares, exceto a renda de todos os idosos aposentados do domicílio; e, por último, 4) a renda das famílias em que a aposentadoria era a única fonte de renda.

Tabela 2 – Renda média e renda per capita das famílias, Viçosa-MG, 2010.

Aspectos considerados no cálculo das rendas	Número de famílias	Renda média familiar (R\$)	Número médio de familiares residentes	Renda Per Capita
Renda de todos os familiares, incluindo a dos idosos aposentados	65	1.287,00	3,55	418,14
Renda de todos os familiares, excluindo apenas a renda do idoso aposentado entrevistado	65	657,00	2,56	308,00
Renda de todos os familiares, excluindo a renda de todos os idosos aposentados*	65	273,00	1,86	147,00
Renda proveniente exclusivamente da aposentadoria dos idosos	15	1.107,00	2,13	519,66

Fonte: Dados da pesquisa.

*No cálculo da renda foram excluídas as rendas de dois ou mais idosos aposentados.

Por meio da Tabela 2, observa-se que o valor da renda média familiar e da renda per capita, incluindo no cálculo de ambas a renda de todos os familiares do domicílio – inclusive a dos idosos aposentados – foi de, respectivamente, R\$1.287,00 e R\$418,14. No entanto, não contabilizando a renda (aposentadoria) de apenas um idoso aposentado do domicílio, os valores encontrados foram de R\$657,00 para renda média familiar e R\$308,00 para renda per capita; e não contabilizando a renda de pelo menos dois aposentados, os valores foram de R\$273,00 e R\$147,00 para a renda média familiar e per capita, respectivamente. Nesse sentido, verifica-se um decréscimo dos valores das rendas, tanto da renda média familiar como da renda per capita, à medida que se desconsidera o valor da renda dos idosos aposentados do domicílio. Nesse sentido, pode-se inferir que quanto maior a presença de idosos aposentados no domicílio, maior a renda familiar e, conseqüentemente, maior a renda per capita.

Por meio desses dados fica claro o quanto a renda dos idosos aposentados rurais pode influenciar e, neste estudo, influenciou a renda familiar e a renda per capitadas famílias, o que corrobora com Pessôa (2007). Esta autora afirma que ter um idoso na família ajuda a elevar a renda média mensal da família e a renda per capita dos domicílios.

Resultados como estes corroboram, também, com os de Sabóia (2003) que, em uma pesquisa de campo sobre o papel dos benefícios não contributivos para os idosos, verificou a importância destes benefícios e também, em especial, da aposentadoria rural por idade, na redução da pobreza da população idosa. Em sua pesquisa, o rendimento per capitadas famílias foi de R\$158,00. No entanto, se o benefício do idoso fosse eliminado, a renda média das famílias reduziria para R\$87,00. Além disso, Sabóia (2003) verificou que quase um terço das famílias contava com o benefício da aposentadoria como única fonte de renda.

Nesse contexto, os resultados dessa pesquisa se somam aos de várias outras que constataram a importância imprescindível da renda do idoso rural aposentado na economia familiar.

Com o intuito de expor de forma mais clara as informações anteriormente apresentadas, na tabela a seguir destacam-se as principais características da estrutura familiar dos idosos.

Tabela 3 – Características da estrutura familiar dos idosos rurais aposentados, Viçosa-MG, 2010.

Variáveis	Características
Arranjo familiar predominante	Nuclear
Número médio de familiares que dividiam a moradia com os idosos	2,57
Membros por família	3,55
Renda média familiar	R\$1.287,18
Renda <i>per capita</i> média	R\$418,14
Renda média familiar excluindo a renda dos idosos	R\$273,00
Renda <i>per capita</i> média excluindo a renda dos idosos	R\$147,00

Fonte: Dados da pesquisa.

4.4 A Alocação e Participação da Renda dos Idosos Rurais Aposentados no Sistema Familiar

Nesta seção, apresenta-se a análise dos dados referentes à forma com que a renda dos idosos é usada, ou seja, alocada, bem como a participação da mesma no

sistema familiar. Para tanto, os dados foram trabalhados e organizados por meio da análise de conteúdo, sendo apresentados em torno do tema “Renda Familiar”, bem como de seus subtemas e categorias de análise. Cabe ainda ressaltar que, inicialmente, apresenta-se a percepção dos idosos e, em seguida, a percepção das famílias.

4.4.1 Renda Familiar

Este tema reúne questões referentes à composição da renda familiar; à participação e importância dos rendimentos dos idosos rurais aposentados na constituição da renda familiar, em comparação com a contribuição de seus familiares; bem como à indicação do responsável pela tomada de decisão com relação ao uso da renda familiar.

Tabela 4 – Aspectos Importantes a Respeito da Constituição da Renda Familiar, Viçosa-MG, 2010.

Tema	Subtemas	Categorias	T*	FT%**
Renda Familiar	Porcentagem da renda familiar constituída pelo rendimento do idoso aposentado	0%	4	6,1
		1% a 29%	2	3,1
		30% a 49%	7	10,8
		50% a 69%	4	6,1
		70% a 89%	7	10,8
		90% a 100%	41	63,1
	Contribuição de outros familiares	Não ocorre	25	38,5
		Conjuge	27	41,5
		Filhos	7	10,8
		Todos da unidade doméstica	2	3,1
		Outros	4	6,1
	Principal responsável pela renda	Idoso aposentado	35	53,8
		Conjuge	6	9,2
		Idoso + conjuge	16	24,6
		Filhos	4	6,2
		Não há	2	3,1
		Outros	2	3,1
	Decisão de como a renda será gasta	Idoso aposentado	35	53,8
		Conjuge	5	7,7
		Idoso + conjuge	15	23,1
Idoso + filhos		7	10,8	
Genro/Nora		1	1,5	
Outros		2	3,1	

Fonte: Dados da pesquisa.

*T = total de observações;

**FT = frequência total.

Como pode ser visto na Tabela 4, a partir da análise do tema “Renda Familiar” emergiram quatro subtemas, sendo o primeiro intitulado: “Porcentagem da renda que é constituída pelo rendimento do idoso aposentado”. Em referência a esse subtema, 63,1% (n=41) dos idosos entrevistados disseram que eram responsáveis por 90% a 100% da renda familiar; 10,8% (n=7), por 70% a 89%; e, 6,1% (n=4), por 50% a 69%.

Ainda relativo ao primeiro subtema, 10,8% (n=7) dos idosos afirmaram que eram responsáveis por 30% a 49% e outros 6,1% (n=4), por 1% a 29% do total da renda familiar. Diante desses dados, pode-se constatar, então, que 80% dos idosos aposentados eram responsáveis por, no mínimo, metade da renda de suas famílias. Entretanto, importa destacar, que, dos idosos que eram responsáveis por pelo menos metade da renda familiar, 34,6% (n=18) pertenciam a famílias compostas apenas por idosos, o que explica em grande parte a alta participação dos idosos na renda familiar.

Ainda assim, dados como estes vêm ao encontro de outras pesquisas, como as do IBGE (2008) que revelaram que a participação do idoso na renda familiar é cada vez mais expressiva. Em 2007, em 53% dos domicílios com idosos do país, mais da metade da renda era fornecida por pessoas de 60 anos ou mais, sendo que, na área rural do país, a contribuição dos idosos no orçamento familiar chegou a 67,3% dos domicílios (IBGE, 2008).

Com relação ao segundo subtema “Contribuição de outros familiares”, 41,5% (n=27) dos idosos disseram ser apenas o próprio cônjuge, o outro familiar que contribuía com a renda familiar e 10,8% (n=7) mencionaram o(s) filho(s). No entanto, 38,5% (n=25) afirmaram que nenhum outro membro da família colaborava com a renda familiar, sendo o único responsável pela renda do domicílio.

Diante destes dados, importa observar que, dos idosos que disseram que outro membro da família colaborava com a renda familiar, 41,5% citaram o próprio cônjuge, ou seja, provavelmente outra pessoa idosa e aposentada. Nesse sentido, considerando os 38,5% que afirmaram serem os únicos responsáveis pela renda familiar e os 41,5% referentes aos cônjuges, pode-se inferir que cerca de 80% dos contribuintes e responsáveis pela renda familiar eram idosos aposentados rurais. Os relatos a seguir confirmam esses dados:

“As despesas sou eu quem faço. Os filhos meus não fazem não”.

(Homem, 68 anos de idade, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.420, co-residia com três familiares, sendo a esposa, também, aposentada).

“Sou eu e a minha esposa, mas é mais eu. Ela compra mais as coisas que não é o dia a dia né?! Por exemplo, quitanda, pão, essas coisas ela compra. As vezes eu compro, mas mais ela compra e quando ela vem em Viçosa pra fazer compra, ela leva coisas pra fazer presente pras netas, uma coisa barato, não é coisa cara, mas eu dou ela essa liberdade né. Cada um tem a sua liberdade né!”

(Homem, 77 anos de idade, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.530, co-residia com dois familiares, sendo todos aposentados).

“Eu e meu marido. É assim, quando acaba o dele aí eu pego o meu.”

(Mulher, 71 anos de idade, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.820, co-residia com dois familiares, sendo o marido, também, aposentado).

“Não, não tem mais ninguém, é só eu e ela. (...) dois salários e quatro pessoas aqui. E eu falo com você, a nossa casa era piso de chão, tinha a parede com telha, mas era só o piso grosso”.

(Homem, 74 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.020, co-residia com três familiares, sendo a esposa, também, aposentada).

Outros dados que ressaltam ainda mais a importância dos rendimentos do idoso aposentado no sustento familiar são os referentes ao subtema “Principal responsável pela renda familiar”. Na análise deste subtema, verificou-se que 53,8% (n=35) dos idosos afirmaram ser o principal responsável pela renda familiar; 24,6% (n=16) disseram ser eles e seus cônjuges; e, 9,2% (n=6), ser os seus cônjuges. Ainda em relação ao terceiro subtema, porém com uma frequência menor, 6,2% (n=4) disseram serem os seus filhos os principais responsáveis pela renda familiar. Os relatos a seguir ilustram esses dados:

“Sou eu. As meninas fazem pra elas. Não dá pra manter bem, mas se faltar alguma coisa a gente inteira”.

(Homem, 65 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.180, co-residia com cinco familiares, sendo a esposa, também, aposentada).

“As despesas sou eu. Um pouco a mulher, porque ela também contribui e eu não posso fazer nada sem falar com ela”.

(Homem, 69 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.780, co-residia com três familiares, sendo a esposa, também, aposentada).

“O responsável aqui é eu e o marido”.

(Mulher, 65 anos de idade, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.820, co-residia com quatro familiares, sendo o marido, também, aposentado).

“Assim, ele (marido idoso aposentado) é o principal porque tudo que surge, vamos supor, se eu faço uma compra, eu chego e falo pra ele, tem lá que pagar isso aqui. Então ele que vai e que paga. Conta de adubo é ele”.

(Mulher, 59 anos de idade, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.620, co-residia com apenas o marido, também aposentado).

Nesse sentido, com o intuito de complementar estes dados e confirmar ou refutar a hipótese de que o idoso rural aposentado era o principal responsável pela renda familiar, realizou-se um teste *t* de *Student*, por meio do qual foram comparadas as médias de contribuição dos dois grupos, idosos (1) e familiares (2), para com a renda familiar.

Tabela 5 – Teste *t* de *Student* em relação às médias de contribuição com a renda familiar dos grupos 1 e 2, Viçosa-MG, 2010.

<i>Variável</i>	<i>Médias</i>	<i>Diferença de médias</i>	<i>Intervalo de Confiança (I.C - 95%)</i>		<i>T</i>	<i>Sig.</i>
Contribuição com a renda familiar	4,02 (idoso)* 1,05 (familiares)**	2,969	2,449	3,490	11,288	0,000

Fonte: Dados da pesquisa.

* Média 4 significa contribuição referente a 70% a 89% da renda familiar.

** Média 1 significa contribuição referente a 1% a 29% da renda familiar.

Os resultados apresentados na Tabela 5 mostram que os dois grupos, idosos aposentados e familiares, se diferenciam estatisticamente ($p < 0,05$), logo, rejeita-se com 95% de confiança ($p < 0,05$) a hipótese de que idosos e familiares contribuíssem igualmente com o orçamento doméstico. Observando-se as médias de ambos os grupos, admite-se que o idoso rural aposentado contribuía mais com o orçamento doméstico do que os seus familiares.

No que concerne ao quarto subtema “Decisão de como a renda será gasta”, 53,8% ($n=35$) dos idosos revelaram serem eles mesmos o responsável por esta decisão; 23,1% ($n=15$), que a decisão era do casal, ou seja, do idoso e seu cônjuge; e, 10,8% ($n=7$), que a decisão era conjunta com seus filhos. Outros 7,7% ($n=5$) afirmaram ser o cônjuge a única pessoa que decidia como a renda seria gasta. Esses dados podem ser evidenciados nas seguintes falas dos entrevistados:

“É eu que decido e o que ela fala que eu vejo que pode ser, eu faço. O que eu vejo que não pode, aí eu falo que isso não pode complicar não”.

(Homem, 74 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.020, co-residia com três familiares, sendo a esposa, também, aposentada).

“Nós dois decidimos juntos”.

(Mulher, 71 anos de idade, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.820, co-residia com dois familiares, sendo o marido, também, aposentado).

“Aí é nós dois, eu e ele”.

(Mulher, 65 anos de idade, renda de R\$510, era a única fonte de renda familiar, co-residia com um filho).

Analisando os dados apresentados, verifica-se que, na maior parte dos casos, quando o idoso não era o único responsável pela decisão de como a renda familiar seria gasta, este compartilhava a decisão com outro familiar. Verifica-se, também, que as respostas dos idosos quanto ao maior responsável pela renda familiar (53,8%, n=35) e ao principal responsável pela decisão de como a renda seria gasta (53,8%, n=35) obtiveram as mesmas frequências, indicando a posição que o idoso aposentado ocupa na família, sendo este o familiar que mais exerce influência na administração dos recursos da família. Ademais, esses dados instigam a reflexão de como a aposentadoria possibilita ao idoso novas relações de poder e/ou autoridade no domicílio, diferindo do senso comum, segundo o qual os idosos são dependentes de seus familiares.

De forma a conhecer e comparar a percepção da família a respeito da participação da renda do idoso no sistema familiar, fez-se três questionamentos, iguais aos anteriormente relatados, a um familiar de cada idoso entrevistado.

Nesse intuito, a Tabela 6 apresenta as frequências da análise de conteúdo do tema “Renda Familiar”, sob a perspectiva dos familiares dos idosos aposentados.

Tabela 6 – O Tema “Renda Familiar” na perspectiva dos familiares dos idosos aposentados rurais, Viçosa-MG, 2010.

Tema	Subtemas	Categorias	T	FT%
RENDA FAMILIAR	Porcentagem da renda familiar que é constituída pelo rendimento do idoso aposentado	0%	4	6,2
		1% a 29%	2	3,1
		30% a 49%	4	6,2
		50% a 69%	11	16,9
		70% a 89%	9	13,8
		90% a 100%	35	53,8
	Principal responsável pela renda	Idoso aposentado	25	38,4
		Conjuge	7	10,8
		Idoso + conjuge	24	36,9
		Filhos	2	3,1
		Genro/Nora	2	3,1
		Não há	3	4,6
		Outros	2	3,1
	Decisão de como a renda será gasta	Idoso aposentado	30	46,2
		Conjuge	4	6,2
		Idoso + conjuge	17	26,1
		Idoso + filhos	1	1,5
		Filhos	5	7,7
		Genro/Nora	1	1,5
		Todos da casa	5	7,7
Outros		2	3,1	

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao analisar o subtema “Porcentagem da renda familiar que é constituída pelo rendimento dos idosos aposentados”, observa-se que 16,9% (n=11) dos familiares disseram que o idoso era responsável por 50% a 69% da renda familiar; 13,8% (n=9) por 70% a 89%; e, 53,8 % (n=35) por 90% a 100%.

Diante destes dados e comparando-se com as frequências obtidas das respostas dos idosos, verifica-se que, como os idosos (80%, n=52), a maior parte dos familiares (84,5%, n=55) afirmou ser o idoso aposentado o responsável por mais da metade da renda familiar. Entretanto, esses valores são questionáveis e a diferença entre as respostas dos idosos em comparação com as dos familiares pode ser ainda maior, haja vista que, durante as entrevistas, muitos idosos não souberam realizar o cálculo de porcentagem. Além disso, observou-se que alguns idosos se sentiram constrangidos em afirmar que era o principal responsável pela renda familiar, em alguns casos, por ter familiares por perto no momento da entrevista.

Apesar de a maior parte dos idosos e dos familiares concordarem em seus relatos que o idoso era responsável por mais da metade da renda familiar, na análise do

subtema “Principal responsável pela renda familiar”, foram encontrados posicionamentos diferentes entre idosos e familiares, visto que, 38,4% (n=25) dos familiares apontaram o idoso aposentado como o principal responsável pela renda familiar, uma frequência bem menor do que a encontrada nos relatos dos idosos (53,8%, n=35).

O fato dos idosos, em comparação com os familiares, afirmarem em maior proporção serem os principais responsáveis pela renda familiar, talvez se deva ao fato de que, ao direcionarem toda ou quase toda a sua renda para o custeio das despesas familiares, tenham a sensação de que são os provedores da família. Essa sensação possivelmente não é errônea, haja vista que, neste estudo, a maior parte da renda familiar era proveniente dos rendimentos dos idosos aposentados e que a maior parte dos familiares dos idosos não possuía rendimentos fixos.

Outra possível explicação é que para uma parte mais significativa de familiares, em comparação com a de idosos, a responsabilidade pela renda familiar era dividida entre o casal, ou seja, idoso e o cônjuge, como evidenciado na frequência das respostas dadas pelos mesmos. Nesse sentido, diferente da frequência das respostas dadas por 24,6% (n=16) dos idosos, 36,9% (n=24) dos familiares apontaram o casal, ou seja, o idoso e o cônjuge, como os principais responsáveis pela renda familiar, como exemplificado nos relatos a seguir:

“Nós dois dividimos, sempre eu pago a metade e ele paga a metade, se precisar até na lavoura eu ajudo”.
(Mulher, aposentada, esposa de idoso que recebia renda de R\$510, renda familiar total de R\$1.020).

“Nós dois. É, porque o dinheiro é junto, não tem separação de despesas. No dia que ela recebe, se eu tiver apertado ela paga e no dia que eu recebo, se ela tiver apertada eu pago. Não tem essa separação de isso eu pago, aquilo você paga”.
(Homem, aposentado, marido da idosa que recebia R\$510, e tinha renda familiar de R\$1.620).

“É os dois, porque como se diz, o que os dois puder ajudar unido, é muito bom né”.
(Mulher, aposentada, esposa de idoso que recebia renda de R\$510, renda familiar total de R\$1.530).

No entanto, se considerarmos os dois tipos de respostas juntas, ou seja, os que apontaram o idoso e os que apontaram o idoso e seu cônjuge como os principais

responsáveis pela renda familiar, as frequências totais das respostas dos idosos e dos familiares seriam, respectivamente, de 78,4% (n=51) e 75,4% (n=49), o que mostra que a divergência nas respostas se concentra na questão do cônjuge do idoso ter ou não o mesmo peso na responsabilidade pela renda familiar, o que, na percepção dos familiares, é mais expressiva.

Ainda com relação ao subtema “Principal responsável pela renda familiar”, 10,8% (n=7) dos familiares que apontaram o cônjuge do idoso; 4,6% (n=3) disseram que não havia um principal responsável e que todos da casa eram igualmente responsáveis pela renda familiar; 3,1% (n=2), os filhos; 3,1% (n=2), o genro e/ou nora; e, mais 3,1% (n=2), outros familiares.

Com relação à questão “Decisão de como a renda será gasta”, 46,1% (n=30) dos familiares disseram ser o idoso aposentado quem decidia; 26,2% (n=17), ser o idoso aposentado e o cônjuge; 7,7% (n=5) apontaram os filhos dos idosos; outros 7,7% (n=5), que a decisão era de todos da casa; e, 6,2% (n=4) ser o cônjuge do idoso. Estes resultados diferiram das respostas dadas pelos idosos, principalmente por terem indicado de forma menos expressiva a figura do idoso aposentado e de forma mais expressiva a figura do filho e a do cônjuge como sendo o responsável pela decisão de como a renda seria gasta. Essa discrepância entre as percepções dos idosos e dos familiares mostra o quanto esses dados são questionáveis e o quanto os papéis familiares não estão claramente definidos perante os membros da família, talvez devido às mudanças nos papéis familiares exercidos pelos participantes desta pesquisa serem ainda recentes.

4.5 A Dependência Familiar dos Recursos Econômicos dos Idosos Aposentados Rurais

O tema “Dependência familiar” aborda a existência ou não de familiares dependentes da renda do idoso rural aposentado, incluindo não só a dependência caracterizada pela transferência de recursos monetários, mas também a transferência de outros tipos de recursos, bem como a situação de dependência caracterizada por familiares que, apesar de co-residirem com idosos aposentados, não contribuíam com a

manutenção da família, ficando todo o sustento familiar sob responsabilidade do(s) aposentado(s).

A Tabela 7 apresenta a análise do tema com o total de observações e as frequências encontradas.

Tabela 7– A Dependência Familiar na Percepção dos Idosos, Viçosa-MG, 2010.

Tema	Subtemas	Categorias	T	FT%	Subcategorias	FT%
Dependência Familiar	Existência de familiares dependentes da renda do idoso	Não	39	60,1	_____	_____
		Sim	21	39,9	Todos da casa	1,5
				Filho(s)	24,6	
				Filhos e netos	12,3	
				Netos	1,5	

Fonte: Elaborada pelos autores.

A respeito do subtema “Existência de familiares dependentes da renda do idoso”, 60,1% (n=39) dos idosos afirmaram não haver dependentes de seus recursos monetários, contudo, 24,6% (n=16) disseram que seus filhos eram seus dependentes e 12,3% (n=8) citaram filhos e netos como dependentes dos seus rendimentos.

Contudo, perceberam-se algumas contradições nas afirmativas dos idosos, pois apesar de 60,1% (n=39) afirmarem que não tinham familiares dependentes de seus recursos, 63,1% (n=41) também disseram que eram responsáveis por 90 a 100% da renda familiar. Ainda, analisando os tipos de arranjos familiares, verificou-se que dos idosos que disseram que não tinham dependentes, 38,4% (n=15) moravam apenas com idosos e, dos que afirmaram que eram responsáveis por pelo menos metade da renda familiar, 34,6% (n=18) também pertenciam a famílias compostas apenas por idosos, o que explica em grande parte a alta participação dos idosos na renda familiar e as respostas negativas dos idosos quanto à ocorrência de dependência familiar. Nesse sentido, pode se inferir que havia dependência familiar, mas essa, possivelmente, só não era maior devido ao tipo de domicílio no qual uma parte significativa de idosos estava inserida, onde, de certa forma, não se faziam necessárias as transferências intrafamiliares.

Comparando o percentual de idosos que afirmaram a existência de familiares dependentes com o percentual encontrado em outras pesquisas, verificou-se que este foi maior do que o relatado por NutrineWS (1999), que afirmou que, no Brasil, 37% das pessoas acima de 60 anos ajudam com sua renda aos seus filhos e netos. Entretanto, esse

percentual foi menor do que o encontrado por Leal²³ (2006), em seu estudo sobre transferências e trocas com idosos no contexto familiar e social, que verificou um percentual de dependentes intradomiciliares maior que 40%.

A seguir, apresentam-se as palavras de alguns aposentados quando questionados sobre a existência de familiares dependentes financeiramente:

“Não. Assim, quando eu posso, igual, eu tenho minha filha lá em baixo, tá grávida passando dificuldade, eu dou mantimento”.
(Mulher, 57 anos de idade, renda de R\$510, era a única fonte de renda familiar, e co-residia apenas com o cônjuge).

“Depende né! Igual esse filho meu que tá morando aqui dentro de casa, ele tá dependendo da gente. Tem uma neta que mora aqui também e depende de mim, porque o pai dela matou a mãe dela, aí ela ficou pequenininha, aí eu cuido dela e tem a R., que é minha caçulinha que eu levo na APAE”.
(Mulher, 65 anos de idade, renda de R\$510, renda familiar de R\$ 1.820 e co-residia com quatro familiares, sendo o marido aposentado).

“Eu tenho uma filha que é separada do marido, mas sou eu que mantenho. (...) Aquela que tá lá, ela tem dois filhos, uma menina e um menino, dois adolescentes. Eu falei com ela, tem que ajudar, pelo menos uma roupa de cama tem que comprar, com o que puder tem que ajudar, o meu salário pra manter tudo fica difícil. Uma época ela adoeceu, quando via, ela saia gritando, desmaiava (...) tudo foi a gente. Agora graças a Deus ela pegou uma saúde e ela tá lá, mas quem faz as despesas sou eu. A luz, roupa, faço compra todo mês, eu compro é lá no V., então a gente olha lá, minha compra tem mês que dá uns trezentos reais, quase quatrocentos. A parte dela vai prá lá, a minha fica aqui”.
(Homem, 81 anos de idade, renda de R\$510, renda familiar de R\$ 1.020 e co-residia com quatro familiares).

“Agora, aquela filha que mora ali em baixo, o marido largou ela e eu tô ajudando ela. (...) Eu faço a compra pra ela. Ela mesma faz, eu passo o dinheiro. E tem os dois meninos”.
(Homem, 76 anos de idade, renda de R\$510, renda familiar de R\$ 510 e co-residia com três familiares).

Por estes relatos, nota-se que, apesar da maior parte (60,1%, n=39) dos idosos afirmar que não possuía familiares dependentes dos seus rendimentos, as relações de parentesco faziam com que eles estabelecessem um compromisso de ajuda aos seus familiares, que eles próprios não identificavam com uma situação de dependência.

²³Em seu estudo, Leal (2006) entrevistou idosos residentes na zona rural e, também, no perímetro urbano.

Estes relatos apontam ainda que filhos e netos, por enfrentarem dificuldades financeiras e outros problemas familiares, como separações e divórcios, problemas de saúde e gravidez não planejada, estabelecem relações de dependência com seus familiares idosos aposentados, o que vai ao encontro às proposições de Coutrim (2006) e de Delgado e Cardoso Júnior (1999), de que, devido a mudanças econômicas significativas, aos efeitos de instabilidade do mercado de trabalho, nascimento de filhos fora do casamento, divórcio e outros eventos, os filhos têm permanecido ou voltado para a casa dos pais, mantendo-se, assim, o idoso como responsável financeiramente por sua família, delegando-se o status de provedor.

Importa ressaltar que muitos dos familiares dependentes não co-residem com os idosos. Nesse sentido, verificou-se que a dependência familiar não se estabeleceu somente em situações de coabitação, mas se estendeu também aos familiares “externos” ao domicílio.

É importante destacar também que, conforme outros relatos e registros de observações durante as entrevistas, pôde-se notar que a maioria dos aposentados não associou o fato de prover/sustentar seus familiares ou ajudá-los frequentemente à existência de uma situação de dependência dos mesmos. Isso talvez se dê, por dois motivos. O primeiro, pelo fato de os idosos acreditarem que fosse sua a responsabilidade de prover o lar, visto que era o membro mais velho da família e, acima de tudo, detentor de renda fixa. O outro motivo seria a valorização da figura do idoso perante a família, pois ele não seria um “peso”, mas o chefe e/ou provedor da família.

Os relatos a seguir, a respeito da existência de familiares dependentes, confirmam estas afirmativas:

“Não. Dou porque eu quero, mas todos trabalham”.

(Mulher, 68 anos, renda de R\$800, renda familiar de R\$5.350 e co-residia com seis familiares).

“Não, apesar de que eu sempre ajudo meus filhos e meus netos”.

(Mulher, 59 anos de idade, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.620, co-residia com apenas o marido, também aposentado).

Quando questionadas sobre o porquê da ajuda:

“Menina, meu coração você não sabe como é, pergunta essa menina que trabalha aqui, eu gosto muito de ajudar os outros. Se tem um

precisando de uma roupa, um leite, eu dou. Gosto muito de ajudar os outros”.

(Mulher, 68 anos, renda de R\$800, renda familiar de R\$5.350 e co-residia com seis familiares).

“Porque eu gosto de ajudar, eu acho que valoriza a gente”.

(Mulher, 59 anos de idade, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.620, co-residia com apenas o marido, também aposentado).

Esses relatos corroboram com Delgado e Cardoso Júnior (1999) e com Aersa (2008), que relataram que o benefício social recebido pelo idoso, na forma de aposentadoria e/ou pensão, permite uma revalorização da pessoa idosa dentro do espaço familiar e uma espécie de proteção de subsistência familiar.

Além disso, Ramos (2002) e Leal (2006) advertem que, para os idosos, a capacidade e a possibilidade de ajudar seus familiares e de participar como sujeitos ativos nas interações familiares podem promover resultados positivos na saúde das pessoas idosas.

De forma a conhecer a percepção da família a respeito da existência ou não de dependência familiar dos recursos dos idosos e contrapor as respostas, após as entrevistas com os idosos, ouviu-se um membro da família de cada idoso.

A Tabela 8 mostra a análise de conteúdo das respostas dos familiares quanto à questão de dependência familiar.

Tabela 8 – A Dependência Familiar na perspectiva dos familiares dos idosos, Viçosa-MG, 2010.

Tema	Subtemas	Categorias	T	FT%	Subcategorias	FT%
Dependência Familiar	Existência de familiares dependentes da renda do idoso	Não	43	66,2	_____	_____
		Sim	22	33,8	Todos da casa	3,1
	Filho(s)				23,1	
	Filhos e netos				4,6	
	Netos				1,5	
	Outros	1,5				

Fonte: Elaborada pelos autores.

De acordo com a análise das respostas dadas pelos familiares dos idosos aposentados, observa-se que as frequências das respostas foram bem próximas às encontradas nas respostas dos idosos, reafirmando a existência de familiares dependentes (33,8%, n=22) e, sendo estes, em sua maioria, filhos dos idosos (23,1%, n=15). Apesar dos resultados estarem próximos, há de se destacar que os idosos

indicaram um percentual maior (36,9%, n=24) de familiares dependentes, o que põe em evidência que, para muitos familiares, o fato de ser o idoso o maior responsável pela renda familiar não se caracteriza como um fator de dependência. Para muitos familiares o dinheiro do idoso era visto apenas como uma ajuda financeira, nesse sentido, na percepção destes, a situação de dependência era desatrelada do fator dinheiro.

A seguir, apresentam-se alguns relatos dos familiares, quando questionados sobre a existência de familiares dependentes do idoso aposentado:

“Não. Tem o filho, mas não depende não, mas ajuda né! Ajuda!”
(Homem, aposentado, marido da idosa que recebia renda de R\$510, renda familiar de R\$1.310).

“Existe, a R. é dependente. Não é mãe?! Dependente deles aqui é eu”.
(Homem, filho da idosa que recebia renda de R\$510, renda familiar de R\$ 1.820 e co-residia com quatro familiares, sendo o marido aposentado).

“Eu sinto que sou dependente. Eu trabalho do dinheiro que ele dá. Às vezes eu preciso e tem que tirar do dele. (...) O nosso filho é a mesma coisa”.
(Mulher, esposa do idoso que possuía renda de R\$1.020, renda familiar de R\$ 1.530 e co-residia com dois familiares).

“É nós aqui, todo mês ela compra alimentos pra nós, o que ela pode fazer ela faz”.
(Mulher, enteada de idosa que co-residia com dois familiares, que recebia renda de R\$510 e era a única fonte de renda da família).

Estes relatos confirmam que, apesar da maior parte (60,1%) dos idosos e dos familiares (66,2%) afirmarem a não existência de familiares dependentes dos recursos dos idosos aposentados, muitos idosos, frequentemente, ajudavam familiares com algum tipo de recurso, principalmente filhos e netos, fato que não deixa de se caracterizar como uma forma de dependência.

Segundo Leal (2006), em pesquisas sobre renda, as famílias não costumam reconhecer que as transferências dadas ou recebidas fazem parte de seus recursos econômicos. Ademais, importa destacar também que, apesar dos familiares possuírem alguma renda e não terem se declarado, em maioria, dependentes, notou-se que os mesmos nem sempre ajudavam com as despesas domésticas ou pararam de ajudar depois que o idoso se aposentou, cabendo ao idoso aposentado a responsabilidade pela manutenção do grupo familiar.

Essas afirmativas podem ser ilustradas nos seguintes relatos:

“(...) antes de aposentar eles (os filhos) trabalhavam e muncado dava pra ele, aí nele aposentar deixou pra ele as obrigações”.
(Mulher, esposa do idoso, cuja renda era de R\$1.100, renda familiar de R\$ 2.320 e co-residia com quatro familiares).

“Ele é quem faz as despesas desde quando aposentou. Antes os meninos trabalhavam por dia e ajudava. Eram os meninos que faziam as despesas”.

(Mulher, aposentada, esposa do idoso cuja renda era de R\$510, renda familiar de R\$ 1.420 e co-residia com três familiares).

“Antes era a mulher, ela já era aposentada. Eu passei a fazer as despesas depois que aposentei”.

(Homem, 70 anos de idade, renda de R\$510, renda familiar de R\$ 1.020 e co-residia com três familiares, sendo a esposa aposentada).

Essas falas corroboram com Viterbino (2001) que, em estudo sobre a realidade de vida do idoso atendido pelo Serviço Social no Programa de Atenção à Saúde do Idoso, também evidenciou a situação da aposentadoria do idoso ser a única fonte de sustento da família e chamou a atenção para os casos em que os filhos, quando recebem alguma renda, nem sempre ajudam nas despesas de casa.

Nesse contexto, com o intuito de complementar esses dados e a fim de confirmar ou refutar a hipótese de que existe dependência familiar dos rendimentos dos idosos rurais aposentados, por meio do teste *t* de *Student*, comparou-se a média da renda familiar (grupo 1) com a média da renda total dos idosos aposentados na unidade doméstica (grupo 2).

Tabela 9 –Teste *t* de *Student* em relação às médias de renda dos grupos 1 e 2, Viçosa-MG, 2010.

<i>Variável</i>	<i>Médias</i>	<i>Diferença de médias</i>	<i>Intervalo de Confiança (I.C - 95%)</i>		<i>t</i>	<i>Sig.</i>
Renda familiar /Renda dos idosos da unidade doméstica	1287,18 (familiares) 1045,00(idosos)	242,185	13,931	470,438	2,099	0,038

Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio do teste *t* de *Student*, verificou-se que os grupos se diferenciam estatisticamente ($p < 0,05$), indicando, assim, a rejeição da hipótese de que a renda familiar não é igual à renda dos idosos aposentados. Ademais, importa destacar que a

média da renda familiar foi de R\$1.287,18 e a média da renda dos idosos aposentados foi de R\$1.045,00, valores muito próximos, o que mostra que, em média, a renda familiar era quase toda constituída pela renda dos idosos aposentados da família.

Nesse sentido, diante destes resultados e baseado nos relatos apresentados anteriormente, pode-se inferir que existe uma situação de dependência familiar dos recursos econômicos dos idosos aposentados.

Nesta pesquisa, questionou-se também a transferência de outros tipos de recursos, não só monetário, que os idosos realizavam aos seus familiares, como a prestação de serviços. Os resultados mostraram que 58,5% (n=38) dos idosos disseram que não prestavam outros serviços; 15,4% (n=10) disseram que ajudavam seus familiares com a compra de alimentos, roupas e outros objetos; e 10,8% (n=7) disseram que cuidavam dos netos, ou seja, prestavam o trabalho de cuidado humano. Outros 15,4% (n=10) citaram outros tipos de transferências aos seus familiares.

“Não, nããã. Não faço mais nada. Eu tô precisando agora de ajuda”.
(Mulher, 76 anos, renda de R\$1.020 referente à aposentadoria e a pensão do falecido marido, única fonte renda do domicílio e co-residia com um neto).

“Todos. Eu ganho o meu salário e não sobra nada. O que o neto precisa eu dou”.
(Mulher, 71 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$ 1.820 e co-residia com dois familiares, sendo o marido aposentado).

“Pro meu filho e, por exemplo, a menina casou, eu dei o lugar pra ele morar e dou as coisas pra ele plantar, eu acho que é uma ajuda simples, mas é né. Tá na dependência minha lá, mas é como se fosse deles”.
(Homem, 77 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$ 1.530 e co-residia com dois familiares também aposentados).

“Quando tá precisando, se a gente puder a gente faz. Mas, não é sempre. Tem hora que procura, mas não pode. (...) De neto eu cuido. Mas, cada um tem seus pais”.
(Homem, 76 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$ 1.020 e co-residia com seis familiares, sendo a esposa, aposentada).

De acordo com Leal (2006) e Delgado e Cardoso Júnior (1999), por meio das transferências de dinheiro e de prestação de serviços, vem ocorrendo uma inversão de papéis, em que o idoso passa do papel de assistido pela família ao papel de provedor ou

assistente da família, ocasionando um impacto positivo e contribuindo para o bem-estar da mesma.

Segundo Camarano (2000), um aspecto importante das transferências intergeracionais é o caráter bidirecional, em que tanto os jovens auxiliam os mais velhos, como os mais velhos auxiliam os mais jovens.

Considerando esse caráter bidirecional das trocas ou das transferências intergeracionais apresentado por Camarano (2000), um aspecto importante a ser analisado é se os familiares dos idosos, em contrapartida aos recursos recebidos, transferiam outros tipos de recursos ou serviços aos seus idosos. Nesse sentido, indagou-se aos idosos se os familiares transferiam para eles alguns recursos e cuidados, como dinheiro, serviços domésticos, cuidados pessoais e de saúde. Como resposta à questão “algum familiar o ajuda com dinheiro?”, 96,9% (n=63) dos idosos disseram que não.

“Não. Eu que ajudo ele de vez em quando”.

(Mulher, 71 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$ 2.310 e co-residia com dois familiares, sendo o marido aposentado).

“Meus filhos quando estavam dentro de casa ajudavam, mas depois que casaram não ajudam mais não”.

(Mulher, 65 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$ 1.820 e co-residia com quatro familiares, sendo o marido aposentado).

Relativamente à prestação de serviço dos familiares em forma de trabalho doméstico, 80% (n=52) disseram “não”.

“Não. Eu costumo pagar alguma pessoa pra ajudar na faxina aí, mas os filhos mesmo não ajudam não”.

(Mulher, 76 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$ 1.020 e co-residia com três familiares, sendo o marido aposentado).

“Não. O serviço de casa é só eu e Deus. Só se eu adoecer aí as noras pega e faz”.

(Mulher, 61 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$ 1.820 e co-residia com dois familiares, sendo um deles, o marido aposentado).

“Tem uma neta que vem ajudar de vez em quando. Mas eu pago ela, porque ela não trabalha de graça não. E eu dou roupa também”.

(Mulher, 71 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$ 1.820 e co-residia com dois familiares, sendo um deles, o marido aposentado).

Outra questão importante diz respeito às transferências em caráter afetivo, ou seja, em formas de demonstração de carinho e companheirismo. Nesse sentido, 86,2% (n=56) disseram que “sim”, que seus familiares eram carinhosos e companheiros.

“São, até que são. Graças a Deus eu tenho boa convivência com a minha família, com meus irmãos”.

(Mulher, 59 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$ 1.020 e co-residia com dois familiares, sendo um deles, o marido aposentado).

“A...a minha neta é. A neta é. A minha neta se preciso ela sai comigo, ela faz a conta e me dá o dinheiro na minha mão. Eu falo me dá o dinheiro aqui, eu preciso e eu trabalhei. Você também faz igual eu fiz trabalha! Não fica igual esses homens. Eu falo do meu neto, só fica dentro de casa. Porque no meu tempo não tinha escola, mas nós trabalhava. Ele ainda ta dormindo porque ficou até duas horas vendo televisão. É difícil né?! Combater eu não vou combater, porque se eu for combater eu caio e adoço. Eu largo calado, não falo nada. Fica. Na hora que eu bater a cabeça ele vai entender, ele vai entender. Ele vai ter que trabalhar”.

(Mulher, 76 anos, renda de R\$1.020, referente a aposentadoria e a pensão por viuvez;, renda familiar de R\$ 1.020 e co-residia com um familiar, sendo a única fonte de renda familiar).

“Companheiros? Eu não posso dizer que não são companheiros, mas eu não tenho usado, mas quando eu uso eles são companheiros”.

(Homem, 77 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$ 1.530 e co-residia com dois familiares, sendo todos aposentados).

Nota-se uma contradição entre as afirmativas e as justificativas dadas pelos idosos, que muitas vezes, confundem carinho e companheirismo com a existência de alguns familiares relativamente próximos, com os quais mantinham um relacionamento bom e/ou estável.

Ainda em relação às transferências de recursos da parte da família aos seus idosos, indagou-se se os familiares ajudavam os idosos com seus cuidados pessoais e de saúde e, 50,8% (n=33) dos idosos disseram que sim.

“Tem. O filho que mora aqui comigo toda hora que eu vou ele vai junto comigo”.

(Homem, 76 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$ 1.020 e co-residia com seis familiares, sendo um deles, a esposa aposentada).

“A minha filha que mora aqui perto me ajuda”.

(Mulher, 71 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$ 1.820 e co-residia com dois familiares, sendo um deles, o marido aposentado).

“Não, isso eu vou sozinho, mas meu filho que faz barba”.
(Homem, 73 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$ 1.020 e co-residia com três familiares, sendo um deles, a esposa aposentada).

“Isso aí, no caso de que eu ter que sair um dos meninos vai comigo porque eu tenho carro, mas não tenho carteira, então um dos dois vai comigo”.
(Homem, 61 anos de idade, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.020 e co-residia com três familiares, sendo um a esposa aposentada).

Diante desses dados, nota-se que, somente em alguns casos, as transferências de recursos se davam de forma bidirecional. Entretanto, não se pode inferir que os familiares transferiam recursos na mesma proporção e/ou concomitantemente que os idosos rurais aposentados, dando a impressão de que os idosos transferiam mais recursos aos seus familiares do que estes aos idosos. Nesse sentido, a idéia de que os idosos transferiam recursos econômicos/financeiros para seus familiares, em troca, porque seus familiares prestavam outros tipos de serviços e auxílios a eles, não se revelou nessa população pesquisada.

4.6 Percepção a respeito da participação da renda dos idosos na economia familiar, na perspectiva do idoso e de sua família

Nesta seção, apresentam-se os resultados da análise de conteúdo das entrevistas realizadas junto aos idosos e a seus familiares em relação à participação dos rendimentos dos idosos no sustento familiar e na administração dos recursos pessoais e familiares.

Os resultados da análise de conteúdo foram apresentados por meio da descrição do tema “Administração dos rendimentos dos idosos”, seus subtemas, categorias e subcategorias, tendo sido comparadas as percepções do idoso e de sua família e apuradas a quantidade total de observações e a frequência total.

4.6.1 Administração dos rendimentos dos idosos

O tema “Administração dos rendimentos dos idosos” reúne questões referentes ao processo de administração do benefício recebido pelos idosos rurais aposentados,

sendo analisada a responsabilidade pelo recebimento da aposentadoria, a destinação e alocação desse recurso, ou seja, seu uso, bem como a percepção dos entrevistados quanto à suficiência desse recurso para suas despesas. O referido tema, seus subtemas e suas respectivas categorias e subcategorias, bem como a frequência das observações, que podem ser visualizados nas Tabelas 10 e 11, a seguir especificadas.

Tabela 10 – Aspectos Relevantes a Respeito da Administração dos Rendimentos dos Idosos na percepção dos idosos, Viçosa-MG, 2010.

Tema	Subtemas	Categorias	T ²⁴	FT%	Subcategorias	FT%	
ADMINISTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS DOS IDOSOS	Responsável pelo recebimento da aposentadoria	O próprio aposentado	47	72,3			
		Cônjuge	1	1,6	Comodidade	9,2	
		Filho (a)	15	23,1	Problemas físicos	7,7	
		Genro/nora	1	1,5	Dificuldades com bancos	4,6	
		Irmão/irmã	1	1,5	Medo de ser assaltado	3,1	
						Outros motivos	3,1
	Responsável pela administração da aposentadoria	O próprio aposentado	50	77,0			
		Cônjuge	1	1,5	Problemas físicos	10,7	
		Aposentado + Cônjuge	3	4,6	Dificuldades com bancos	3,1	
		Filho(a)	10	15,4	Comodidade	6,1	
		Outros	1	1,5	Outros motivos	3,1	
	Autonomia	Sim	57	87,7			
		Não	8	12,3			
	Porcentagem da aposentadoria destinada à renda familiar	0%	4	6,2			
		1% a 29%	15	23,1			
		30% a 49%	17	26,1			
		50% a 69%	20	30,8			
		70% a 89%	2	3,0			
		90% a 100%	7	10,8			
	Motivo da contribuição	Não contribuía	4	6,2			
		“Dever do homem”	9	13,8			
		“Sou o chefe da casa” (provedor)	21	32,3			
		Complementar a renda	22	33,9			
		Outras razões	9	13,8			
	Tempo de contribuição	Não contribuía	4	6,2			
		Sempre/desde que começou a trabalhar	29	44,6			
		Depois que se aposentou	19	29,2			
Depois que casou-se		7	10,8				
Depois que ficou viúvo(a)		5	7,7				
Outros		1	1,5				

Fonte: Dados da pesquisa.

²⁴ T = total de observações;

Tabela 11 – Aspectos Relevantes a Respeito da Administração dos Rendimentos dos Idosos na percepção dos familiares, Viçosa-MG, 2010.

Tema	Subtemas	Categorias	T ²⁵	FT% ²⁶	Subcategorias	FT%
ADMINISTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS DOS IDOSOS	Responsável pelo recebimento da aposentadoria	O próprio aposentado	47	72,3		
		Filho(a)	15	23,1	Problemas físicos	7,7
		Genro/nora	1	1,5	Comodidade	9,2
		Irmão/irmã	2	3,1	Hábito	3,1
						Outros motivos
	Responsável pela administração da aposentadoria	O próprio aposentado	52	80,0		
		Aposentado + Cônjuge	2	3,1	Problemas físicos	3,1
		Filho(a)	7	10,8	Comodidade	6,1
		Outros	4	6,1	Hábito	3,1
						Outros motivos
	Autonomia	Sim	61	93,8		
		Não	4	6,2		
	Porcentagem da aposentadoria destinada à renda familiar	0%	4	6,2		
		1% a 29%	2	3,1		
		30% a 49%	4	6,2		
		50% a 69%	11	16,9		
		70% a 89%	9	13,8		
		90% a 100%	35	53,8		
	Motivo da contribuição	Não contribuía	4	6,1		
		“Dever do homem”	7	10,8		
“Sou o chefe da casa” (provedor)		15	23,1			
“Porque ele (a) é bom(a)”		5	7,7			
Complementar a renda		24	36,9			
Outras razões		10	15,4			
Tempo de contribuição	Não contribuía Sempre/desde que começou a trabalhar	4	6,1			
	Depois que se aposentou	31	47,7			
	Depois que casou-se	23	35,4			
	Depois que ficou viúvo(a)	3	4,6			
	Outros	2	3,1			
Como considera a ajuda financeira para a família	Sem importância	2	3,1			
	Importante	1	1,6			
	Muito importante	36	55,4			
		24	36,9			

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação ao subtema, “Responsável pelo recebimento da aposentadoria”, 72,3% dos aposentados afirmaram serem eles próprios, a pessoa responsável por receber

²⁵ T = total de observações;

²⁶ FT = frequência total.

o benefício da aposentadoria. Todavia, em menor escala, 23,1% apontaram o(a) filho(a) como sendo o responsável.

Comparando esses resultados com as respostas dos familiares dos idosos, verificou-se que 72,3% dos familiares afirmaram ser o próprio aposentado o responsável por receber a aposentadoria; 23,1% disseram ser o filho do aposentado e 4,6% mencionaram outros familiares. Diante desses dados, verifica-se que as percepções dos idosos e de suas famílias estão de acordo no que se trata da pessoa responsável pelo recebimento da aposentadoria do idoso rural.

Questionando-se o porquê de alguns idosos aposentados transferirem a responsabilidade de receber a sua aposentadoria para outro familiar, subcategorias foram criadas buscando-se esclarecer tal situação. Nesse sentido, dos 27,7% (n=18) dos idosos que mencionaram outro familiar como responsável pelo recebimento de sua aposentadoria, 9,2% (n=6) disseram ser por comodidade, já sendo um hábito desde quando se aposentou; 7,7% (n=5) associaram o motivo a problemas físicos, como dificuldades de enxergar; 4,6% (n=3) disseram ter dificuldades em manusear caixas eletrônicas de bancos ou de outras instituições; 3,1% (n=2) responderam não ser o próprio a receber a aposentadoria por medo de ser assaltado, e 3,1% (n=2), por outros motivos. Os relatos a seguir exemplificam esses dados:

“Sempre quem busca pra mim é essa menina, outra hora é o JB. Eu acho melhor assim pra eu poder trabalhar, e eles vão lá, pegam o dinheiro e me entregam direitinho né!”

(Homem, 66 anos de idade, renda de R\$1.100, renda familiar de R\$ 2.320 e co-residia com quatro familiares).

“A minha filha. Porque ela mora na cidade, pra que eu vou lá só pra isso! Nem passar pra eles não passo. Lá ela recebe e se vira com ela lá”.

(Homem, 68 anos de idade, renda de R\$510, renda familiar de R\$ 1.020 e co-residia com dois familiares, sendo a esposa aposentada).

“A minha menina vai comigo. Ela vai comigo e é ela que tira o dinheiro pra mim, porque eu não sei mexer direito e minhas vistas são muito ruins”.

(Mulher, 64 anos de idade, renda de R\$1.020, renda familiar de R\$ 1.120 e co-residia com um familiar).

Na percepção de 27,7% dos familiares que mencionaram outra pessoa como a responsável pelo recebimento da aposentadoria, 9,2% (n=6) disseram ser por

comodidade do aposentado que, assim, não precisava se deslocar e deixar suas atividades; 7,7% (n=5) relacionaram o motivo a problemas físicos do aposentado; 3,1% (n=2) afirmaram que sempre foi assim, desde o momento que o idoso se aposentou, tendo se tornado um hábito; e 7,7% (n=5) alegaram outros motivos.

Esses dados podem ser evidenciados nos seguintes relatos dos familiares:

“Ele mesmo ou a filha. (...) Porque ele não gosta de falhar nenhum dia de serviço. No começo ele ia, ela ia com ele, aí depois ela passou a ir sozinha”.

(Mulher, esposa do idoso de 66 anos de idade, que possuía renda de R\$1.100, renda familiar de R\$ 2.320 e co-residia com quatro familiares).

“Eu. (...) Porque eu já fico mais na rua, pago as contas, eu é que gasto mais o dinheiro dele (risos), também já sei os remédios que ele usa. Eu tô mais na rua, então fica mais por minha conta mesmo”.

(Mulher, filha do idoso de 68 anos de idade, cuja renda era de R\$510, renda familiar de R\$ 1.020 e co-residia com dois familiares, sendo a esposa aposentada).

“Ela mesma que vai, eu vou com ela, eu recebo, mas quem é responsável sou eu. Porque só eu de filha mulher e eu sou a mais velha, e por ela está junto comigo né”.

(Mulher, filha da idosa de 64 anos de idade, cuja renda era de R\$1.020, renda familiar de R\$ 1.120 e co-residia com um familiar).

Quanto ao subtema, “Responsável pela administração da aposentadoria”, 76,9% dos aposentados afirmaram ser o próprio a administrar seu rendimento proveniente da aposentadoria, fato evidenciado nas seguintes falas:

“Lógico que sou eu! Eu vou na rua e compro presente pros outros”.

(Mulher, 68 anos de idade, renda de R\$800, renda familiar de R\$ 5.350 e co-residia com quatro familiares, sendo que destes, dois eram aposentados).

“Não, é eu. É meu!”

(Mulher, 70 anos de idade, renda de R\$510, renda familiar de R\$ 1.020 e co-residia com um familiar, sendo este o marido aposentado).

“Aqui eu administro o meu e ela administra o dela”.

(Homem, 69 anos de idade, renda de R\$510, renda familiar de R\$ 1.020 e co-residia com três familiares, sendo um deles a esposa aposentada).

“É eu mesmo, eu e ela, nós dois somos reunidos. Administramos juntos. Ela também é aposentada”.

(Homem, 73 anos de idade, renda de R\$510, renda familiar de R\$ 1.020 e co-residia com quatro familiares, sendo um deles a esposa aposentada).

Nesse subtema, a percepção dos familiares foi próxima à dos idosos, visto que, destes, 80% afirmaram ser o próprio aposentado quem administrava a aposentadoria.

“Ela mesma. Eu não, não tenho nada com isso! Nem tão pouco ela dá palpite no meu”.

(Homem, aposentado e marido de idosa de 68 anos de idade que possuía renda de R\$800, renda familiar de R\$ 5.350 e co-residia com quatro familiares).

“É ele, ele compra as coisas pra casa”.

(Mulher, aposentada e esposa de idoso cuja renda era de R\$510, renda familiar de R\$ 1.530 e co-residia com dois familiares, sendo que todos eram aposentados).

“Cada um administra a sua aposentadoria, acaba que é junto”.

(Mulher, aposentada esposa de idoso cuja renda era de R\$510, renda familiar de R\$ 1.020 e co-residia com três familiares).

“Cada um administra o seu”.

(Mulher, aposentada e esposa de idoso de 73 anos de idade, cuja renda era de R\$510, renda familiar de R\$ 1.020 e co-residia com quatro familiares).

Ainda com relação a esse subtema, de acordo com os idosos, a segunda categoria mais expressiva (15,4%; n=10) refere-se ao filho(a) como o responsável pela administração do rendimento do idoso.

Questionando-se também o porquê da administração da aposentadoria não ser realizada pelos próprios aposentados e sim por outros familiares, 10,7% (n=7) dos idosos disseram que era devido a problemas físicos; 6,1% (n=4) por comodidade; 3,1% (n=2) por terem dificuldades em manusear “caixas” eletrônicos de bancos ou de outras instituições e 3,1% (n=2) por outros motivos.

“Sempre com ordem minha, mas é o filho mesmo que já faz. Porque ele que mexe com os negócios que paga as coisas, ele mesmo já vê tudo”.

(Homem, 71 anos de idade, renda de R\$1.020, renda familiar de R\$ 1.530 e co-residia com dois familiares).

“Minha filha. Eu não saio de casa”.

(Mulher, 80 anos de idade, renda de R\$510, renda familiar de R\$ 765e co-residia com dois familiares, sendo um deles o genro segurado por auxílio doença).

“É ela que toma conta. Então é assim, mas eu tenho uma filha que é separada do marido, mas sou eu que mantenho”.

(Homem, 81 anos, renda de R\$ 510, renda familiar de R\$1.020, se referindo a filha que administrava o seu dinheiro e a outra filha que não morava na mesma casa, mas dependia dele).

“Ele. (...)Eu ajudo também, nós somos unidos”.

(Mulher, 74 anos, renda de R\$1.020, renda familiar de R\$1.530; se referindo ao filho, único familiar que co-reside com ela).

Já analisando as percepções dos familiares, 10,8% (n=7) mencionaram o(a) filho(a) como o responsável pela administração do rendimento do idoso; 3,1% (n=2) disseram ser o aposentado com seu cônjuge, e 6,1% (n=4) mencionaram outros familiares. Desses familiares, 6,1% (n=4) disseram que outro familiar administrava a aposentadoria do idoso por uma questão de comodidade (os idosos não precisam deixar as atividades); 3,1% (n=2) alegaram o motivo a problema(s) físico(s) dos aposentados; outros 3,1% (n=2), por já ser um hábito; e 7,7% (n=5) mencionaram outros motivos.

“O meu filho. (...) Desde que começou com as vacas e tem desconto do PRONAF, aí o menino fez um PRONAF pra ele também, e tem que pagar todo ano, aí o dinheiro já fica com ele. É ele quem administra, eu não administro nada”.

(Mulher, esposa de idoso, cuja renda era de R\$1020, renda familiar era de R\$1.530 e coabitava com dois familiares).

“Sou eu. Ela não tem condições”.

(Mulher, filha de idosa que possuía renda de R\$510, renda familiar de R\$ 765e co-residia com dois familiares, sendo um deles o genro segurado por auxílio doença).

“É ele com ela aí. Porque eu não tenho condições”.

(Homem, marido de idosa cuja renda de R\$510 era a única fonte de renda da família, referindo-se ao filho e a esposa aposentada).

“A gente vai com ele. Então acaba que todo mundo administra. (...) eu tô vendo que ele não tá tendo condição aí eu vou pra ele. Hoje mesmo

eu recebi o dinheirinho dele, já fui chegando e entregando na mão dele. A gente só vê onde ele coloca porque ele esquece às vezes”.
(Mulher, filha de idoso cuja renda era de R\$510, renda familiar de R\$1.020 e coabitava com dois filhos).

Com relação ao subtema “Autonomia”, 87,7% (n=57) dos idosos disseram gastar o dinheiro da aposentadoria da forma como queriam, sem ter que pedir permissão ou consultar outra pessoa.

“Isso eu vou lá e faço a compra que tem que fazer, não peço obediência pra ninguém”.
(Homem, 75 anos de idade, renda de R\$510, renda familiar de R\$ 1.020 e co-residia com cinco familiares, sendo um deles a esposa aposentada).

“Eu gasto com as coisas muito necessário, coisas pra casa (...) uma coisa assim, mas eu mesma, pego opinião com ninguém não”.
(Mulher, 66 anos de idade, renda de R\$510, renda familiar de R\$ 1,020 e co-residia com dois familiares, sendo um deles o marido aposentado).

“Ahh, eu mesma (riso). É. O dinheiro é quase todo pra fazer compra pra casa, pra comprar remédio”.
(Mulher, renda de R\$1.020, renda familiar de R\$ 1.660 e co-residia com seis familiares).

“Eu mesmo compro, mas peço opinião para os meus meninos, como diz, eles mesmos é que faz negócio pra mim. Sempre, eles é que fazem negócios pra mim”.
(Mulher, 70 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$ 1.020 e co-residia com um familiar, sendo este o marido aposentado).

Por outro lado, 93,8% (n=61) dos familiares afirmaram que os idosos tinham autonomia sobre o uso da aposentadoria, havendo assim, uma diferença de 6,1% entre as afirmações dos dois grupos. Essa diferença deve-se, possivelmente, ao fato de que os familiares costumavam dar muitos “palpites” e, por isso, o idoso acabava tomando decisões por influências desses familiares, e não por vontade própria. Nota-se que, para os idosos, ter autonomia é poder gastar o seu recurso monetário da forma como bem quiserem, sem ter obrigações com gastos fixos ou outros tipos de gastos pré-estabelecidos pela família.

“Ele que decide e compra”.

(Mulher, aposentada e esposa de idoso cuja renda era de R\$510, renda familiar de R\$ 1.020).

“Acho que tem”.

(Homem, filho de idosa cuja renda era de R\$510, renda familiar de R\$1.020 e coabitava com três familiares).

“Tem. O dinheiro dela é pra fazer as arrumações da casa”.

(Homem, aposentado e marido de idosa cuja renda era de R\$510 e renda familiar de R\$1.020).

Além dessa diferença entre as respostas dos idosos e dos familiares, importa destacar também o aspecto contraditório desses resultados se comparados aos resultados de outras questões, pois, apesar de 87,7% (n=57) dos idosos e 93,8% (n=61) dos familiares afirmarem que o idoso rural tinha autonomia sobre o dinheiro da aposentadoria, quando questionados sobre a administração da mesma, 76,9% (n=50) dos idosos e 80% (n=52) dos familiares afirmaram ser outra pessoa quem administrava o benefício. Nesse sentido, a autonomia do idoso rural sobre seu recurso econômico ainda é um dado questionável, e, talvez se deva, pelo fato de ser essa autonomia menor do que declarada por eles e por seus familiares, ou porque o conceito ou entendimento de autonomia dos entrevistados seja diferente do utilizado nesta pesquisa, haja vista que diferentes contextos e condições de vida geram visões e interpretações de mundo particulares. Outro motivo seria a linguagem um tanto quanto "rebuscada" e/ou técnica, utilizada no instrumento de pesquisa, que pode ter dificultado a compreensão dos pesquisados.

No que concerne ao subtema “Porcentagem destinada à renda familiar”²⁷, 10,8% (n=7) dos idosos afirmaram que destinavam 90% a 100% da aposentadoria; 3% (n=2), de 70% a 89%; 30,8% (n=20) de 50% a 69%; 26,1% (n=17) de 30% a 49%; e 23,1% (n=15), destinavam uma contribuição de 1% a 29%. Os seguintes relatos exemplificam essa realidade:

“É tudo. Vai pro remédio, trem de comida e roupa, que às vezes é preciso comprar roupa. Aí não sobra”.

²⁷ Como a maioria dos entrevistados mostrou dificuldade em responder, em porcentagem, quanto da aposentadoria era destinada à renda familiar, o valor que eles falavam foi transformado em porcentagem.

(Homem, 69 anos de idade, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.020 e coabitava com três familiares).

“Vai quase tudo. A gente fica assim, com uma reservazinha, porque a gente tem que ter. Mas não é pra deixar pra doença não. Porque às vezes um filho precisa muncadiquim, porque às vezes tá apertado e a gente arruma, e às vezes a gente também vai pra rua, a gente tem o dinheiro pra uma condução. A gente não dispõe tudo não. Os outro pergunta a gente fala que não tem dinheiro. A gente tem uma reserva, mas diz que faz mau falar que é pra deixar pra doença, mas se precisa tá lá, é preferível do que comprar fiado. (...)Gasta mais de quinhentos. Porque tem mês que a gente compra mais. Sabe porque, eu vou dizer procê, se fosse nós três só a gente gastava pouco, mas aí, dia de sábado e domingo, igual hoje e amanhã, os neto costuma vir, a filha que mora lá no Cascalho, vem os meninos, aí a gente gasta mais um pouquinho, porque eu não conto isso não, porque trem de comer a gente não conta”.

(Homem, 78 anos de idade, renda de R\$700, renda familiar de R\$1.360 e coabitava com dois familiares).

“Vai a metade. Assim, uns quatrocentos”.

(Mulher, 63 anos de idade, viúva, com renda de R\$510, sendo a única fonte da família, e coabitava com dois familiares).

“Uns duzentos reais”.

(Mulher, 78 anos de idade, viúva, com renda de R\$1.020, renda familiar de R\$1.530 e coabitava apenas com a irmã aposentada).

“Assim, tem mês né! Tem mês que gasta pouco. (...) O meu eu gasto uns cento e cinquenta. Tem mês. Tem mês que tem que comprar um sapato, uma roupa, aí já aumenta mais”.

(Mulher, 66 anos de idade, renda R\$510, renda familiar de R\$1.020 e coabitava com dois familiares, sendo o marido aposentado).

No entanto, na percepção da maior parte dos familiares (53,8%; n=35), os idosos destinavam 90% a 100% da sua aposentadoria para a renda familiar. Ainda, 13,8% dos familiares (n=9) afirmaram destinação de 70% a 89%; 16,9% (n=11) afirmaram que os idosos destinavam cerca de 50% a 69%; 6,2% (n=4) apontaram uma porcentagem de 30% a 49%; 3,1% (n=2) relataram uma colaboração de 1% a 29%; e outros 6,2% (n=4) disseram que os idosos não contribuía para com a renda familiar.

Verifica-se, então, que na percepção da maior parte dos familiares, o idoso aposentado destinava para renda familiar uma parcela ainda maior da aposentadoria do que na percepção dos próprios idosos aposentados, como mostram os relatos abaixo:

“Uns duzentos. (...) A luz da roça, as despesas da roça ele faz, mas o resto, despesas em Viçosa, remédios e plano de saúde, o filho faz”.
(Mulher, aposentada e esposa de idoso cuja renda era de R\$510 e renda familiar de R\$1.020).

“Mais que a metade, com os remédios acaba gastado tudo”.
(Mulher, aposentada e esposa de idoso cuja renda era de R\$510 e renda familiar de R\$1.020).

“Toda a aposentadoria dele mais a minha”.
(Mulher, aposentada e esposa de idoso cuja renda era de R\$510 e renda familiar de R\$1.020).

“Metade da aposentadoria. Eu vejo diariamente ela comprar coisas pra casa com o dinheiro dela”.
(Homem, filho de idosa cuja renda era de R\$510 e renda familiar de R\$1020).

Essa diferença entre as percepções dos familiares e dos idosos quanto à porcentagem destinada à renda familiar deve-se, talvez, ao fato de que os familiares tinham mais noção do que os próprios aposentados da forma como a aposentadoria era gasta e/ou os familiares controlavam mais os recursos dos idosos, sendo, possivelmente, um indício de que estes, de fato, não tinham muita autonomia sobre seus recursos.

Quando questionados sobre o motivo de contribuir com a renda familiar, 33,9% (n=22) dos idosos disseram que contribuía, pois era preciso complementar a renda familiar, ou seja, uma questão de necessidade; 32,3% (n=21) porque se consideravam o provedor e chefe da casa; 13,8% (n=9) por acreditarem ser dever do homem, ou seja, uma questão de gênero; e 13,8% (n=9) por outras razões.

“Porque o dele não dá, aí eu tenho que entrar”.
(Mulher, 71 anos, renda de R\$510, se referindo à aposentadoria do marido).

“Eu acho que eu tenho que pagar porque eu preciso né!”.
(Homem, 66 anos, renda de R\$1.100 e renda familiar de R\$2.320 e coabitava com quatro familiares).

“Eu acho que é a minha obrigação, como marido é minha obrigação né?!”.
(Homem, 66 anos, renda de R\$1.100 e renda familiar de R\$2.320 e coabitava com quatro familiares).

(Homem, 75 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.020 e coabitava com seis familiares).

“Tenho amizade pela mulher e pelos filhos”.

(Homem, 68 anos de idade, renda de R\$510 e renda familiar de R\$1.420 e coabitava com três familiares).

Na perspectiva dos familiares que disseram que o idoso contribuía com a renda familiar, 36,9% (n=24) disseram que era porque o idoso sabia da necessidade; 23,1% (n=15), que o idoso era o chefe da casa e/ou o provedor; 10,8% (n=7) afirmaram que é dever do homem; 7,7% (n=5) disseram que é porque o referido idoso era uma pessoa boa; e 15,4% (n=10) disseram ser por outras razões.

“Ele acha que é necessidade de uma casa, compra aquilo que é preciso”.

(Irmã de idoso cuja renda era de R\$510 e renda familiar de R\$1.020 e coabitava com um familiar).

“Porque é a obrigação dele”.

(Esposa de idoso de 68 anos de idade cuja renda era de R\$ 510, renda familiar de R\$1.420 e coabitava com três familiares).

“Porque ela e meu pai é que são responsáveis pela casa. Então eles é que sustentam a casa”.

(Filha de idosa cuja renda era de R\$510 e renda familiar de R\$2.820 e coabitava com dois familiares sendo um deles o marido aposentado).

“Por que ele faz as compras, às vezes ele. Eu acho que é a obrigação do marido né!”.

(Esposa do idoso que tinha renda de R\$510, renda familiar de R\$1.020 e coabitava com seis familiares).

Quanto ao tempo de contribuição do idoso para a renda familiar, 44,6% (n=29) dos idosos afirmaram que passaram a contribuir a partir do dia que começaram a trabalhar; 29,2% (n=19), depois que aposentaram; 10,8% (n=7), a partir do dia em que se casaram; 7,7% (n=5), depois que ficaram viúvo(a); e 1,5% (n=1) alegaram outros motivos.

Comparando com a percepção dos familiares, destes, 47,7% (n=31) disseram que o idoso sempre ajudou, ao passo que 35,4% (n=23) afirmaram que o idoso só passou a contribuir depois que se aposentou.

A fim de aprofundar mais a percepção da família em relação ao significado que a contribuição do idoso tinha para o grupo familiar, foi perguntado aos familiares como eles consideravam essa ajuda financeira do idoso para a família. Nesse sentido, 55,4% (n=36) dos familiares disseram achar importante; 36,9% (n=24) consideraram muito importante; e 1,6% (n=1) disse não ter importância. Dessa forma, dentre os familiares, prevaleceu uma percepção positiva a respeito da contribuição que os idosos aposentados destinavam à renda familiar e, conseqüentemente, a toda família.

4.7 Percepção dos idosos quanto à sua qualidade de vida

Nesta subseção foram apresentados os resultados da avaliação da qualidade de vida dos idosos, obtidos por meio dos questionários da OMS, WHOQOL-Bref e WHOQOL-Old.

Na descrição das informações geradas pelo WHOQOL-Bref, verificou-se que no *domínio global de qualidade de vida* (Tabela 13), quando os idosos foram questionados sobre como avaliavam sua qualidade de vida, mais da metade (53,8%; n=35) respondeu que tinha *boa* qualidade de vida e 24,6% (n=16) consideraram-na *nem ruim e nem boa*. Quanto à satisfação do idoso com a sua saúde, verificou-se que 60% (n=39) disseram estar *satisfeitos*; 20,0% (n=13) *nem satisfeitos nem insatisfeitos*; e 13,8% (n=9), *muito satisfeitos*.

Na descrição dos questionamentos componentes do *domínio físico*, a maior parte dos idosos (56,9%; n=37) disse que estava satisfeito com a sua capacidade para o trabalho; 55,4% (n=36) estavam satisfeitos com a capacidade de desempenhar as atividades do dia a dia; 43,1% (n=28) disseram que tinham capacidade de locomoção muito boa; 38,5% (n=25) responderam que dor física os impedia *extremamente* de fazer o que precisavam; 36,9% (n=24) disseram que tinham energia suficiente para o dia a dia; 33,8% (n=22) disseram que estavam satisfeitos com o seu sono; e 30,8% (n=20) responderam que precisavam bastante de algum tratamento médico para levar a vida diária.

Tabela 12 – Percepção dos idosos quanto à sua qualidade de vida, de acordo com o módulo WHOQOL-Bref, Viçosa-MG, 2010.

Questão	DOMÍNIOS/ITENS	ESCALA*				
		1	2	3	4	5
		N (%)	N (%)	N (%)	N (%)	N (%)
DOMÍNIO GLOBAL						
1	Como você avaliaria sua qualidade de vida?	0(0)	1(1,5)	16(24,6)	35(53,8)	13(20)
2	Quão satisfeito você está com sua saúde?	1(1,5)	3(4,6)	13(20)	39(60)	9(13,8)
3	Em que medida você acha que sua dor impede você de fazer o que precisa? (q. 3)	8(12,3)	8(12,3)	16(24,6)	8(12,3)	25(38,5)
4	O quanto você precisa de algum tratamento médico para levar sua vida diária? (q. 4)	7(10,8)	13(20)	12(18,5)	20(30,8)	13(20)
10	Você tem energia suficiente para o seu dia adia? (q. 10)	4(6,2)	6(9,2)	24(36,9)	23(35,4)	8(12,3)
15	Quão bem você é capaz de se locomover? (q. 15)	2(3,1)	7(10,8)	11(16,9)	27(26,2)	28(43,1)
16	Quão satisfeito você está com seu sono? (q. 16)	5(7,7)	12(18,5)	7(10,8)	22(33,8)	19(29,2)
17	Quão satisfeito você está com sua capacidade de desempenhar suas atividades do seu dia adia?	1(1,5)	2(3,1)	16(24,6)	36(55,4)	10(15,4)
18	Quão satisfeito você está com sua capacidade para o trabalho? (q. 18)	1(1,5)	3(4,6)	13(20)	37(56,9)	11(16,9)
DOMÍNIO PSICOLÓGICO						
5	O quanto você aproveita a vida? (q. 5)	9(13,8)	9(13,8)	22(33,8)	20(30,8)	5(7,7)
6	Em que medida você acha que sua vida tem sentido? (q. 6)	1(1,5)	3(4,6)	22(33,8)	30(46,2)	9(13,8)
7	O quanto você consegue se concentrar? (q. 7)	3(4,6)	0(0)	16(24,6)	30(46,2)	16(24,6)
11	Você é capaz de aceitar sua aparência física? (q. 11)	4(6,2)	8(12,3)	21(32,3)	21(32,3)	11(16,9)
19	Quão satisfeito você está consigo mesmo? (q. 19)	0(0)	2(3,1)	5(7,7)	33(50,8)	25(38,5)
26	Com que frequência tem sentimentos negativos? (q. 26)	4(6,2)	5(7,7)	7(10,8)	21(32,3)	28(43,1)
DOMÍNIO RELAÇÕES SOCIAIS						
20	Quão satisfeito você está com suas relações pessoais? (q. 20)	3(4,6)	2(3,1)	5(7,7)	39(60)	16(24,6)
21	Quão satisfeito você está com sua vida sexual?(q. 21)	3(4,6)	3(4,6)	29(44,6)	23(35,4)	7(10,8)
22	Quão satisfeito você está com apoio que recebe dos amigos? (q. 22)	1(1,5)	2(3,1)	10(15,4)	45(69,2)	7(10,8)
DOMÍNIO MEIO AMBIENTE						
8	Quão seguro você se sente com sua vida diária? (q. 8)	7(10,8)	6(9,2)	16(24,6)	25(38,5)	11(16,9)
9	Quão saudável é seu ambiente físico? (q. 9)	0(0)	5(7,7)	15(23,1)	19(29,2)	26(40)
12	Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades? (q. 12)	4(6,2)	15(23,1)	39(60)	5(7,7)	2(3,1)
13	Quão disponível para você estão as informações que precisa no seu dia a dia? (q. 13)	7(10,8)	14(21,5)	29(44,6)	12(18,5)	3(4,6)
14	Em que medida tem oportunidade de lazer? (q. 14)	14(21,5)	19(29,2)	18(27,7)	12(18,5)	2(3,1)
23	Quão satisfeito você está com as condições do local onde mora? (q. 23)	1(1,5)	2(3,1)	7(10,8)	31(47,7)	24(36,9)
24	Quão satisfeito você está com o acesso aos serviços de saúde? (q. 24)	8(12,3)	2(3,1)	12(18,5)	30(46,2)	13(20)
25	Quão satisfeito você está com o seu meio de transporte? (q. 25)	8(12,3)	2(3,1)	11(16,9)	36(55,4)	8(12,3)

Fonte: Dados da pesquisa.

*Nas respostas, a escala utilizada de 1 a 5 cresce em grau de satisfação, frequência ou intensidade.

Os dados relativos ao *domínio* psicológico revelaram que 50,8% (n=33) dos idosos estavam satisfeitos consigo mesmos, no entanto, 32,3% (n=21) disseram que aceitavam muito a sua aparência física e outros 32,3% (n=21), mais ou menos. Ainda relativo ao *domínio psicológico*, 46,2% (n=30) achavam que a sua vida tinha sentido; 46,2% (n=30) afirmaram que conseguiam se concentrar bastante; 43,1% (n=28) afirmaram que sempre apresentaram sentimentos negativos, enquanto no item referente ao aproveitamento da vida, 33,8% (n=22) afirmaram aproveitar mais ou menos e 30,8% (n=20), bastante.

No domínio *relações sociais*, os dados mostraram que 84,6% (n=55) dos idosos estavam *satisfeitos* ou *muito satisfeitos* com suas relações pessoais e 80% (n=52) dos idosos estavam *satisfeitos* ou *muito satisfeitos* com o apoio que recebiam dos amigos. Com relação à satisfação com a vida sexual, 44,6% (n=29) disseram que não estavam satisfeitos e nem insatisfeitos e 35,4% (n=23), satisfeitos.

No domínio meio ambiente, quando indagados se tinham dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades, 60% (n=39) responderam *mais ou menos* e 23,1% (n=15), *muito pouco*. Os idosos também disseram que estavam satisfeitos com o seu meio de transporte, com as condições do local onde moravam e com o seu acesso aos serviços de saúde (55,4%; 47,7% e 46,2%, respectivamente).

Na questão referente à disponibilidade das informações necessárias no seu dia a dia, 44,6% (n=29) dos idosos afirmaram que as informações que precisavam estavam *mais ou menos disponíveis*; 21,5% (n=14), *muito pouco*, e 18,5% (n=12), *muito disponível*. No que se refere ao ambiente físico, 40% (n=26) disseram que o ambiente era *extremamente* saudável, enquanto 29,2% (n=19) achavam o ambiente *bastante* saudável. Os idosos também relataram sentirem-se *bastante* ou *mais ou menos* seguros com a sua vida diária (38,5% e 24,6%, respectivamente). Porém, no item *em que medida você tem oportunidade de lazer*²⁸, os idosos ficaram bem divididos, pois 29,2% (n=19) disseram ter muito pouca oportunidade; 27,7% (n=18) mais ou menos; 21,5% (n=14), nada; 18,55% (n=12), muito; e 3,1% (n=2) disseram ter completamente.

²⁸ Durante as entrevistas, pôde-se observar que, na maior parte das falas dos idosos, o significado de lazer estava mais interligado ao fato de poder fazer o que quiser e ir a onde quiser do que fazer e/ou participar de determinadas atividades em horários rígidos ou ter determinadas ocupações diferentes das atividades laborais remuneradas, como, geralmente, é conceituado pela crença popular.

4.7.1 Valores médios dos Diferentes Domínios do WHOQOL-Bref

Conforme a Tabela 13, os resultados do instrumento demonstraram que, entre os domínios do WHOQOL-Bref, o que apresentou maior média foi o *domínio global de QV* (\bar{x} =15,4) seguido, respectivamente, dos domínios *relações sociais* (\bar{x} =14,93); *físico* (\bar{x} =14,84); *psicológico* (\bar{x} =14,75); e *meio ambiente* (\bar{x} =13,31).

Tabela 13 – Valores médios dos diferentes domínios do WHOQOL-Bref segundo a percepção dos idosos, Viçosa-MG, 2010.

Domínios	Variáveis	Escala					Média Ponderada**	Média Simples
		1	2	3	4	5		
QV Global	QV	0	1	16	35	13	15,6	15,4
	Saúde	1	3	13	39	9	15,2	
Físico	Dor e desconforto	8*	8*	16*	8*	25*	14,0	14,84
	Energia e fadiga	7	13	12	20	13	13,1	
	Sono e repouso	4	6	24	23	8	13,5	
	Mobilidade	2	7	11	27	28	18,2	
	Atividades da vida cotidiana	5	12	7	22	19	14,3	
	Tratamento médico	1*	2*	16*	36*	10*	15,5	
	Capacidade de trabalho	1	3	13	37	11	15,3	
Psicológico	Sentimentos positivos	9	9	22	20	5	12,1	14,75
	Concentração	1	3	22	30	9	14,6	
	Autoestima	3	0	16	30	16	15,4	
	Imagem corporal e aparência	4	8	21	21	11	13,6	
	Sentimentos negativos	0*	2*	5*	33*	25*	16,9	
	Espiritualidade/religião	4	5	7	21	28	15,9	
Relações Sociais	Relações pessoais	3	2	5	39	16	15,8	14,93
	Apoio social	3	3	29	23	7	13,7	
	Atividade sexual	1	2	10	45	7	15,3	
Meio Ambiente	Segurança física e proteção	7	6	16	25	11	13,2	13,31
	Ambiente do lar	0	5	15	19	26	16,0	
	Recursos financeiros	4	15	39	5	2	11,1	
	Acesso a serviços de saúde	7	14	29	12	3	11,3	
	Informações	14	19	18	12	2	10,0	
	Lazer	1	2	7	31	24	16,6	
	Ambiente físico	8	2	12	30	13	14,3	
	Transporte	8	2	11	36	8	14,0	

Fonte: Dados da pesquisa.

*Itens recodificados (1=5; 2=4;3=3;4=2;5=1).

** No cálculo da média ponderada, multiplicou-se o número de respostas pelo referido valor da escala e dividiu pelo número de respondentes (n=65). Em seguida, multiplicou-se por 4 para que todos os valores ficassem numa escala de 4 a 20.

No que se refere ao *domínio relações sociais*, as questões referentes às *relações pessoais* ($\bar{x}=15,8$) e a *atividade sexual* ($\bar{x}=15,3$) obtiveram as melhores médias e a questão relacionada ao *apoio social* foi a que apresentou menor contribuição para o domínio ($\bar{x}=13,7$). O fato de o item *atividade sexual* ter demonstrado uma das maiores médias do domínio talvez possa ser justificado devido a maior parte dos idosos pesquisados ser constituída por idosos casados (69,2%) e devido, também, ao aumento de pessoas que chegam a idades mais avançadas com plenas condições físicas e psíquicas para exercerem a sexualidade. No entanto, há de se indagar a veracidade desses dados, pois, durante as entrevistas, pôde-se notar que muitos idosos se sentiram constrangidos ao falar sobre esse assunto.

Verificou-se que, no *domínio físico*, o que mais influenciou para que este tivesse uma média alta foi a questão referente à *mobilidade* ($\bar{x}=18,2$), que obteve uma média superior à média de referência ($\bar{x}=14,84$), sendo também superior a todas as demais médias do instrumento. Possivelmente, a excelente capacidade física dos idosos para a mobilidade seja consequência do tipo de atividade laboral realizada pelos mesmos por anos, ou seja, a atividade agrícola, bem como a manutenção das suas atividades agrícolas e domésticas que, além de contribuir para um estilo de vida mais ativo, auxilia no processo de envelhecimento mais bem sucedido. Pereira *et al.* (2006) afirmam que em comunidades onde há o predomínio de atividades rurais e domésticas, os indivíduos têm maior oportunidade de continuarem exercendo sua atividade laboral também na velhice, o que proporciona maior satisfação com a vida. Para Neri (1993), quanto mais ativo for o idoso, maior será a sua satisfação com a vida e, conseqüentemente, melhor será sua qualidade de vida.

Com relação ao *domínio psicológico*, verificou-se que as questões relacionadas aos sentimentos negativos e à espiritualidade obtiveram as melhores médias, 16,9 e 15,9, respectivamente. As questões referentes a *pensamentos positivos* ($\bar{x}=12,1$) e *imagem corporal ou aparência* ($\bar{x}=13,6$) foram aquelas que apresentaram menor contribuição para o domínio, talvez, devido ao fato do trabalho no campo ser mais pesado e sob condições climáticas, o que altera de forma mais rápida e “severa” a aparência dos trabalhadores rurais. Outro ponto seria o valor dado, pelos idosos rurais, à imagem corporal e a aparência, bem como ao significado e à compreensão que cada um tem a respeito das perdas e alterações do envelhecimento.

No domínio *meio ambiente*, os dados referentes ao *lazer* e ao *ambiente do lar* apresentaram as maiores médias do domínio, enquanto, *recursos financeiros* e *acesso a serviços de saúde* obtiveram as menores médias não apenas desse domínio, mas de todos os domínios do WHOQOL-Bref. O fato de *recursos financeiros* e *acesso a serviços de saúde* terem apresentado as menores médias pode ser reflexo da preocupação e/ou insatisfação dos idosos com relação a esses fatores, provavelmente, devido ao fato de que, para muitos, a velhice é uma etapa do ciclo da vida que implica em maiores cuidados com a saúde, em necessidades crescentes e, por outro lado, diminuição da renda.

Considerando os resultados apresentados, verificou-se que todas as médias dos domínios do WHOQOL-Bref apresentaram valores superiores ao valor médio de referência ($\bar{x} = 12$), na escala de 4 a 20, o que permite inferir que os idosos rurais aposentados não possuem baixa qualidade de vida.

Na avaliação da correlação entre os diferentes domínios e o domínio global de QV, verificou-se que todos os domínios se correlacionaram positivamente com o domínio global, no entanto, as correlações foram de baixa magnitude (Tabela 14).

Tabela 14 – Estimativa dos coeficientes de correlação de Pearson entre os domínios e a qualidade de vida global.

Qualidade de vida global (variável dependente)	
Domínios	Correlação (r)
Físico	0,281**
Psicológico	0,317**
Relações Sociais	0,154
Meio Ambiente	0,190*

Fonte: Dados da pesquisa.

*Significativo a 0,1% de probabilidade pelo teste *t* de Student.

** Significativo a 0,5% de probabilidade pelo teste *t* de Student.

Na avaliação da correlação entre os domínios, observou-se uma correlação positiva, porém fraca, entre os domínios físico e psicológico (0,171), físico e relações sociais (0,069), físico e meio ambiente (0,155), psicológico e relações sociais (0,071), e psicológico e meio ambiente (0,064). Observou-se, também, uma fraca correlação negativa entre os domínios meio ambiente e relações sociais (- 0,062). O coeficiente mais alto encontra-se entre os domínios físico e psicológico (Tabela 15).

Tabela 15 – Correlação de Pearson entre os diferentes domínios.

Domínio	Domínio 1 Físico	Domínio 2 Psicológico	Domínio 3 Relações Sociais	Domínio 4 Meio Ambiente
1 Físico	X	0,171*	0,069	0,155*
2 Psicológico	0,171*	X	0,071	0,064
3 Relações Sociais	0,069	0,071	X	- 0,062
4 Meio Ambiente	0,155*	0,064	- 0,062	X

Fonte: Dados da pesquisa.

*Significativo a 0,1% de probabilidade pelo teste *t* de Student.

4.7.2. Descrição do Módulo de Qualidade de Vida Específico para Idosos WHOQOL-Old

A Tabela 16, especificada na página seguinte, apresenta os resultados referentes às facetas/itens da qualidade de vida dos idosos, em termos de: funcionamento sensorial; autonomia; atividades passada, presentes e futuras; participação; morte e morrer e intimidade.

Na *faceta funcionamento sensorial*, que avalia o funcionamento sensorial e o impacto da perda das habilidades sensoriais na vida do idoso, 58,5% disseram que o funcionamento dos seus sentidos afetam *completamente* a sua capacidade de interagir com outras pessoas e 49,2% avaliaram o funcionamento dos seus sentidos como sendo *nem ruim e nem bom*.

Com relação à questão que investiga se alterações nos sentidos (audição, visão, paladar, olfato, tato) afetam a vida diária dos idosos, verificou-se que a maior parte dos participantes (33,8% n=22;) respondeu que as alterações pelas quais estavam passando estavam afetando *mais ou menos* a sua vida. Ainda com relação às perdas nos sentidos, 32,3% disseram que a perda dos sentidos (audição, visão, paladar, olfato, tato) afetava *bastante* a sua capacidade de participar em atividades; 26,2%, *extremamente*; e, 26,2%, *mais ou menos*.

Os questionamentos que compreendem a *faceta autonomia* dizem respeito à independência na velhice, a autonomia e liberdade de tomar suas próprias decisões, revelaram que 46,2% (n=30) dos idosos sentiam bastante que as pessoas ao seu redor respeitavam a sua liberdade; e, 38,5% (n=25) e 27,7% (n=18) sentiam, respectivamente, que controlavam *mais ou menos* e *nada* o seu futuro.

Tabela 16 – Tabela descritiva, em frequência e porcentagem, do módulo WHOQOL-Old.

FACETAS/ITENS	ESCALA*				
	1	2	3	4	5
FUNCIONAMENTO SENSITÓRIO	N(%)	N(%)	N(%)	N(%)	N(%)
Até que ponto as perdas nos seus sentidos afetam a sua vida diária? (questão 1)	8(12,3)	12(18,5)	22(33,8)	11(16,9)	12(18,5)
Até que ponto a perda de, por exemplo, audição, visão, paladar, olfato, tato, afeta a sua capacidade de participar em atividades? (questão 2)	4(6,2)	6(9,2)	17(26,2)	21(32,3)	17(26,2)
Até que ponto o funcionamento dos seus sentidos afeta a sua capacidade de interagir com outras pessoas?	3(4,6)	3(4,6)	10(15,4)	11(16,9)	38(58,5)
Como você avaliaria o funcionamento dos seus sentidos?(questão 20)	2(3,1)	26(40)	32(49,2)	5(7,7)	0(0)
AUTONOMIA					
Quanta liberdade você tem de tomar as suas próprias decisões?	5(7,7)	5(7,7)	24(36,9)	18(27,7)	13(20)
Até que ponto você sente que controla o seu futuro? (questão 4)	18(27,7)	11(16,9)	25(38,5)	8(12,3)	3(4,6)
O quanto você sente que as pessoas ao seu redor respeitam a sua liberdade? (questão 5)	2(3,1)	3(4,6)	22(33,8)	30(46,2)	8(12,3)
Até que ponto você consegue fazer as coisas que gostaria de fazer? (questão 11)	7(10,8)	24(36,9)	22(33,8)	12(18,5)	0(0)
ATIVIDADES PASSADAS, PRESENTES E FUTURAS					
Até que ponto você está satisfeito com as suas oportunidades para continuar alcançando outras realizações na sua vida?	2(3,1)	6(9,2)	18(27,7)	29(44,6)	10(15,4)
O quanto você sente que recebeu o reconhecimento que merece na sua vida? (questão 13)	4(6,2)	9(13,8)	18(27,7)	29(44,6)	5(7,7)
Quão satisfeito você está com aquilo que alcançou na sua vida? (questão 15)	0(0)	1(1,5)	8(12,3)	37(56,9)	19(29,2)
Quão feliz você está com as coisas que você pode esperar daqui pra frente? (questão 19)	0(0)	3(4,6)	23(35,4)	37(56,9)	2(3,1)
PARTICIPAÇÃO SOCIAL					
Até que ponto você sente que tem o suficiente para fazer em cada dia? (questão 14)	1(1,5)	7(10,8)	26(40)	29(44,6)	2(3,1)
Quão satisfeito você está com a maneira com a qual você usa o seu tempo? (questão 16)	1(1,5)	0(0)	10(15,4)	44(67,7)	10(15,4)
Quão satisfeito você está com o seu nível de atividade? (questão 17)	1(1,5)	2(3,1)	17(26,2)	39(60)	6(9,2)
Quão satisfeito você está com as oportunidades que você tem para participar de atividades da comunidade?	0(0)	8(12,3)	15(23,1)	33(50,8)	9(13,8)
MORTE E MORRER					
Quão preocupado você está com a maneira pela qual você irá morrer? (questão 6)	3(4,6)	12(18,5)	9(13,8)	4(6,2)	37(56,9)
O quanto você tem medo de não poder controlar a sua morte? (questão 7)	4(6,2)	8(12,3)	9(13,8)	5(7,7)	39(60)
O quanto você tem medo de morrer? (questão 8)	5(7,7)	8(12,3)	6(9,2)	4(6,2)	42(64,6)
O quanto você teme sofrer dor antes de morrer? (questão 9)	17(26,2)	17(26,2)	15(23,1)	2(3,1)	14(21,5)
INTIMIDADE					
Até que ponto você tem um sentimento de companheirismo em sua vida? (questão 21)	6(9,2)	4(6,2)	19(29,2)	30(46,2)	6(9,2)
Até que ponto você sente amor em sua vida? (questão 22)	3(4,6)	3(4,6)	20(30,8)	32(49,2)	7(10,8)
Até que ponto você tem oportunidade para amar? (questão 23)	3(4,6)	3(4,6)	28(43,1)	26(40)	5(7,7)
Até que ponto você tem oportunidade para ser amado? (questão 24)	4(6,2)	1(1,5)	31(47,7)	24(36,9)	5(7,7)

Fonte: Dados da pesquisa.

* Nas respostas, a escala utilizada de 1 a 5 cresce em grau de satisfação, frequência ou intensidade.

Nas questões referentes a liberdade de tomar suas próprias decisões e a capacidade de fazer as coisas que gostaria de fazer, 36,9% (n=24) dos idosos disseram ter *mais ou menos* liberdade para tomar suas próprias decisões; 27,7% (n=18) disseram ter *bastante* e 20% (n=13) *extremamente*, ainda, 36,9% (n=24) e 33,8% (n=22) responderam, respectivamente, que conseguiam fazer o que gostariam de fazer *muito pouco* e *mais ou menos*.

Na *faceta atividades passadas, presentes e futuras*, 56,9% (n=37) relataram que estavam *satisfeitos* e 29,2% (n=19), *muito satisfeitos* com aquilo que alcançaram na vida, e apenas um disse que estava *insatisfeito*. No que se refere ao item “quão feliz você está com as coisas que você pode esperar daqui pra frente”, a maior parte respondeu *feliz* (56,9%; n=37) e 35,4% (n=23) *nem feliz nem infeliz*. Ainda, dos 65 idosos pesquisados, 44,6% (n=29) declaram que estavam *muito* satisfeitos com as suas oportunidades para continuar alcançando outras realizações na vida e 44,6% (n=29) sentiam que receberam *muito* o reconhecimento que merecem na sua vida.

Com relação à *faceta participação social*, 67,7% (n=44) estavam *satisfeitos* com a maneira com a qual usavam o seu tempo; 60% (n=39) estavam *satisfeitos* com o seu nível de atividade; 50,8% (n=33) estavam *satisfeitos* com as oportunidades que tinham para participar de atividades da comunidade; e 44,6% (n=29) e 40% (n=26), respectivamente, sentiam que tinham o suficiente para fazer a cada dia *muito* e *mais ou menos*.

As questões referentes à *faceta morte e morrer* tratam das preocupações, inquietações, expectativas e temores sobre a morte e morrer, sendo que 64,6% (n=42) dos idosos têm extremamente medo de morrer; 60% (n=39) tinham extremamente medo de não poder controlar a sua morte e 56,9% (n=37) estavam *extremamente* preocupados com a maneira pela qual irão morrer.

No item referente ao medo de sofrer dor antes de morrer, as respostas dos idosos ficaram divididas, sendo que 26,2% (n=17) *nada* temiam; 26,2% (n=17) temiam *muito pouco*; 23,1% (n=15), *mais ou menos*; 21,5% (n=14), *extremamente*, e 3,1% (n=2), *bastante*.

Na *faceta intimidade*, 49,2% (n=32) dos idosos disseram que sentiam *bastante* e 30,8% (n=20) disseram sentir *mais ou menos* amor em sua vida; 47,7% (n=31) afirmaram que tinham *mais ou menos* e 36,9% (n=32) tinham *muita* oportunidade para

ser amado. Ainda, 46,2% (n=30) relataram que tinham *bastantes* sentimento de companheirismo em sua vida; 43,1% (n=28) disseram que tinham *mais ou menos* e 40% (n=26) *muita* oportunidade para amar.

É importante destacar que, com relação à faceta *morte e morrer*, os idosos responderam de forma direta e não mostraram confusão nem constrangimento em falar sobre esse tema. No entanto, com relação à faceta *intimidade*, alguns idosos consideraram as perguntas repetitivas, bem como pode-se notar que alguns ficaram intimidados em falar do tema “amor”, talvez, por se tratar de um sentimento muito íntimo e também porque, em muitos casos, havia a presença de familiares que acompanhavam a entrevista.

4.7.3 Valores médios das Diferentes Facetas do WHOQOL-Old

Com respeito aos valores médios das facetas do WHOQOL-Old, a Tabela 17 detalha os dados mostrando que *morte e morrer* apresentou maior média ($\bar{x}=14,9$), seguido das *facetas participação social* ($\bar{x}=14,65$); *atividades passadas, presentes e futuras* ($\bar{x}=14,62$); *intimidade* ($\bar{x}=13,72$); *funcionamento do sensitório* ($\bar{x}=13,32$); e da *faceta autonomia* ($\bar{x}=12,1$).

Com relação à faceta *morte e morrer*, a questão que mais influenciou para que esta tivesse uma média acima da de referência ($\bar{x}=12$) foi medo de morrer ($\bar{x}=16,3$) e medo de não poder controlar a própria morte ($\bar{x}=16,1$). Dessa forma, verificou-se que a maior parte dos idosos revelou que não tinha medo da morte e de não poder controlá-la.

Na faceta *participação social*, satisfeito com a maneira com a qual você usa seu tempo foi a questão que mais contribuiu com o domínio, apresentando média de ($\bar{x}=15,8$). A menor contribuição foi referente à questão: tem o suficiente para fazer a cada dia? ($\bar{x}=13,4$).

Observou-se que os idosos, na *faceta atividades passadas, presentes e futuras*, demonstraram a percepção de que receberam o reconhecimento que merecem na sua vida ($\bar{x}=16,5$); que estavam felizes com as coisas que podem esperar daqui pra frente ($\bar{x}=14,4$); satisfeitos com aquilo que alcançaram em sua vida ($\bar{x}=14,3$) e com as suas oportunidades para continuar alcançando outras realizações ($\bar{x}=13,3$).

Tabela 17 – Valores médios das diferentes facetas do WHOQOL-Old

Facetas	Variáveis	Escala					Média** Ponderada	Média Simples
		1	2	3	4	5		
Funcionamento do Sentitório	Perdas no sentido afetam a vida diária	8 *	12 *	22*	11*	12*	11,6	13,32
	Perda do funcionamento dos sentidos afeta a participação em atividades	4*	6*	17*	21*	17*	14,5	
	Problemas com o funcionamento dos sentidos interferindo no interagir	3	3	10	11	38	16,8	
	Avaliação do funcionamento dos sentidos	2*	26*	32*	5*	0*	10,4	
Autonomia	Liberdade para tomar suas próprias decisões	5	5	24	18	13	13,7	12,1
	Sente que controla seu futuro	18	11	25	8	3	9,9	
	Consegue fazer as coisas que gostaria de fazer	2	3	22	30	8	14,4	
	Pessoas ao seu redor respeitam sua liberdade	7	24	22	12	0	10,4	
Atividades Passadas, Presentes e Futuras	Feliz com as coisas que espera daqui pra frente	2	6	18	29	10	14,4	14,62
	Satisfeito com as suas oportunidades para continuar alcançando outras realizações	4	9	18	29	5	13,3	
	Recebeu o reconhecimento que merece na sua vida	0	1	8	37	19	16,5	
	Satisfeito com aquilo que alcançou em sua vida	0	3	23	37	2	14,3	
Participação Social	Tem o suficiente para fazer em cada dia	1	7	26	29	2	13,4	14,65
	Satisfeito com a maneira com a qual usa seu tempo	1	0	10	44	10	15,8	
	Satisfeito com o seu nível de atividade	1	2	17	39	6	14,8	
	Satisfeito com as oportunidades para participar de atividades na comunidade	0	8	15	33	9	14,6	
Morte e Morrer	Preocupado com a maneira pela qual irá morrer	3*	12*	9*	4*	37*	15,6	14,9
	Medo de não poder controlar a sua morte	4*	8*	9*	5*	39*	16,1	
	Medo de morrer	5*	8*	6*	4*	42*	16,3	
	Teme sofrer dor antes de morrer	17*	17*	15*	2*	14*	11,6	
Intimidade	Tem sentimento de companheirismo em sua vida	6	4	19	30	6	13,6	13,72
	Sente amor em sua vida	3	3	20	32	7	14,2	
	Oportunidades para amar	3	3	28	26	5	13,6	
	Oportunidades para ser amado	4	1	31	24	5	13,5	

Fonte: Dados da pesquisa.

*Itens recodificados (1=5; 2=4;3=3;4=2;5=1).

** No cálculo da média ponderada, multiplicou-se o número de respostas pelo referido valor da escala e dividiu pelo número de respondentes (n=65). Em seguida, multiplicou-se por 4 para que todos os valores ficassem numa escala de 4 a 20.

Os dados relativos à *intimidade* mostraram que os idosos estavam satisfeitos com a sua capacidade de ter relações pessoais e íntimas, corroborando com os resultados do instrumento WHOQOL-Bref de que os idosos avaliaram positivamente o domínio relações sociais. Esses resultados podem ser justificados pelo fato de a maioria dos idosos ser casada e todos os idosos moravam, em média, com pelo menos três familiares e, nesse sentido, tinham oportunidade de se relacionar com outras pessoas. Além disso, outra possibilidade de explicação é que, no meio rural, devido as suas características de organização social e de trabalho, as relações sociais são mais fortalecidas, como as relações de parentesco, vizinhança e de compadrio.

Na *faceta funcionamento do sensitório*, as questões que mais contribuíram para uma média acima da de referência ($\bar{x}=12$) foram: problemas com o funcionamento dos sentidos interferindo no interagir ($\bar{x}=16,8$); sentidos que afeta ($\bar{x}=11,6$).

Quanto à *faceta autonomia*, as questões referentes a sente que controla seu futuro ($\bar{x}=9,9$) e pessoas ao seu redor respeitam sua liberdade ($\bar{x}=10,4$) apresentaram as menores médias e, assim, foram as que mais contribuíram para que a média da faceta ($\bar{x}=12,1$) não fosse muito superior a média de referência ($\bar{x}=12$). As questões relacionadas a consegue fazer as coisas que gostaria de fazer ($\bar{x}=14,4$) e liberdade para tomar suas próprias decisões ($\bar{x}=13,7$) foram as que colaboraram mais com a faceta. Um possível fator influenciador dessas questões pode ser a aposentadoria, pois para muitos idosos, o advento da aposentaria rural revelou-se como um fator positivo em suas vidas, haja vista que com o aumento da renda e/ou a seguridade da mesma, os idosos não precisam trabalhar como antes e, assim, se sentem mais seguros, tranquilos.

Em síntese, os resultados do módulo WHOQOL-Old demonstraram que todas as facetas apresentaram média superior ao valor médio de referência ($\bar{x}=12$), na escala de 4 a 20, o que permite inferir que os idosos aposentados rurais não apresentam baixa qualidade de vida.

4.8 As implicações da aposentadoria sobre as condições de vida do idoso aposentado rural e do grupo familiar

Nesta seção, procurou-se discutir a respeito das implicações da aposentadoria do idoso rural nas condições de vida do idoso e do grupo familiar. Para tanto, é apresentada a análise de conteúdo das respostas dos idosos e dos familiares às questões do estudo

sobre: as mudanças que a aposentadoria do idoso ocasionou na vida do próprio aposentado e na vida da família, a concretização de sonhos do idoso por meio da aposentadoria, além das questões referentes à avaliação das condições de vida do idoso e da família antes e depois da aposentadoria.

Assim, de acordo com a Tabela 18, no que se refere ao primeiro subtema “Mudanças que aconteceram na vida do idoso após aposentar-se”, sobressaíram cinco categorias, que revelaram que para 35,4% (n=23) dos idosos, sendo que destes 73,9% (n=17) eram mulheres, a aposentadoria propiciou mais liberdade em relação aos seus familiares e autonomia para administrar e gastar o seu recurso financeiro.

Tabela 18 – Implicações da aposentadoria sobre as condições de vida do idoso rural, na percepção dos idosos rurais aposentados, Viçosa, MG, 2010.

Tema	Subtemas	Categorias	T	FT%
IMPLICAÇÕES DA APOSENTADORIA SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA DO IDOSO RURAL	Mudanças que aconteceram na vida do idoso após aposentar-se	Não houve mudanças	3	4,6
		O idoso passou a ter papel de decisão no grupo familiar	16	24,6
		O idoso passou a ter mais liberdade e autonomia	23	35,4
		Melhores condições de vida	23	35,4
	Avaliação das condições de vida do idoso antes de se aposentar	Ótima	0	0,0
		Boa	11	17
		Regular	27	41,5
		Péssima	27	41,5
	Avaliação das condições de vida do idoso após aposentar-se	Ótima	14	21,5
		Boa	44	67,7
		Regular	7	10,8
		Péssima	0	0,0
	Por que as condições de vida do idoso melhoraram depois da aposentadoria	Não melhoraram, permaneceram as mesmas	10	14,8
		O idoso passou a ter mais dinheiro e assim, pode comprar mais e fazer mais coisas	34	52,3
		Como o dinheiro da aposentadoria é certo, o idoso ficou mais tranquilo	16	24,6
		O idoso não precisou trabalhar como antes	5	8,3
	Por que as condições de vida do idoso pioraram depois da aposentadoria	-----	0	0,0
		Não concretizou	18	27,9
	Concretização de sonhos	Reformar e/ou aumentar a casa ou propriedade rural	17	26,1
		Comprar móveis, equipamentos e utensílios domésticos e elétricos para casa	12	18,4
		Mudar ou construir uma casa nova	7	10,7
		Adquirir um automóvel	4	6,1
		Ajudar familiares e/ou amigos	2	3,1
		Outros	5	7,7

Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda, para 35,4% (n=23), o advento da aposentadoria melhorou a sua condição de vida, principalmente nos aspectos alimentares, acesso a bens e serviços e a falta de necessidade de trabalhar mais; para 24,6% (n=16), após se aposentar, o mesmo passou a ter papel de decisão no grupo familiar, ou seja, ganhou mais poder perante o grupo familiar, e 4,6% (n=3) disseram que, após a aposentadoria, não ocorreram mudanças em suas vidas. Os relatos a seguir contribuem com esses dados:

“(...) lógico que a aposentadoria melhorou de mais. Eu não tinha dinheiro, não podia dá a pessoa um presente, dependia do meu marido pra ele me dá o dinheiro. Agora é diferente, meu é meu, eu faço com ele o que eu quero. Melhorou”.

(Mulher, 68 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$2.820 e coabitava com seis familiares).

“É uma coisa que a gente faz com mais liberdade e com menos economia, até no próprio jeito de viver, porque já tem aquela renda a mais. A gente não fica com muita economia, usa aquilo que precisa”.

(Homem, 71 anos, renda de R\$1.020, renda familiar de R\$1.530 e coabitava com dois familiares).

“Depois que eu aposentei tudo melhorou, porque eu passava muito mal, passava até fome. Agora não. Antes eu passava fome, porque eu com sete filhos, tudo pequeno, plantava a meia, e meia pesada, muito pesada, viu! (...) Eu com sete filhos pequenos, e tinha uns que era doente (...) depois que nós aposentou, aí melhorou. Porque hoje nós faz compra no supermercado á dinheiro. Naquela época, comprava fiado. Eu acho que mudou, porque hoje as coisas ta bem melhor pra nós. Nós não comia carne. (...). Hoje, eles vem pra cá e tem de tudo pra eles comer aí. Tem carne, tem arroz, tem feijão, tem macarrão, o que eles quiser come. Naquela época, aqueles meninos que já foram crescendo e casando, quando chegava na nossa casa, não tinha nada pra comer, hoje graças a Deus tem. A aposentadoria, pra nós melhorou muito. Precisa comprar um remédio, tem o dinheiro. Precisa comprar uma coisa pra casa, tem o dinheiro. Não pode esbanjar não, porque se não, também não dá”.

(Homem, 69 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.020 e coabitava apenas com a esposa aposentada).

“Ah, eu acho que melhorou, melhorou bastante. (...) Porque o que a gente tinha antes de aposentar é a mesma coisa, sabe?! Aumentou na despesa de casa, se quiser compra uma coisa diferente a gente compra, a gente tem o dinheiro da gente né?! (...) É. Roupa, sapato, essas coisa a gente tinha tudo antes, agora a gente tem mais liberdade de comprar, né. Eu pego meu dinheiro e levo, não tem que ficar pedindo”.

(Mulher, 76 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.020 e coabitava com três familiares).

“Fiquei feliz”.

(Homem, 69 anos, renda de R\$1.530, renda familiar de 1.020 e coabitava com apenas um familiar).

Estes relatos mostram que as mudanças advindas com a aposentadoria, na percepção dos idosos, se referiram principalmente ao acesso a bens e serviços e a liberdade e segurança que o aumento da renda e/ou a renda certa (mensal) os propiciou. Verifica-se o quanto o benefício modificou a vida desses idosos, especialmente, a das mulheres que antes, na maioria dos casos, não tinham renda alguma e agora sentiam que podiam colaborar mais com as despesas, adquirir itens domésticos e pessoais, além de se sentirem mais tranquilas e “livres”, principalmente no que diz respeito às questões financeiras.

Com relação ao segundo subtema, “Avaliação das condições de vida do idoso antes de se aposentar”, 41,5% (n=27) disseram que as condições eram péssimas; outros 41,5% (n=27), regular, e 17% (n=11), boas. Nessa categoria nenhum idoso disse que as condições eram ótimas.

Quanto a “Avaliação das condições de vida do idoso após aposentar-se”, para 67,7% (n=44), dos idosos as condições de vida eram boas; para 21,5% (n=14), ótimas; e para 10,8% (n=7), regular. Nesse subtema, nenhum idoso avaliou como péssima as condições de vida após a aposentadoria. É interessante destacar, também, que nenhum idoso relatou que as condições de vida pioram após o advento da aposentadoria, mesmo que com a idade, limitações físicas tenham impedido de realizar certos trabalhos e a capacidade para o trabalho no meio rural.

Nesse sentido, comparando-se a avaliação dos idosos a respeito das suas condições de vida antes e depois da aposentadoria, verificou-se que após a aposentadoria as condições de vida do idoso melhoraram ou permaneceram as mesmas.

Complementando a avaliação das condições de vida do idoso, a categoria “Por que as condições de vida do idoso melhoraram depois da aposentadoria” revelou que para 52,3% (n=34) dos idosos a vida melhorou, pois passaram a ter mais dinheiro e assim, puderam comprar mais e ter acesso a mais coisas. As falas apresentadas a seguir exemplificam esses dados:

“Depois que eu aposentei melhorou né, porque aí a gente já tem dinheiro pra comprar as coisas”.
(Mulher, 65anos, renda de R\$ 510, renda familiar de R\$1.820 e coabitava com quatro familiares).

“Porque eu trabalhava e não dava, não recebia, porque aqui na roça é pesado pra pessoa viver e a aposentadoria aqui na roça, ela ajuda demais mesmo. E a renda aqui, cada vez pior lá vai ficando. O rico aqui tá cada vez pior. Hoje o pobre ta vivendo melhor do que o fazendeiro, porque a terra não dá renda. Mexe com gado e não tem jeito, tudo tá caro. O salário ta bom, porque o salário não tá ruim não, principalmente pra roça, porque se bobiar aqui você não tira o que você gasta, porque os mantimentos não dão preço. A zona aqui minha é dificultosa pra viver na roça. Agora a aposentadoria, quem aposentou deitou o cabelo porque o salário tá bom”.

(Homem, 76 anos, renda de R\$510, era o único provedor da família e coabitava com três familiares).

“Eu acho assim, que o dinheiro, o dinheiro querendo ou não, ele faz parte da vida da gente, sabe?! E o dinheiro hoje, ele tá falando mais alto, não sei o porquê mais tá. Então o dinheiro, eu acho que faz a pessoa viver melhor”.

(Mulher, 59 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.620 e coabitava apenas com o marido aposentado).

“Porque já deu pra comprar conforto, já melhorou tudo”.

(Mulher, 71 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.820 e coabitava com o marido aposentado).

Na fala de 24,6% (n=16) dos idosos, as condições de vida melhoraram, pois como podem contar mensalmente com o benefício previdenciário, eles ficam mais tranquilos, ou seja, para os idosos aposentados rurais a garantia de uma renda fixa e mensal provoca uma sensação de bem-estar e de segurança. E para 8,3% (n=5) as condições de vida melhoraram, pois já não precisam trabalhar como antes de se aposentarem. Exemplificando:

“Porque graças a Deus eu não preciso me preocupar em chegar o final do mês e não ter né”.

(Mulher, 57 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$510 e coabitava apenas com um familiar).

“É boa, porque a gente sabe que tem sempre aquele dinheirinho pra ajudar a gente né. Então, a gente não pode reclamar não, porque tá muito boa, foi uma coisa muito boa que eles fizeram pra ajudar a gente”.

(Homem, 73 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.530 e coabitava com seis familiares).

“Tá boa porque eu tenho meu dinheiro pra comprar as coisas, não precisa de preocupar, de trabalhar. Não precisa de trabalhar porque eu já trabalhei”.

(Mulher, 76 anos, renda de R\$1.020 referente à aposentadoria e a pensão por viuvez, era a única fonte de renda do domicílio e co-residia com apenas um neto).

“Porque agora a gente tá descansando né minha filha?! A gente trabalhou muito na vida da gente”.

(Mulher, 74 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.020 e coabitava apenas com o marido aposentado).

Esses dados revelam o suporte que a aposentadoria propiciou aos idosos nessa etapa da vida, pois, por meio desta, muitos idosos se sentem seguros em receber uma renda fixa, mesmo que o valor da renda possa ter sido diminuído, pois se tivessem que trabalhar já não produziriam como antes e, provavelmente, passariam por mais dificuldades e seriam mais dependentes da família. Nesse sentido, justifica-se destacar que a vida rural é um modo de vida na qual a forma de produção é corporal e com o passar do tempo e o aumento da idade, o corpo biológico muda, mudando também a relação com o trabalho.

Ainda, esses dados e relatos corroboram com Tonezer e Lopes (2009) que afirmaram que a cobertura previdenciária nas situações de vida dos idosos rurais tem enorme relevância, pois esses benefícios possibilitam que muitos idosos diminuam sua “carga” de trabalho, pois passaram a ter acesso a uma renda mensal que, muitas vezes, é superior ao que recebiam trabalhando na lavoura e que, em alguns casos, lhes possibilita acesso a certos “confortos” que antes não imaginavam ser possível de alcançar.

No subtema “Concretização de sonhos”, que diz respeito aos anseios e sonhos que o idoso tinha antes de aposentar-se e pôde realizar com a aposentadoria, verificou-se que dos idosos que disseram terem concretizado algum sonho, 26,1% (n=17) disseram que realizaram o sonho de reformar e/ou aumentar a casa, ou outras áreas da propriedade rural como paiol e curral; 18,4% (n=12) realizaram o sonho de comprar móveis, equipamentos e utensílios elétricos para casa (eletrodomésticos); e 10,7% (n=7), o sonho de mudar ou construir uma casa nova.

“Consegui realizar foi arrumar a minha casa, porque a minha casa era muito ruim. A água toda vida foi de cisterna, tirada com lata, era muito sacrifício”.

(Mulher, 70 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.620 e coabitava apenas com o marido aposentado).

“A única coisa que eu realizei foi colocar piso na casa, porque minha casa era no terreiro. Agora eu tô pretendendo fazer um lugar pra mim

lavar roupa. Porque lavar roupa ainda tem que ser no tempo ainda. (...) Dinheiro de homem é pouco e nunca que sobrava. Aí você queria comprar alguma coisa e não podia. Agora não, você quer comprar uma panela, você compra. Às vezes tá faltando alguma coisa dentro de casa, você compra”.

(Mulher, 61 anos de idade, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.020 e coabitava com seis familiares, sendo um deles o marido aposentado).

“Ah, isso eu tinha! Realizei, porque a gente não tinha nada dentro de casa. A gente não tinha nem vasilha, nem prato. Eu pensava, algum dia que eu aposentar, que eu chegar a aposentar, nós vamo arrumar a nossa casa. Demo uma arrumadinha, fizemos né. Porque essa não era a nossa casa não”.

(Homem, 69 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.020 e coabitava apenas com a esposa aposentada).

“Realizei, fiz minha casa. O sonho maior que eu tive foi fazer minha casa. A casa que a gente não tinha. Tinha uma casa de barro, a gente fica passando barro branco, sapé né?! Não tinha luz, hoje tem luz graças a Deus. Tô muito satisfeita!”

(Mulher, 76 anos, renda de R\$1.020 referente à aposentadoria e à pensão por viuvez, era a única fonte de renda do domicílio e coabitava com apenas um neto).

Ademais, 6,1% (n=4) dos idosos disseram que adquirir um automóvel foi a realização de um grande sonho.

“Eu consegui porque antes de eu aposentar um pouquinho eu tinha muita vontade de ter um carro velho, porque novo a gente não pode comprar, porque o que a gente ganha não dá, mas eu consegui. Graças a Deus com o dinheiro da aposentadoria eu consegui comprar um carro véio”.

(Homem, 74 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.530 e co-residia com dois familiares, sendo um a esposa aposentada).

“Não, ajudou um pouquinho porque eu tinha um sonho, por exemplo, eu não tinha um carro pra passear, usava aí era uma charrete, agora tem o carro. Hoje se eu quiser sair pra passear não precisa, só depende do motorista né”.

(Homem, 61 anos de idade, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.020 e co-residia com três familiares, sendo um a esposa aposentada).

Além destes, outros idosos relataram que por meio da aposentadoria conseguiram ajudar familiares, amigos, além de realizar outros anseios como poder pagar por seus remédios, arrumar os dentes, dentre outros.

“Sim, um era esse de arrumar a minha boca, eu tava doida pra arrumar”. (Mulher, 59 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.620 e co-residia apenas com o marido aposentado).

“Realizei. Antes de aposentar eu tinha uma sanfona, mas depois que eu casei eu tive que vender. Quando eu aposentei eu pude comprar tudo de novo, eu comprei uma sanfona. Aí a mulher me largou e eu economizei mais (risos). (...) meu sonho mesmo era comprar os instrumentos. Gosto mesmo, me diverte demais. Toco pouco, mas me diverte muito”. (Homem, 76 anos, renda de R\$510, era a única fonte de renda e co-residia com a filha e dois netos).

Diante de todos esses relatos apresentados, relacionados à concretização de sonhos pelos idosos, verificou-se que por meio da aposentadoria os idosos puderam melhorar as condições de moradia, adquirindo mais conforto, melhoraram as condições de transporte e ajudaram familiares, o que fez com que esses idosos se sentissem valorizados e tendo prazer em continuar vivendo, bem como aumentou as expectativas com o futuro e a vontade de continuar sonhando.

A Tabela 19 mostra a análise feita a respeito do tema “Implicações da aposentadoria sobre as condições de vida do grupo familiar”, na percepção dos idosos.

Tabela 19 – Implicações da aposentadoria sobre as condições de vida do grupo familiar na percepção dos idosos, Viçosa-MG, 2010.

Tema	Subtemas	Categorias	T	FT%
Implicações da aposentadoria sobre as condições de vida do grupo familiar	Mudanças que aconteceram na vida da família após o idoso aposentar-se	Não houve mudanças	31	47,7
		Tranquilidade familiar	9	13,8
		Queda da contribuição dos familiares com as despesas	7	10,8
		Melhorias nas condições de vida da família em consequência a presença do idoso	6	9,2
		Outros	12	18,5

Fonte: Dados da pesquisa.

Como pode ser visto na Tabela 19, dentre as categorias do subtema “Mudanças que aconteceram na vida da família após o idoso aposentar-se”, a mais expressiva revela que para 47,7% (n=31) dos familiares não houve mudanças na família. Já a categoria “Tranquilidade familiar” revela que 13,8% (n=9) dos idosos disseram que, após a sua aposentadoria, seus familiares ficaram mais satisfeitos, felizes e tranquilos.

“É mais livre né! Tudo é mais livre. Na família tudo é de acordo. A gente fica mais tranquilo nas coisas. Evitava gastar, mas agora com esse dinheirinho a gente faz o que precisa. (Homem, 71 anos, renda de R\$1.020, renda familiar de R\$1.530 e co-residia com dois familiares).

“Não, não mudou nada não, a gente fica mais tranquilo”.
(Mulher, 69 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.530 e co-residia com dois familiares, sendo todos aposentados).

“Pra mim mudou muito porque a gente graças a Deus não pode trabalhar mais, mas graças a Deus a gente tem o pão, tem a comida pra alimentar, porque se precisasse a gente trabalhar seria muito mais difícil. Então graças a Deus tendo isso aí não preciso da ajuda, não dependo deles”. (Homem, 81 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.020 e co-residia com quatro familiares).

“Todos ficaram felizes”.
(Mulher, 69 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.020 e co-residia com dois familiares, sendo um o marido aposentado).

“A mudança é que depois que a gente aposentou, a gente tem tranquilidade, o que a gente deseja a gente faz. Se eu precisar ir em Viçosa agora eu vou. Se eu precisar comprar dez objetos lá agora eu compro em dinheiro, eu vou e trago então mudou. Crédito pra todo lado graças a Deus”.
(Homem, 74 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.530 e co-residia com dois familiares, sendo um a esposa aposentada).

Por meio destas falas, percebe-se que alguns idosos têm dificuldades de separar as mudanças que aconteceram em suas vidas das que aconteceram na vida de suas famílias. Nesse sentido, estas falas podem ser evidência de como as mudanças nas condições de vida da família estão associadas às mudanças nas condições de vida do idoso, e assim, como a aposentadoria rural implica em mudanças a todos os membros do grupo familiar e não apenas ao idoso rural aposentado. Ademais, essas falas mostram a contradição nas falas dos idosos, que mesmo afirmando não ter ocorrido mudanças, disseram que se sentem mais tranquilos.

A categoria “Queda da contribuição dos familiares com as despesas” revela que 10,2% (n=7) dos idosos afirmaram que após se aposentarem, seus familiares não precisaram ajudar como antes com as despesas.

“Pra eles mudou, porque ficou mais fácil. Tem hora que a gente não tá apertado, não precisa pedir eles, agora não precisa né”.
(Homem, 66 anos, renda de R\$1.100, renda familiar de R\$2.320 e co-residia com quatro familiares).

“Antes até que ajudava, igual meu filho, eu adoeci ele me levou pra São Paulo, me ajudou, aí depois que ele viu que eu tinha um

dinheirinho pra gastar aí não precisou mais, mas antes eles me ajudavam, porque sabia que precisava, não podia deixa”.

(Mulher, 64 anos, renda de R\$1.020, renda familiar de R\$1.530 e co-residia apenas com o segundo marido, também, aposentado).

“Antes de eu me aposentar era os meninos que faziam as despesas, eles trabalhavam e ajudavam”. (Homem, 68 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$ 1.420 e co-residia com três familiares).

“Antes os meus filhos ajudavam, mas eles têm que cuidar, de correr atrás pra eles. Aí depois que eu aposentei eu passei a pagar tudo. (...) Eu ia construir em cima, mas o menino pediu pra ele, porque ele vai casar.”. (Mulher, 60 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.020 e co-residia com três familiares).

Verifica-se que, em algumas famílias, a aposentadoria revela-se como um fator condicionador ou alterador de papéis familiares, haja vista que, para muitos destes, o fato de ter um idoso aposentado no domicílio os “liberava” de contribuir com as despesas da casa, transferindo essa responsabilidade aos idosos aposentados. Nesse sentido, o idoso passa a ter um papel mais expressivo dentro da família, geralmente, o de provedor e os familiares, muitas vezes, o de assistidos. Ainda, pode-se inferir que alguns familiares aproveitam o fato dos idosos se responsabilizarem pelas despesas do domicílio para poupar seus recursos e investir em interesses pessoais, como casamentos, estudos e construção de casa própria.

A categoria “Melhorias nas condições de vida da família em consequência a presença do idoso” aponta que, segundo 9,2% (n=6) dos aposentados, as melhorias nas condições de vida deles refletiram em melhorias, também, na vida do grupo familiar, como alimentação de melhor qualidade e acesso a compras a créditos no comércio.

“Mudou, eu acredito, que as condições de vida tá melhor né, a gente pode comer uma coisa melhor, é o que eu te falei, a gente pode sair e sabe que tem aquele dinheiro, apesar que Viçosa todo lugar que você vai tem crédito”. (Mulher, 62 anos, renda de R\$800, renda familiar de R\$1.310 e co-residia com um familiar).

“Mudou porque a gente pode comprar as coisas né! De primeira a gente arroz era só no dia de domingo né. E agora não, depois que a gente aposentou, a gente já vai lá no mercado e já compra um fardo por mês né! Então tá muito bom!”

(Mulher, 74 anos, renda de R\$1.020, referente a aposentadoria e a pensão por viuvez, era a única fonte de renda da família e co-residia com quatro familiares).

“É eu não sei. Pra mim e pra ela (esposa) eu sei que mudou. Agora, o pessoal da família também deve sentir bem com isso né?! Porque graças a Deus a gente tá sempre unido, sempre junto”.
(Homem, 74 anos, renda de R\$510, renda familiar de R\$1.530 e co-residia com dois familiares, sendo um a esposa aposentada).

“Ficou mais fácil pra eles, porque eu ganho e ajudo eles”.
(Homem, 80 anos, renda de R\$510, era a única fonte de renda do domicílio e co-residia com dois familiares).

Mais uma vez, percebe-se a dificuldade de alguns idosos em diferenciar as mudanças que aconteceram para eles, das que aconteceram para a família após o advento da aposentadoria. Nota-se ainda que, na fala de alguns idosos, não foi somente o idoso que se aposentou, mas todos do grupo familiar, como evidenciado nesse trecho: “(...) depois que a gente aposentou, a gente vai lá no mercado (...)”.

Falas como estas mostram como a aposentadoria do idoso rural trata-se de um benefício que se estende a toda família rural, corroborando com Augusto e Ribeiro (2006). Os autores afirmaram que a família do aposentado rural consegue, por meio da aposentadoria, melhorar as condições de vida e de trabalho.

De forma a comparar a percepção do idoso com a da família, a Tabela 20 apresenta a percepção dos familiares quanto às implicações da aposentadoria na vida do idoso e na vida do grupo familiar.

Tabela 20 – Implicações da aposentadoria sobre as condições de vida do idoso rural, na percepção dos familiares, Viçosa-MG, 2010.

Tema	Subtemas	Categorias	T	FT%
IMPLICAÇÕES DA APOSENTADORIA SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA DO IDOSO RURAL NA PERCEPÇÃO DOS FAMILIARES	Avaliação das condições de vida do idoso antes de se aposentar	Ótima	17	26,2
		Boa	31	47,7
		Regular	15	23,0
		Péssima	2	3,1
	Avaliação das condições de vida do idoso após aposentar-se	Ótima	15	23,1
		Boa	45	69,2
		Regular	4	6,2
		Péssima	1	1,5
	Por que as condições de vida do idoso melhoraram depois da aposentadoria	Não melhoraram, permaneceram as mesmas	5	7,7
		Aumento da renda do idoso	33	50,8
		Não trabalha como antes	21	32,3
		Outros motivos	6	9,2

Fonte: Dados da pesquisa.

Como pode ser visto na Tabela 20, na avaliação de 47,7% (n=31) dos familiares, as condições de vida do idoso antes de se aposentar eram boas; para 26,2% (n=17), eram ótimas; para 23% (n=15), regulares; e para 3,1% (n=2), péssimas.

No entanto, a avaliação dos familiares quanto às condições de vida do idoso após a aposentadoria, revelou que para 69,2% (n=45) as condições eram boas; para 23,1% (n=15), eram ótimas; para 6,2% (n=4), regulares; e, apenas para 1,5% (n=1) eram péssimas. Nota-se que, na avaliação dos familiares, os conceitos “ótima” e “péssima” caíram e os conceitos “boa” e “regular” aumentaram em referência a avaliação das condições de vida do idoso antes da aposentadoria.

Esses resultados diferem dos idosos principalmente na avaliação das condições de vida do idoso antes de se aposentar, na qual a família avaliou de forma mais positiva do que os idosos. Essa diferença entre as avaliações dos familiares e as dos idosos, possivelmente, é devido ao fato dos familiares avaliarem que a vida do idoso antes da aposentadoria era melhor, pois estes eram mais jovens e tinham melhores condições físicas e de saúde, e, por isso, conseguiam realizar mais atividades e eram mais independentes. No entanto, na percepção dos próprios idosos, as perdas e alterações nas condições físicas e de saúde não foram tão intensas e/ou foram compensadas por melhorias em outros aspectos, como o econômico.

Nota-se que a família percebeu o processo de envelhecimento em uma perspectiva mais cronológica do que biológica, diferente dos idosos que ainda se viam como agentes de ajuda, associando o envelhecimento a um processo biológico, resultante do declínio das suas capacidades.

Apresentando as justificativas dos familiares, o subtema “Por que as condições de vida do idoso melhoraram depois da aposentadoria” revela que, para 50,8% (n=33) dos familiares, com a aposentadoria, o idoso passou a ter mais dinheiro e um poder aquisitivo maior, o que fez com que as condições de vida do idoso melhorassem.

“Porque antes, às vezes tinha que arrumar dinheiro emprestado com outra pessoa, às vezes até pra alimentar e depois que passou pra aposentar, melhorou pra comprar as coisas pra alimentar, uma outra coisa que precisa, remédio, tudo né. Não tem esse negócio de ter a dívida, já tem esse dinheirinho pra comprar as coisas pra família né?!” (Esposa de idoso cuja renda era R\$510, renda familiar era de R\$1.020 co-residia com três familiares).

“Tanto pra ele quanto pra mim, a gente pode comprar alguma coisa que precisar pra casa, compra remédio. Antigamente era muito mais difícil porque não tinha esse negócio de aposentar não. Tem que agradecer muito a Deus, tanto pra ele quanto pra mim”.

(Esposa de idoso, cuja renda era R\$510, renda familiar era de R\$1.530 e co-residia com dois familiares, sendo todos aposentados).

“A pessoa, eu acho, na zona rural com dois salários mínimos, a facilidade é bem melhor”.

(Marido de idosa cuja renda era R\$510, renda familiar de R\$1.620 e o domicílio era composto apenas pelo casal).

“Agora é ótima, pelo o que ela me conta, antes ela passava muita necessidade, depois que o marido dela faleceu e que ela começou a receber a pensão e conseguiu aposentar aí melhorou”.

(Nora de idosa cuja renda da mesma era de R\$1.020 referente a pensão e a aposentadoria, era a única fonte de renda do domicílio e co-residia com um filho).

Além disso, 32,3% (n=21) dos familiares afirmaram que as condições de vida do idoso melhoraram, pois este já não precisava trabalhar como antes de se aposentar.

“Porque antes tinha que correr atrás, às vezes não tinha serviço, era mais difícil”. (Aposentada, irmã de idoso cuja renda era de R\$510, renda familiar de R\$1.020 e co-residia apenas com esta irmã).

“Agora ela tem o dinheiro dela, ele tem o dele. Antes eles tinham que ralar primeiro pra depois ganhar, e hoje eles não têm como trabalhar pra ganhar e consegue isso aí”. (Filho de idosa cuja renda da mesma era de R\$510, renda familiar de 1.820 e co-residia com quatro familiares, sendo o marido também aposentado).

“Melhorou muito. Porque antes enfrentava um serviço que nem dava pra fazer direito e a gente fazia e agora melhorou muito”.

(Irmã de idosa, cuja renda era de R\$510, renda familiar de R\$1.530 e co-residia com dois irmãos).

“Era muito ruim. Era ruim mesmo, porque se não fosse a aposentadoria, igual ele já não tá conseguindo trabalhar, tá ficando idoso e eu também, a idade já vai indo não teria jeito não (...)”.

(Esposa de idoso que tinha renda de R\$1.020, renda familiar de R\$1.530 e co-residia com dois familiares).

Além destes, 9,2% (6) familiares alegaram outros motivos.

“Com a aposentadoria, mudou o jeito dela viver, porque hoje ela tem uma alimentação melhor, ela tem a casa dela, alimentação, por ela sair, tem como ela se divertir”. (Filha de idosa cuja renda de R\$1.020 era a única fonte de renda do domicílio e co-residia com um neto).

“Porque ele ajuda a casa”. (Esposa de idoso cuja renda era de R\$510, renda familiar de R\$1.020 e co-residia com três familiares).

Com respeito à percepção dos familiares sobre as implicações da aposentadoria do idoso sobre as condições de vida do grupo familiar, constatou-se que, dos familiares que disseram que houve mudanças, 23,1% (n=15) disseram que tudo mudou, mas não souberam explicar o que de fato mudou; 18,4% (n=12) disseram que, com a aposentadoria do idoso a renda familiar aumentou e, conseqüentemente, melhoraram as condições de vida da família; 10,8% (n=7) disseram que a família ficou tranquila e satisfeita; outros 10,8% afirmaram que após a aposentadoria do idoso os familiares que antes colaboravam com as despesas da casa não colaboram mais como antes; e 10,5% citaram outras mudanças.

Tabela 21 – Análise de Conteúdo do Tema “Implicações da aposentadoria sobre as condições de vida do grupo familiar na percepção dos familiares”, Viçosa-MG, 2010.

Tema	Subtemas	Categorias	T	FT%	
		Não houve mudanças	17	26,1	
		Mudou tudo, mas não sabe explicar	15	23,1	
	Mudanças que aconteceram na vida da família após o idoso aposentar-se	Aumento da renda familiar e, conseqüentemente, melhor condições de vida da família	12	18,4	
		A família ficou tranquila e satisfeita	7	10,8	
		Familiares não precisam ajudar com as despesas como era antes	7	10,8	
		Outros	7	10,8	
IMPLICAÇÕES DA APOSENTADORIA SOBRE AS CONDIÇÕES DE VIDA DO GRUPO FAMILIAR NA PERCEPÇÃO DOS FAMILIARES	Avaliação das condições de vida da família antes do idoso se aposentar	Ótima	1	1,5	
		Boa	27	41,6	
		Regular	29	44,6	
		Péssima	8	12,3	
	Avaliação das condições de vida da família após o idoso se aposentar	Ótima	12	18,5	
		Boa	46	70,7	
		Regular	7	10,8	
		Péssima	0	0,0	
	Por que as condições de vida da família melhoraram depois da aposentadoria do idoso*	A renda familiar aumentou e com isso, aumentou também o poder de compra da família		9	13,8
				6	9,2
		Familiars não precisam ajudar com as despesas como era antes	Não falta nada	7	10,8
			O idoso ajuda a família com o dinheiro da aposentadoria	1	1,5

Fonte: Dados da pesquisa.

*Para 64,7% (n=42) as condições de vida da família não mudaram, permanecendo as mesmas.

Os valores da Tabela 21 podem ser melhor entendidos por meio das falas dos idosos, a seguir especificadas:

“Muita, completamente. Com relação a alimentação, ao vestuário, ao remédio, ao orçamento. (...) Aumentou o poder de compra”.

(Filha de idosa cuja renda desta era de R\$510, renda familiar de R\$2.820 e co-residia com dois familiares, sendo um deles o marido aposentado).

“Principalmente pra ele, porque a renda dele aqui era muito pouca. Melhora, fica mais folgado, não tem que se preocupar com contas”.

(Filho de idoso cuja renda era de R\$510, renda familiar de R\$1.220 e co-residia com três familiares).

“Melhorou, porque antes era muita preocupação porque a gente dependia da horta aqui pra sobreviver. Então, época da chuva apertava. Com a aposentadoria não tem isso mais”.

(Filha de idoso cuja renda era de R\$510, renda familiar de R\$ 1.020 e co-residia com dois familiares, sendo a esposa também aposentada).

“Antes dela aposentar eu tinha que trabalhar fora, tinha que ajudar em casa. Aí agora, eu já posso trabalhar pra mim”.

(Filha de idosa cuja renda era de R\$510, renda familiar de R\$1.020 e co-residia com três familiares).

“Acho que mudou. Melhorou né! Porque a gente às vezes tem um sobrinho que quer alguma coisa, são uns dezessete sobrinhos jovens, aí a gente acaba que ajuda”.

(Irmã de idosa cuja renda era de R\$510, renda familiar de R\$1.530 e co-residia com dois irmãos, sendo todos aposentados).

“Melhorou da água pro vinho! Melhorou a casa, acabamos de construir a casa”.

(Marido de idosa cuja renda era de R\$800, renda familiar de R\$1.310 e co-residia com apenas um familiar).

No subtema “Avaliação das condições de vida da família antes do idoso se aposentar”, 44,6% (n=9) avaliaram como regulares; 41,6% (n=27) afirmaram que eram boas; 12,3% (n=8), péssimas; e 1,5% (n=1), ótimas.

Quanto ao terceiro subtema, que trata da “avaliação das condições de vida da família após o idoso ter se aposentado”, 70,7% (n=46) dos familiares avaliaram como sendo boa; 18,5% (n=12) como sendo ótima; 10,8% (n=7), regular; e nenhum familiar avaliou como péssima.

Esses dados mostram que, de acordo com os familiares, antes da aposentadoria as condições de vida da maior parte das famílias eram regulares e, após a aposentadoria,

as condições de vida da maioria passaram a ser boas. Verifica-se então que, na avaliação dos familiares, as condições de vida da família melhoraram após o idoso se aposentar.

Em referência ao subtema “Por que as condições de vida da família melhoraram depois da aposentadoria do idoso”, os familiares que afirmaram que as condições melhoraram, 13,8% (n=9) disseram que com a aposentadoria do idoso a renda familiar aumentou e com isso, aumentou também o poder de compra da família; 9,2% (n=6) disseram que as condições melhoraram, pois os familiares não precisam ajudar com as despesas de casa como ajudavam antes; 10,8% (n=7) alegaram que não falta nada depois que o idoso aposentou; e 1,5% (n=1) porque o idoso ajuda a família com o dinheiro da aposentadoria.

“Agora a gente tem mais facilidade, depois que ele aposentou a gente comprou carro, tem mais facilidade de ir pra rua, voltar, passear. Então eu acho assim, acho que mudou bastante”.

(Filha de idoso cuja renda era de R\$510, renda familiar de R\$ 1.020 e co-residia com dois familiares, sendo a esposa também aposentada).

“É igual eu tô explicando, ela paga trabalhador, ela faz a comprinha, pois é uai”.

(Enteada de idosa cuja renda era R\$510, sendo que esta era a única fonte de renda da família, composta por quatro pessoas).

“Porque hoje, o que eu respondo?! Porque hoje agente mora em cima do que é nosso, um pouco ela deu, mas a gente trabalhou. Por ela tá aposentada, a gente fica assim, você não tem aquela responsabilidade de você ter que tirar do seu dinheiro pra cuidar dela”.

(Filha de idosa cuja renda era de R\$1.020, sendo a única fonte de renda do domicílio e co-residia com um neto).

“Ficou boa. Porque às vezes, igual a gente tem dois filhos, a gente tinha os filhos, os netos que precisa ajudar e não tinha como. Hoje já tem mais condição”.

(Marido de idosa cuja renda da mesma era de R\$510, renda familiar de R\$1.620 e co-residia apenas com o cônjuge).

“Porque ele é um bom pai e qualquer coisinha ele tá pondo na mão da gente. Não é que a gente quer, não é muito não, mas já que ele quer dá muncadinho, a gente cuida dele por nada, então a gente pega. Então coitado, a aposentadoria serve pra ele e serve pra família”.

(Filha de idoso cuja renda do mesmo era de R\$510, sendo a única fonte de renda do domicílio, e co-residia com dois filhos).

Verificou-se que, na percepção dos familiares, a vida da família mudou, principalmente porque o idoso “compartilha” o benefício recebido com todo o grupo familiar, seja de forma direta ou indireta, sendo provedor das despesas do domicílio,

adquirindo bens que vão beneficiar e satisfazer não só a ele, mas outros membros da família, ajudando os familiares com dinheiro, servindo como um apoio, um pilar de segurança, a quem os familiares podem recorrer em momentos de dificuldade.

Por último, questionando se a aposentadoria implicou em mudanças nos papéis familiares, indagou-se aos familiares se estes papéis modificaram-se após o idoso aposentar-se. Para 50,8% (n=33) dos familiares, os papéis familiares não sofreram alterações e para 49,2% (n=32), após o idoso se aposentar, os papéis modificaram-se dentro da família. Na percepção dos que disseram que os papéis familiares foram alterados, as mudanças nos papéis ocorreram principalmente em relação às obrigações quanto ao custeio das despesas familiares, pela menor necessidade de trabalhar, principalmente a do idoso, e ao fato do aposentado ter ganhado ou aumentado o seu poder de compra, se tornando um membro mais participativo e interferindo mais nas questões familiares.

5 - CONCLUSÕES

O envelhecimento populacional vem gerando diversos desafios tanto para a sociedade quanto para o Estado e, por isso, chamando a atenção de diversos pesquisadores. No que tange a população rural, o envelhecimento populacional destaca-se, principalmente, devido ao aumento do número de idosos rurais aposentados e às alterações que esses vêm ocasionando nas comunidades locais e nas estruturas familiares, mas, no entanto, pouco se sabe sobre como estas mudanças se apresentam e interferem nas relações familiares e nas condições de vida dos idosos e de suas famílias.

Compreender a participação dos idosos rurais no âmbito pessoal, familiar e econômico, bem como as transformações que a aposentadoria vem causando em algumas características socioeconômicas das famílias que possuem idosos é um desafio necessário, principalmente para contribuir para o planejamento de políticas públicas e para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e de seus familiares.

Este estudo se propôs a analisar a percepção dos idosos rurais aposentados, assim como de suas famílias, sobre a participação dos rendimentos dos idosos na administração dos recursos materiais e humanos da família rural; além de suas implicações na qualidade de vida do idoso e do grupo familiar.

Quanto ao perfil sociodemográfico da população entrevistada, essa apresenta com o predomínio de mulheres entre os idosos, casados e de baixa escolaridade. Quanto aos aspectos econômicos, a maior parte dos idosos tinha renda no valor do salário mínimo vigente na época, fruto da aposentadoria, de grande importância na economia familiar. A renda média familiar é quase toda constituída pela renda dos idosos aposentados, pois, sem a renda do idoso, a renda familiar seria reduzida em 78,8%.

Assim, pode-se concluir que o idoso aposentado rural, devido à renda proveniente de sua aposentadoria, assume novos papéis em sua família. Sua renda, embora seja, na maioria das vezes, considerada uma “ajuda”, é imprescindível para a sobrevivência das famílias rurais, caracterizando uma situação de dependência.

Vários são os motivos que levam a essa dependência, como problemas econômicos e familiares, i.e., desemprego, baixa remuneração, nascimento de filhos fora do casamento, divórcio e outros eventos, que fazem com que os familiares

estabeleçam relações de dependências com seus idosos aposentados, independente ou não de coabitarem com esses idosos.

A contribuição na manutenção econômica de suas famílias é considerada uma obrigação para os idosos, o que pode ser explicado pela insegurança com relação às consequências que o processo de envelhecimento pode acarretar ou mesmo pelo sentimento de gratidão por estarem sendo amparados em sua velhice.

A aposentadoria provoca alterações significativas tanto na vida dos idosos rurais como de suas famílias, que enxergam no benefício recebido por esses, condições de subsistência e de melhores condições de vida. Ademais, os resultados permitem concluir que, para os idosos, a aposentadoria oferece liberdade, autonomia e tranquilidade, pois não precisam mais trabalhar ou trabalhar como antes, bem como oportuniza a concretização de sonhos e anseios. Para os familiares, representa uma “libertação” da obrigação de sustentar os idosos, que viria a aumentar ainda mais a pobreza das famílias rurais.

Além disso, a família percebe o processo de envelhecimento em uma perspectiva mais cronológica do que biológica, diferente dos idosos que associam a um processo biológico, resultante do declínio das suas capacidades.

A questão da dependência familiar é preocupante, haja vista que após a perda desses idosos, muitos dos familiares ficam em situação de extrema pobreza e, porque não dizer, de abandono. Em alguns casos, são famílias inteiras que estão desestruturadas e fragilizadas, e que encontram, sob o benefício do idoso, uma garantia ou uma forma de subsistência. Nesse sentido, pode-se dizer que a dependência familiar obscurece problemas sociais no campo, como a falta de oportunidades, as más condições de trabalho e de incentivo à produção agrícola.

Entende-se que a discussão levantada não se esgota aqui, mas acredita-se que os resultados deste estudo permitiram contribuir para o avanço das pesquisas sobre o envelhecimento no meio rural, bem como contribuíram para o entendimento a respeito das implicações que a aposentadoria acarreta na administração dos recursos familiares e na qualidade de vida dos idosos rurais e do grupo familiar.

6- LIMITAÇÕES E SUGESTÕES

Como limitações desta pesquisa, é importante destacar a dificuldade de identificar os idosos aposentados rurais que residiam neste meio. Verificou-se que muitos idosos aposentados rurais, de fato, não mais residiam no meio rural, o que fez com que se realizassem vários re-sorteios, além de elevar o tempo destinado à coleta de dados e aos custos da pesquisa. Ainda referente à população e à amostra, a definição dessas, por meio do cadastro do INSS, não foi tarefa fácil, haja vista a simplicidade do cadastro fornecido, no qual, em sua maioria, apenas constava o nome do aposentado rural e da comunidade na qual residia.

Em relação à coleta de dados, destacam-se a dificuldade de localização e de acesso de algumas comunidades rurais, bem como a dificuldade de encontrar alguns idosos e familiares em suas residências. Devido à colheita de café, muitos idosos não eram encontrados ou, às vezes, encontrava-se apenas o idoso, mas nenhum familiar, pois estes estavam trabalhando nas fazendas de café. Nesses casos, a coleta de dados foi retomada em outro dia e em outro horário, fator que também fez aumentar o período de coleta de dados e os custos da pesquisa.

Destaca-se, também, como fator limitante, o receio dos idosos em assinar o termo de consentimento e livre esclarecimento da pesquisa. Haja vista a baixa escolaridade dos idosos – muitos mal sabiam ler –, e a rotineira aplicação de golpes em aposentados, muitos idosos tinham medo de perder o benefício. Foi preciso paciência e obstinação para explicar, sempre que necessário, a que se destinava o estudo e as implicações ou não que o mesmo poderia acarretar.

Com relação aos instrumentos de coleta de dados, percebeu-se a dificuldade de entendimento das questões dos questionários da OMS, WHOQOL-Bref e WHOQOL-OLD. Muitos idosos achavam as perguntas repetitivas e demonstravam dificuldade em avaliar as questões. Além disso, ainda referente aos questionários, deve-se considerar a confiabilidade dos dados obtidos das perguntas relacionadas ao sentimento “Amor” e, principalmente, em relação à satisfação com a vida sexual, pois muitos idosos mostraram-se intimidados com essas perguntas.

No que se refere à entrevista semiestruturada, há de se pensar em instrumentos de coleta de dados com uma linguagem mais condizente com o contexto dos

participantes. Apesar de se ter realizado um pré-teste, no decorrer da pesquisa verificou-se que muitos termos eram estranhos para alguns participantes, o que fez com que as perguntas fossem repetidas e se fizesse o uso de sinônimos, de forma a facilitar o entendimento.

No que tange às questões da pesquisa, ressalta-se a desconfiança e o receio dos idosos em responder a questões diretamente ligadas aos seus rendimentos e à aposentadoria, prejudicando as análises estatísticas de alguns dados. Talvez, por medo de perder o benefício ou de represálias de familiares, muitos idosos não falaram abertamente, principalmente quando questionados sobre o valor de sua renda, a pessoa que administrava a mesma e a contribuição com a renda familiar. Um exemplo foi uma senhora que, questionada se outro familiar colaborava com as despesas domésticas, respondeu que a filha colaborava, mas fez um gesto negativo com a cabeça, pois a filha estava na cozinha ao lado e podia escutar o que estava sendo dito.

Destaca-se, também, a desconfiança por parte dos familiares com relação às perguntas feitas aos idosos. Um exemplo que mostra o incômodo do familiar com as questões da pesquisa foi de uma senhora, que, incomodada com as perguntas, pediu à pesquisadora que se retirasse, mandou uma pessoa atrás da mesma e, posteriormente, chamou a polícia.

Importa destacar que, na maioria das vezes, no momento da entrevista com o idoso havia um familiar por perto, pois, caso contrário a entrevista não poderia ocorrer, haja vista se tratar de um tema delicado – “aposentadoria” – e o fato da pesquisadora ser uma pessoa desconhecida. Nesse sentido, fica a reflexão do tipo de abordagem que foi feita, se entrevistas em grupos, em encontros nas comunidades, seriam mais eficazes do que entrevistas individuais no próprio domicílio.

Outrossim, a inexistência de dados atuais sobre a população idosa rural brasileira e a reduzida literatura a respeito de aspectos relacionados à administração dos recursos e à qualidade de vida dos idosos rurais também foram fatores limitantes deste estudo.

Por último, ressalta-se que pesquisas como esta e, em geral, pesquisas no meio rural, detêm muitos esforços e apresentam muitos desafios que perpassam, na maioria das vezes, por condições climáticas adversas, vias de acesso mal cuidadas, diferenças culturais e, assim, de entendimento e linguagem, além de demandarem mais tempo e

recursos. No entanto, há de se exaltar a riqueza da experiência e a necessidade de estudos nesse meio.

É sabido que ainda há poucos estudos que se debruçam a respeito da participação da renda do idoso rural aposentado na administração dos recursos familiares, bem como nas condições de vida e no funcionamento familiar, sendo necessária a realização de outras pesquisas como esta, afim de enriquecer e complementar este estudo.

Sugere-se uma pesquisa com uma amostra maior de modo que generalizações dos resultados possam ser feitas. Além disso, seria interessante a realização da análise do discurso, a fim de se conhecer o que está detrás das falas dos idosos e dos familiares.

A pesquisa em foco suscita outras questões que poderão ser abordadas em outros estudos: como os familiares se veem após a perda do idoso e, assim, do recurso proveniente da aposentadoria do mesmo? De que forma a aposentadoria rural contribui ou não para a manutenção da produção agrícola e da agricultura familiar? O que a aposentadoria rural, em especial a do idoso pertencente à família, significa para o grupo familiar?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIRES, B. F. **O Idoso e as Ações Sociais em Prol desse Grupo Etário:** Um estudo sobre a qualidade de vida na "terceira idade" e o "projeto saúde e cidadania na melhor idade". 2008. 165f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, RN.
- AGOSTINHO, C. S.; MÁXIMO, G. C. Idosos num Brasil que envelhece: uma análise multidimensional da pobreza. In: **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.
- ALMEIDA, A. N.; KASSOUF, A. L. Determinantes do consumo das famílias com idosos e sem idosos, com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares de 1995/96. **Revista de Economia Aplicada**, São Paulo, FEA/USP, v.8, n.3, jul./set. 2004.
- ALMEIDA, A. N. **Determinantes do consumo de famílias com idosos e sem idosos com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares 1995/1996.** 2002. 94f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) Universidade do Estado de São Paulo -USP, Piracicaba, SP.
- ALCÂNTARA, A. O.; DEBERT, G. G. Família e velhice: revisitando mitos e certezas. In: **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2007, Recife-PE. Família e velhice: entre mitos e certezas, 2007. v.1. p.1-3.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 2008.** Disponível em: <<http://www.mpas.gov.br/conteudoDinamico.php?id=423>>. Acesso em: 04 fev. 2010.
- AQUINO, J. R.; SOUZA, R. C. Impactos socioeconômicos da Previdência Rural no Brasil: um estudo de caso no município de Encanto/RN. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL**, 45, 2007, Londrina/PR. **Anais...** Londrina/PR: SOBER, 2007. (CD-ROM).
- AREOSA, S. V. C.; AREOSA, A. L. Envelhecimento e dependência: desafios a serem enfrentados. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre v.7, n.1, p.138-150. jan./jun. 2008.
- AREOSA, S. V. C. **Envelhecimento, contexto social e relações familiares:** o idoso, de assistido a provedor da família. 2008. 209 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.
- AUGUSTO, H. A.; RIBEIRO, E. M. O idoso rural e os efeitos das aposentadorias rurais nos domicílios e no comércio local: O caso de Medina, nordeste de Minas. In: **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, realizado em Caxambu– MG – Brasil, de 18-22 de setembro de 2006.
- AUGUSTO, H. A. **Aposentadorias Rurais e Desenvolvimento Municipal:** O caso de Medina, nordeste mineiro. 2003. 175f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Lavras – UFLA, Lavras, MG.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BELTRÃO, K. I.; CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L. Mudanças nas condições de vida dos idosos rurais brasileiros: resultados não esperados dos avanços da Seguridade Rural. In: **I Congresso da Associação Latino Americana de População**, ALAP, Caxambu – MG – Brasil, de 18-20 de setembro de 2004.

BELTRÃO, K. I.; OLIVEIRA, F. E. B.; PINHEIRO, S. S. **A população rural e a previdência social no Brasil**: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais. Texto para discussão nº 759. Rio de Janeiro: IPEA, set.2000.

BELTRÃO, K. I.; OLIVEIRA, F. E. B. O idoso e a previdência social. In: CAMARANO, A. A.(Org).**Muito além dos 60**: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p. 307-318.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Editora. Porto, 1999.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília. DF. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. (Série Legislação Brasileira).

CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA. Disponível em:<http://www.camaravicosamg.gov.br/nav/42/acervo_historico.html>. Acesso em: 20 jan. 2008.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L.; PASINATO, M. T. Famílias: espaço de compartilhamento de recursos e vulnerabilidades. In: CAMARANO, A. A. (Org).**Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60?Rio de Janeiro: Ipea, 2004. p.137-168.

CAMARANO, A. A. **Envelhecimento da População brasileira**: uma contribuição demográfica. Rio de Janeiro: IPEA, 2002, 31p.

CAMARANO, A. A. Mulher Idosa: Suporte Familiar ou Agente de Mudança? In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v.17, n.49, 2003.

CAMARANO, A. A.; PASCOM, A. R. P. Idosos brasileiros: diferentes regionalmente? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, Caxambu, 2000. **Anais**. Caxambu: ABEP, 2000.

CARVALHO, I. M. M.; ALMEIDA, P. H. Família e proteção social.**São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, 2003, p.109-122.

CEBOTAREV, E. A. **Myier rural y desarrollo**: Nuevo enfoque de La educación Del hogar em America Latina. Ottawa-Ca, International Development Center, 1979, 188p.

COUTRIM, R. M. E. **Idosos trabalhadores:** perdas e ganhos nas relações intergeracionais. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=enDirectory>>. Acesso em: 18 jun.2008.

DAMASCENO, F. S.; CUNHA, M. S. (n.d). **Determinantes da participação do idoso no mercado de trabalho brasileiro.** Disponível em:<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a2/ANPEC-Sul-A2-07-determinantes_da_participa.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2010.

DEACON, R.E.; FIREBAUGH, F.M. **Family resource management:** principles and applications, 2. ed. Boston: Allyn & Bacon.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice:** socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2004.

DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. **O idoso e a previdência rural no Brasil:** a experiência recente de universalização. Brasília: IPEA, 1999.

DIAS, F. A. **Qualidade de vida de idosos e participação em atividades educativas grupais.** 2010. 139f. Dissertação (Mestrado em Atenção à Saúde). Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2010.

DIAS, I. G.. **A institucionalização asilar na percepção do idoso e de sua família: O estudo do “lar dos velhinhos” – Viçosa/MG.** 2007. 95f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica). Universidade Federal de Viçosa – UFV, Viçosa, MG, 2007.

ESTATUTO DO IDOSO. **LEI 10.741, Art 3º.** Disponível em: <<http://www.transparenciatajuba.org.br/pages/estatutodoidoso.php>>. Acesso em: 24 jan. 2010.

FLECK, M. P. A.; LOUZADA, S.; XAVIER, M; CHACHAMOVICH, E.; VIEIRA, G.; SANTOS, L.; PINZON, V. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref". **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n.2, abr. 2000.

FONSECA, R. P.; TRENTINI, C. M.; VALLI, F.; SILVA, R. A. N. Representações do envelhecimento em agentes comunitários da saúde e profissionais da enfermagem comunitária: aspectos psicológicos do processo saúde-doença. **Ciênc. saúde coletiva**. 2008, v.13, n.4, p. 1275-1284.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD-MG).** Disponível em:<<http://www.fjp.gov.br/index.php/banco-de-noticias/36-noticias-em-destaque/1175-fundacao-joao-pinheiro-divulga-dados-da-1o-pesquisa-por-amostra-de-domicilios-pad-mg>>. Acesso em: 11 jan. 2011.

GOLDANI, A. M. Relações intergeracionais e reconstrução do Estado de Bem-Estar: Por que se deve repensar essa relação para o Brasil? In: CAMARANO, A. A. (Org). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro, IPEA, 2004, p.211-250.

GOLDSMITH, E. B. **Administração de Recursos**. Disponível em: <<http://family.jrank.org/pages/1398/Resource-Management>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO E GEOGRAFIA DE ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais – 2008**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1233&id_pagina=1>. Acesso em: 27 fev. 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sala de Imprensa: Síntese de Indicadores Sociais 2006**. Disponível em: <http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=774&id_pagina=1>. Acesso em: 20 fev. 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Perfil dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios. **Censo Demográfico, 1991 e 2002**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias>>. Acesso em 27/04/2008>. Acesso em: 25 out. 2008.

KRELING, N. H. Os idosos e as novas evidências nas relações com a família e com o trabalho. In: WILTGEN, R. S.; GARCIA, L. S. (Coord.). **Transformações do mercado de trabalho metropolitano**. p.97-120, 2002.

KRETER, A. C. M. **Avaliação da eficácia e da equidade das aposentadorias no meio rural**. 2004. 103f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP.

LEAL, S. M. R. A. **Importância das transferências e trocas com idosos no contexto familiar e social–Teixeiras - MG**. 2006. 84f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) Universidade Federal de Viçosa - UFV, Viçosa, MG, 2008.

LEI N. 8.842. **Política Nacional do Idoso**. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/idosolei8842.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

LELIS, J. L. **Transformações Socioespaciais e Precarização do Trabalho no Comércio Informal de Viçosa (MG): a outra face da relação entre cidade e comércio**. 2008. 120f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Curso de Geografia, CCH-UFV. Viçosa (MG), 2008. Disponível em: <<http://www.geo.ufv.br/docs/monografias/juliana.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2009.

MANUAL WHOQOL-OLD. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/psiq/WHOQOL-OLD%20Manual%20Portugues.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2010.

MARTINS, J. J.; NASCIMENTO, E. R. P.; ERDMANN, A.L.; COELHO, F.L.; ALBUQUERQUE, G. L.; GAMA, F. O.; SCHNEIDER, D.G. Avaliação da Qualidade de Vida de Idosos que Recebem Cuidados Domiciliares. **Acta Paulista de Enfermagem**, v.22, p.265-271, 2009.

MENDES, M. R.S. **A situação social do idoso no Brasil:** uma breve consideração. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002005000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 fev. 2010.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.5, n.1, p.7-18, 2000.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **A instituição.** Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_13_04-A3.asp>. Acesso em: 17 jan. 2010.

MONTORO FILHO, A.F.; PORTO, C. N. **Previdência Social e Previdência Complementar.** 1. ed. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas-IPE/USP e Programa Nacional de Pesquisa Econômica – PNPE, 1982.

MORAES, M.; BARROS, L. **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2003.

MOREIRA, C. D. **Planejamento e Estratégias da Investigação Social.** Lisboa, ISCSP, 1994.

MOREIRA, M. M.; CARVALHO, J. A. M. Envelhecimento da população e aposentadoria por idade. **Previdência em dados**, Rio de Janeiro, v.7, n.4, out./dez. 1992, p.27-39.

NASRI, F. O envelhecimento populacional no Brasil. **Einstein**.v.6, Supl.1, 2008, p.4-6.

NERI, A. L., DEBERT, G. G. (Org). **Velhice e Sociedade.** Campinas: Papyrus, 1999.

NERI, A. **Qualidade de vida e idade madura.** São Paulo: Papyrus, 1993.

NUTRINEWS, E. O idoso no século XXI: Um forte mercado consumidor. Matérias, set, 2009. Disponível em: <<http://nutrnews.com.br/edições>>. Acesso em: 02 mar. 2011.

OLIVEIRA, E. M.; BORGES, R. E. **Dinâmica socioespacial nos distritos industriais da Zona da Mata mineira.** 2006. 43f. Relatório Final de Pesquisa (PIBIC-CNPq-UFV), Viçosa (MG), 2006.

PAOLUCCI, B.; HALL, O.A.; AXINN, N. **Family resource management: Principles and applications.** Nova York, NY: Wiley, 1977.

PASCHOAL, S. M. P. **Qualidade de Vida do Idoso: elaboração de um instrumento que privilegia sua opinião.** 2000. 263f. Dissertação (Mestrado em Medicina) - Departamento de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, 2000. Disponível em: <http://medicina.fm.usp.br/departamento/mpr/info_pos.html>. Acesso em: 22 jan. 2010.

PEIXOTO, C. E. **Família e envelhecimento.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 144p.

PEREIRA, J. K. **As representações sociais de velhice e terceira idade:** um estudo de caso sobre um “grupo de terceira idade” de Caratinga/MG. Caratinga, MG: s.ed., 2006.

PERES, M. A. C. A educação de jovens e adultos e o analfabetismo na velhice: os idosos e a exclusão educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.38, p.225-236, jun.2010. Disponível em:<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38/art17_38.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2011.

PESSÔA, E. M. **Políticas sociais alternativas à institucionalização de idosos em municípios da região das Missões no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre.2007. 131 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

PRADO, T. M. B. **Participação:** Um estudo sobre idosos. 2006. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

QUEIROZ, V. S.; RAMALHO, H. M. B.; CAVALCANTI, G. A. O Emprego do Idoso no Mercado de Trabalho: Evidências para o Brasil a partir da PNAD de 2005. In: **Anais...XIII Encontro Regional de Economia**, Fortaleza,2008.

RAMOS, M. Os sintomas depressivos e as relações sociais na terceira idade. In: *Revista do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense*, v.19, n.2, Rio de Janeiro, 2007. p.397-410. Disponível em: <http://www.uff.br/ichf/publicacoes/revista-psi-artigos/v19n2_cap09_ossintomas.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2009.

SABÓIA, J. **Benefícios não-contributivos e combate à pobreza de idosos no Brasil.** IPEA, 2003. Disponível em:<http://www.ie.ufjf.br/aparte/pdfs/beneficios_ao_contributivos.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2011.

SANTOS, I. E. **Homem idoso:** vivência de papéis durante o ciclo vital da família. 2006. 96f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade Católica de Pernambuco, 2006.

SARTI, C. A. A velhice na família atual. **Acta Paul. Enf.** São Paulo, v.14, n.2, p.91-96, maio/ago. 2001.

SEQUEIRA, A.; SILVA, M. N. **O bem estar da pessoa Idosa em meio rural.** 2002. Análise Psicológica. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v20n3/v20n3a23.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2009.

SILVA, J. L. A. **O Idoso do Município de Arambaré - RS:** um contexto rural de envelhecimento. 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

SILVA, P. L. **Aposentadoria Rural e o Efeito Multiplicador:** uma análise da renda previdenciária em São Pedro de Joselândia Barão de Melgaço-MT. IV JCEA, Campo Grande-MS, 2004.

TEIXEIRA, K. M. D. **A administração de recursos na família:** Quem? Como? Por quê? Para quê? Viçosa: Ed. UFV, 2005, 94p.

TONEZER, C.; LOPES, M. J. Efeitos da cobertura previdenciária na situação de vida de idosos rurais de Santana da Boa Vista – Rio Grande do Sul. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.6, n.2, p.191-209, jul./dez. 2009.

TSAKLOGLOU, P. Elderly and non – elderly in the European Union: a comparison of living standards. **The Review of Income and Wealth**, v.42, n.3, p.271-292, set. 1996.

VARGAS, H. S. **Psicologia do envelhecimento.** São Paulo: Fundo Editorial (Fundação) BYK-PROCIENX, 1983.

VECCHIA, R.D.; RUIZ, T.; BOCCHI, S. C. M.; CORRENTE, José Eduardo. Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.8, n.3, p.246-252, 2005.

VERSÃO em português dos instrumentos de avaliação de qualidade de vida (WHOQOL) 1998. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/psiq/whoqol84.html>>. Acesso em: 23 ago. 2010.

VIBERTINO, E. S. **Reconfiguração do Idoso Aposentado:** Programa de Atenção à Saúde do Idoso no Polo Aldeia Cabana. 2001. 24f. Universidade da Amazônia. Curso de Serviço Social. Trabalho de conclusão de curso, Belém, PA, 2001.

WHOQOL GROUP. **Development of the WHOQOL:** Rationale and Current Status. **International Journal of Mental Health**, n.23, v.3, 1994, p.24-56.

ZANI, L. H. S. **O idoso e a família:** Investigação sobre a dinâmica dos papéis sociais. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. 108p.